

FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	CNBB_102.11
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém páginas sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Total de páginas: 68
Dia/ Mês/Ano	1991-1996
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1991-1996, sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Este conjunto documental também contempla declarações da CNBB acerca das campanhas eleitorais no país.
Palavras-Chave	Conferência; Nacional; Bispos, Brasil; Igreja; Bispado; Catolicismo; Política; Campanha.
Notas explicativas	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR – CAMPUS NOVA IGUAÇU
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM



CEDIM – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM

Av. Governador Roberto Silveira S/N - CEP: 26020-740 - Centro - Nova Iguaçu-RJ

Bibliothek

GNBB

1991-96

CEDIM

Institut für Brasilienkunde

KI-BR 102.11

Bibliothek

03 10 10

CE
DIM

Bispos definem seus candidatos sem falar em nome da CNBB

DERMI AZEVEDO

Enviado especial a Itaiç

Mesmo sem falar em nome da CNBB, os bispos que participam das entrevistas coletivas diárias da Assembléia de Itaiç continuam definindo a título pessoal suas rejeições e preferências entre os virtuais candidatos à Presidência nas eleições de novembro próximo. Na entrevista de ontem à tarde, o bispo-auxiliar do Rio de Janeiro, d. José Carlos Lima Vaz, declarou-se simpatizante de Guilherme Afif Domingos (PL) e do ex-presidente da Petrobrás, Osires Silva.

Responsável pela Pastoral das Favelas da Arquidiocese carioca, o auxiliar do cardeal d. Eugênio Sales declarou-se favorável a um candidato que reedite a "política desenvolvimentista" do presidente Juscelino Kubitschek, além de "ser honesto, com capacidade administrativa e ânimo para oferecer pelo menos dois milhões de novos empregos anuais".

Já o bispo de Lins (SP), d. Irineu Danelon mostrou-se simpático à candidatura do presidenciável "tucano", senador Mário Covas

(PSDB-SP), afirmando que "é o mais afinado com os princípios cristãos, embora destacando que o petista Lula "tem carisma e, já que tantos presidentes letrados cometem tantos erros, deveria merecer uma oportunidade".

Para o bispo de Palmeira dos Índios (AL), d. Fernando Iório (que se define "como um Diógenes, com uma lanterna em pleno meio-dia buscando um candidato") o futuro presidente "deve ser alguém sensível ao substrato cultural do povo brasileiro, respeitando a dignidade da pessoa humana e garantindo educação, saúde, o direito à vida desde a concepção e solidariedade com os marginalizados.

Entre os nomes rejeitados os bispos apontaram ontem o ex-presidente Jânio Quadros ("imprevisível"), o presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado ("é contra a reforma agrária, um dos objetivos básicos da Igreja no Brasil"), o ministro da Agricultura Iris Rezen-de ("está equivocado pensando que o povo ainda tem esperança no PMDB") e o presidente do PMDB Ulysses Guimarães ("está cansado e

ultrapassado"). D. Fernando Iório não quis definir-se sobre o seu conterrâneo Fernando Collor ("fui um grande amigo de seu pai") por entender que "ele ainda não está definido se será mesmo candidato".

Numa média geral das preferências (entre os bispos que participaram até ontem das coletivas oficiais da Assembléia de Itaiç), Mário Covas mantém a liderança na corrida presidencial, seguido de Lula. Entre os nomes rejeitados pelos bispos, a liderança é de Caiado seguido de Jânio e Brizola.

A posição social da CNBB, no entanto, resume-se em três critérios consensuais a todas as correntes do episcopado: a Igreja não tem candidato oficial nem oficioso; os cristãos devem participar da política, inclusive partidária e, para facilitar sua escolha, dispõe de um perfil de candidatos. Este perfil por sua vez é sintetizado em duas qualidades—"honestidade e competência" e o compromisso com o "direito à vida" incluindo desde a rejeição do aborto até a tomada de iniciativas para a superação da miséria, das injustiças institucionalizadas.

Campanha da polêmica

CNBB recebe críticas por defender teses do Vaticano sobre os trabalhadores

DERMI AZEVEDO

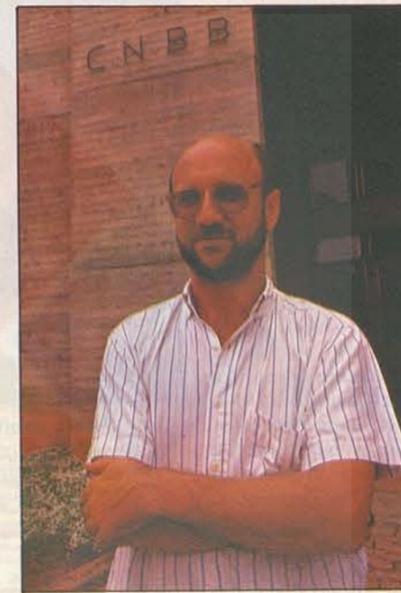
A Campanha da Fraternidade deste ano da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançada na última Quarta-feira de Cinzas, 13, tornou-se o centro de uma grande e falsa polêmica. Empresários, como o presidente da Fiesp, Mário Amato, jornais como *O Estado de S. Paulo* e até bispos como d. Boaventura Kloppenburg dispararam seus obuses contra a CNBB acusando-a de acirrar os conflitos entre o capital e o trabalho com a campanha cujo tema é "Fraternidade e Trabalho". Para o padre Inácio Neutzling, assessor da Pastoral Social da CNBB, o objetivo da CF-91 é chamar a atenção da sociedade para a "degradação de vida dos trabalhadores". "Precisamos despertar a consciência nacional para reagir a isso", disse no lançamento da campanha. Na verdade, as orientações da CNBB que provocaram a reação irada de alguns setores da sociedade, têm por base as encíclicas papais que tratam da relação capital-trabalho desde 1891.

A Igreja deve pregar a harmonia e não a cizânia", disse o presidente da Fiesp, empresário Mário Amato. "A Campanha da Fraternidade apenas reflete o agravamento das relações entre o capital e o trabalho no Brasil", retrucou, em entrevista a *Istoé Senhor*, o ex-assistente nacional da Pastoral Operária e bispo de Santo André, no ABC paulista, d. Cláudio Hummes. "Não me reconheço neste texto", havia dito, na semana após o Carnaval, o bispo de Novo Hamburgo (RS), d. Boaventura Kloppenburg. Um dos principais adversários da Teologia da Libertação, d. Boaventura recebeu, contudo, no ano passado, para sugestões e críticas, a minuta do texto-base da CF-91, que agora condensa.

Para d. Cláudio Hummes, o texto "é um pouco vago e dá margem a várias interpretações". Destaca, porém, que a Campanha "não pretende incentivar simplesmente invasões ou ocupações de terras". Em sua opinião, os textos da CF-91 "não falam em luta de classes, nem a incentivam, embora reconheçam a realidade da existência de conflitos entre capital e trabalho". O uso da palavra "conflito de classe" em vez da expressão marxista "luta de classes" foi, aliás, incorporado ao jargão oficial da Igreja pelo papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens*, publicada em 1981.

Resultado de um amplo e demorado pro-

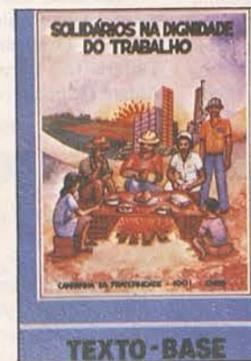
cesso de debates - iniciado em 1988 -, a CF-91 mobiliza sete mil paróquias, 240 arquidioceses e dioceses brasileiras, além dos 16 secretariados regionais da CNBB. O tema deste ano foi escolhido para lembrar o centenário da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, sobre a condição dos operários no processo de in-



LUCIANO ANDRADE

A defesa

Para o padre Inácio Neutzling, assessor da Pastoral Social da CNBB, o objetivo do texto-base da CF-91, "Solidários na dignidade do trabalho", é despertar a sociedade para a situação degradante em que vivem os trabalhadores brasileiros



dustrialização na Europa.

Para que o tema do trabalho fosse oficialmente adotado para a CF-91 - pela CNBB - a Pastoral Operária organizou, há três anos, um abaixo-assinado em todo o País. Foram recolhidas 20 mil assinaturas, promovidos cursos e seminários para a formação de agentes pastorais especializados

na questão do capital e trabalho. O primeiro esboço do texto-base foi preparado em fevereiro do ano passado e enviado a todos os bispos. Cópias foram mandadas para a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que reúne os empresários católicos. A entidade enviou sugestões para a segunda versão do documento, preparada em julho de 1990. A última revisão foi feita pelo secretário-geral da Conferência, d. Celso Queiroz.

Seguindo os padrões de uma grande campanha publicitária, a CF-91 (aberta pelo Papa em mensagem para o Brasil na Quarta-feira de Cinzas) inclui também o lançamento de discos, cartazes, filmes para a televisão, adesivos e cartões-postais. Através de todas essas mídias, a Igreja denuncia o agravamento das condições de vida dos assalariados. Recorre, para isto, a estatísticas do governo federal, Dieese e CUT, entre outras fontes. Um desses dados inclui-se na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de 1989, indicando que 10% da população brasileira concentra 53,2% da renda nacional, enquanto 50% recebe apenas 3,5%.

A metodologia da Campanha - e de seus documentos básicos - é a do "Ver, Julgar e Agir" - adotada na Igreja, desde os anos 50, pela Ação Católica (que incluía as Juventudes Estudantil, Agrária, Operária e Universitária Católica, entre outras). No capítulo inicial - do "Ver" - o texto-base da CF-91 condena o capitalismo e o liberalismo. Crítica, também, a transferência, pura e simples, da propriedade privada para o controle estatal. Elogia, indiretamente, a relação capital/trabalho "nos países de economia mais avançada". Em um de seus parágrafos polêmicos, o texto da CF-91 acrescenta que "o conflito social sem deixar de ser um conflito de classes na sociedade passou a adquirir dimensões mundiais".

Para o julgamento dessa realidade - na segunda parte de seu conteúdo -, o texto da Campanha recorre à Bíblia, aos documentos publicados por vários Papas e aos pronunciamentos da própria CNBB. Já na terceira parte do "Agir", a Igreja reafirma seu apoio à organização dos trabalhadores e aos seus direitos, incluindo a defesa da participação nos lucros das empresas. Este capítulo inclui

mais duas propostas polêmicas: o incentivo às CEBs para que estejam atentas "aos valores de rebeldia" dos catadores de papel, lavadores de carros, vendedores ambulantes, punks, drogados, quadrilhas e gangues. E sua solidariedade aos sem-terra "que ocupam terrenos ociosos". ●

Lula e Cardoso no perfil da Igreja

20.4.94 G707

por César Felício
de Indaiatuba

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu ontem em sua 32ª Assembléia Geral sua primeira indicação sobre qual será o teor da declaração que deverá divulgar sobre as eleições gerais de outubro próximo. Em uma análise de conjuntura assinada pelo padre José Ernanne Pinheiro, assessor político da entidade, foi traçado um perfil do candidato ideal para a comunidade católica apoiar na disputa presidencial.

Esse perfil difere substancialmente das indicações contidas em cartilha preparada por um grupo leigo de Brasília e divulgada no início da Assembléia que recomendava o voto em um candidato que tivesse uma plataforma "democrática popular".

O novo documento pede que a escolha se restrinja aos candidatos com vida passada inatacável, com tradição em defender "o bem comum sobre os interesses particulares", que estejam vinculados a uma sólida estrutura partidária e que tenham competência e experiência administrativa comprovada.

O perfil divulgado ainda ressalta que "difícilmente um partido sozinho poderá sair vitorioso. As alianças se tornam uma exigência". Pondera, contudo, que "certas arrumações" dos partidos desconcertam e contradizem as expectativas democráticas.

Segundo dom Afonso Gregori, bispo de Imperatriz (MA) e um dos coordenadores do texto da declaração final, que só deverá ser divulgada na sexta-feira, mais de um candida-

PMDB — A candidatura do ex-governador Orestes Quércia já recebeu o apoio aberto de pelo menos um dos líderes estaduais do PMDB reunidos hoje em São Paulo. O deputado Sebastião Castro, líder do partido na Assembléia Legislativa da Bahia, justificou seu apoio a Quércia: "O senador José Sarney é inimigo do PMDB baiano, e Roberto Requião é desconhecido lá".

Instituição é criticada

As discussões sobre a sucessão presidencial entre os membros da cúpula da Igreja Católica, além de dividir os bispos, têm provocado divergências entre cientistas políticos e sociais de São Paulo. A crítica mais contundente às declarações do presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, sobre alianças partidárias vieram do professor de Ciência Política da USP Francisco Weffort, um dos fundadores do PT.

Segundo ele, a Igreja pode perder seu caráter "arbitral" ao manifestar-se a favor ou contra os partidos políticos, informou a Agência Globo.

"Não há meios de impe-

dir que o presidente da CNBB manifeste suas opiniões pessoais, mesmo porque ele exerce um pleno direito seu. Mas, como representante da cúpula da Igreja, esse tipo de declaração acaba visto como da instituição como um todo e acaba com seu caráter de imparcialidade", afirmou o professor Weffort.

Outro crítico das declarações de dom Luciano foi o sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, professor da Faculdade de Ciências Sociais da USP. Segundo Rodrigues, por ser uma instituição partidária, a Igreja deve se abster de manifestar preferências por partidos políticos.

to, entre os que já se apresentaram, se enquadra dentro desse perfil. Para dom Afonso, é falsa a dicotomia entre Lula e Fernando Henrique Cardoso, identificando o primeiro como o candidato das forças populares e o segundo como o das elites. "Embora esta seja uma tendência natural, o quadro não é estático", afirmou.

O texto divulgado ontem ainda critica as "privatizações sem critérios" e ressalta que, "em uma situação de pobreza de grande parte da população, o Estado deveria ser o árbitro em favor da maioria".

A necessidade de uma declaração oficial da CNBB sobre as eleições ainda é contestada por algumas alas do episcopado. Para dom Boaventura Kloppenburg, bispo de Novo Hamburgo (RS), o plenário da CNBB deverá recusar qualquer iniciativa nesse sentido. Ele é contrário a qualquer pronunciamento público da Igreja sobre as eleições, embora ressalte que gostaria de apoiar um candidato que defendesse a "economia livre" e que se sente desconfortável em ter que optar

entre Lula, que considera um "simpatizante do socialismo", e Fernando Henrique Cardoso, que defende uma "social-democracia ultrapassada".

Segundo Kloppenburg, "se a CNBB decidir publicar uma declaração, ficarei quieto em meu canto. Como em toda democracia, a minoria é obrigada a acatar a decisão da maioria. Aliás, a opressão sobre as minorias é um dos males do sistema democrático", brinca.

O bispo de João Pessoa (PB), dom José Maria Pires, relativiza a importância de um documento oficial da Igreja sobre as eleições. "A influência da Igreja sobre o eleitorado é pequena. O eleitor, pelo menos no Nordeste, está dentro de um esquema clientelista e não dá ouvidos a nossa pregação", afirma. Para ele, o candidato do PT é o único "que dá espaço para o eleitor se manifestar". Dom José Maria manteve audiência com Lula na última caravana do virtual candidato do PT pelo Nordeste e vem mantendo contatos com o candidato do PT ao governo da Paraíba, Mário Silveira.

CNBB sabatina cano

Todos devem comparecer, incluindo Lula, que tem

NO AR

Na bandeja

NELSON DE SÁ

Da Reportagem Local

Agora não adianta Lula sair dizendo, na Bandeirantes, que José Paulo Bisol é "uma figura humana fantástica". Agora não adianta Rui Falcão e Roberto Freire afirmarem, na Globo, que foi somente para tirar a campanha da paralisia.

O que fica do episódio é um Lula que entrega a cabeça de um amigo ao primeiro espirito de campanha. Coisa que não fez antes, por exemplo, no caso Lubeca. O senador gaúcho sai humilhado, em mensagem que ecoou pela televisão.

Amostra é o correspondente de Porto Alegre da RBS, ligada à Globo, que disse à tarde que o senador estava "fugindo" — apontou uma casa, até que pequena, onde o senador estaria se escondendo, foragido.

Imagem do Brasil

No Cara a Cara de terça para quarta, Marília Gabriela deu entrevista com Peter Jennings, âncora do World News Tonight — telejornal de mais audiência nos EUA, que a Bandeirantes passou a retransmitir nos fins de noite, diariamente.

A entrevista esclarece muito da chamada "imagem do país no exterior". O âncora buscou dar o motivo, por exemplo, da baixa cobertura de Brasil, na te-

levisão americana:

— Nos últimos 50 anos, a política externa americana foi pautada pela Guerra Fria.

Mas isso estaria mudando:

— De brincadeira, eu digo que, como os alemães são tão bem-sucedidos no domínio da Europa e o Japão no domínio da Ásia, aos EUA vai sobrar a América do Sul. E o interesse por ela vai aumentar.

Não bastava a brincadeira, para Marília Gabriela:

— Honestamente, qual é a imagem que você tem?

— Minha opinião pessoal é que o Brasil é um país muito complicado. Vocês têm tantos extremos. Tanta riqueza e tanta pobreza. Vocês têm uma política tão complicada. Tiveram um governo militar por tanto tempo e agora lutam para estabelecer uma democracia estável. Eu acho que, conforme vocês se tornem mais confiantes na comunidade internacional, nossa relação será mais próxima.

Ainda não era o bastante e Marília Gabriela insistiu, até arrancar esta resposta:

— Nosso interesse em vocês continua sendo se irão ou não, uma vez que são um país grande e importante, se irão ou não obter a estabilidade política que procuram. No canto da mente, nós estamos sempre querendo saber se o Brasil vai voltar um dia à ditadura militar.

RAIO X

O que é?

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é uma associação civil católica, da qual fazem parte todos os bispos, inclusive os eméritos, do Brasil.

Objetivo

O principal objetivo da CNBB é coordenar e subsidiar as atividades religiosas e de assistência social em todo o território nacional, que antes de sua fundação eram feitas de maneira dispersa pelas dioceses.

O PAÍS TEM

54

arcebispos, sendo 13 eméritos

A IGREJA CATÓLICA TEM

37

arquidioceses no Brasil

Brasil

Quinta-Feira, 28 de julho de 1994 1-9

ENCONTRO

didatos à Presidência

evitado debates; regras devem evitar confronto direto

DA CNBB

Fundação

A CNBB foi fundada em 14 de outubro de 1952 no Rio de Janeiro por iniciativa de d. Hélder Câmara.

Sede

A sede da CNBB foi transferida do Rio para Brasília (DF) em outubro de 1977.

Presidente

Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG).

SEGUNDO A CNBB, O BRASIL TEM

323

bispos, dos quais 7 estão fora do país

AS DIOCESES SOMAM

196

em todo o Brasil

RAQUEL ULHÔA

Da Sucursal de Brasília

O primeiro confronto entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ocorrer hoje, em debate planejado para evitar perguntas imprevisíveis ou bate-boca entre os presidencialistas.

Transmitido ao vivo pela TV Bandeirantes, a partir das 21h30, será o primeiro debate entre os candidatos com a participação de Lula. A promoção é da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, quer um "encontro em clima de respeito e estima". Para isso, não haverá debate — será uma sabatina dos candidatos em que não serão permitidos apartes.

Os nove presidencialistas confirmaram presença.

Perguntas

Os presidencialistas vão responder a 15 perguntas de trabalhadores rurais sem terra, desempregados, prostitutas, índios, populações ribeirinhas, seringueiros, sindicalistas e outros setores sociais.

Essas pessoas — 350, ao todo — participam, em Brasília, da 2ª Semana Social Brasileira, um encontro realizado pela CNBB para debater os problemas nacionais.

Estão representados organizações de lavadeiras, os pescadores



SUPER ELEIÇÃO

do Alto Solimões e o movimento operário, entre outros.

Os participantes levaram a Brasília o resultado das discussões realizadas em mais de cem encontros preparatórios em todo o país.

O evento não está sendo realizado às vésperas das eleições por acaso. Foi a opção da CNBB para que a igreja participasse do processo eleitoral.

"A igreja exerce sua função de formadora das consciências e da própria sociedade", disse d. Luciano. Os participantes da 2ª Semana buscam propostas para que o país "faça a opção pelas maiorias marginalizadas", segundo ele.

Todos os 350 participantes elaboraram perguntas aos presidencialistas. Reunidos em plenário, eles selecionaram 40.

As perguntas têm que ser relacionadas com os quatro temas discutidos no encontro: "Desenvolvimento Econômico", "O Estado Democrático", "Cidadania Versus Dominação Político-Cultural" e "Sujeitos Populares e Valores Emergentes".

Oração

O evento será encerrado amanhã, com um ato público na praça dos Três Poderes, onde haverá uma "oração pelo Brasil que queremos" e uma pira para queimar simbolicamente a corrupção.

A idéia do debate surgiu em abril, quando Lula visitou d. Luciano, para pôr fim ao mal-estar causado na Igreja pela inclusão de temas como aborto e homossexualismo na discussão do programa de governo do PT.

PMDB lidera em pedidos de bônus eleitoral

Da Sucursal de Brasília

O PMDB é o recordista absoluto em pedidos de bônus eleitorais à Casa da Moeda. O partido já recebeu o equivalente a R\$ 754 milhões.

Nas eleições deste ano, ao receber contribuições, o partido deve emitir bônus no valor igual à doação. O contribuinte é identificado no canhoto do bônus, que os partidos devem guardar durante cinco anos.

Depois do PMDB, quem mais pediu bônus foi o PFL. Sozinho, o partido solicitou e recebeu R\$ 328,9 milhões.

FHC e Lula dividem a igreja

Da Reportagem Local

O apoio da hierarquia e dos leigos da Igreja Católica aos candidatos Lula (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acompanha as divisões ideológicas tradicionais da instituição.

Enquanto a maior parte dos bispos vem sinalizando apoio ao tucano, as bases atuam fortemente na defesa de Lula.

Nas Comunidades Eclesiais de Base da periferia de São Paulo, por exemplo, está circulando a cartilha "Por que eleger Lula presidente da República", de autoria do dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, o frei Betto.

Em algumas CEBs, o nome de Fernando Henrique foi defendido como opção a Lula, principalmente depois que seu programa provisório incluiu a defesa do aborto e do casamento homossexual.

Para reverter a situação, Lula

retirou os tópicos de seu programa. Em outra frente, os militantes petistas da igreja intensificaram as críticas à coligação entre o PSDB e o PFL, enfraquecendo ainda mais a posição pró-Fernando Henrique.

Além de frei Betto, Lula recebeu o apoio explícito de outro líder das CEBs: o bispo d. Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT).

Na hierarquia, Fernando Henrique já conseguiu o apoio do cardeal arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. Em fevereiro deste ano, ele sinalizou este apoio em entrevista à **Folha**.

Nos últimos meses, o cardeal não tocou mais no assunto. Segundo assessores próximos a Arns, sua posição foi abalada com o acordo dos tucanos com o PFL.

A coligação também foi criticada por d. Luciano, que depois recusou. (Luís Henrique Amaral)

Veja as regras do encontro

Da Sucursal de Brasília

O debate entre os candidatos a presidente promovido pela CNBB deverá durar uma hora e 17 minutos.

O mediador será o apresentador do "Jornal Bandeirantes", Chico Pinheiro. O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, terá a palavra franqueada a qualquer momento, como anfitrião do encontro.

Não serão permitidos apartes e nem debate entre os candidatos. Mas se um deles sofrer uma citação considerada ofensiva, o mediador poderá, a seu critério, permitir o direito de resposta.

O programa será dividido em seis blocos:

1º - Chico Pinheiro faz a apresentação do debate e passa a palavra a d. Luciano, que tem três minutos para saudar os candidatos e dirigir a eles uma pergunta — a

mesma para todos. Eles terão dois minutos para responder.

2º - Cinco assessores da CNBB (um bispo, um padre, uma freira, um homem e uma mulher leigos) escolhem cinco candidatos e fazem uma pergunta diferente a cada um deles. A resposta pode durar até um minuto e meio.

3º, 4º e 5º blocos - Terão a mesma estrutura. Em cada um deles, será feita uma série de cinco perguntas, previamente elaboradas por 350 participantes da 2ª Semana Social Brasileira.

Será sorteado um dos assessores da CNBB, que escolhe um candidato. Cada pergunta será sorteada na hora, dentre as 40 selecionadas pelos participantes da 2ª Semana.

O mesmo candidato só pode responder a uma pergunta em cada bloco. Não há critério para escolha do participante questionado.

6º bloco - Cada candidato terá três minutos para falar.

TSE rejeita candidatura do PT do B

Da Sucursal de Brasília

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) cassou o registro provisório da candidatura de Caetano Matanó Júnior (PT do B), baixando para nove o número de candidatos à Presidência.

Matanó havia obtido uma liminar para se registrar no TSE porque argumentou que os TREs (Tribunais Regionais Eleitorais) haviam demorado a fornecer documentos exigidos para o registro.

O TSE concedeu liminar e pediu informações aos TREs. Ontem, o tribunal concluiu que os TREs não foram responsáveis pelo atraso.

Com a definição do número final de candidatos, o TSE pôde definir também o horário gratuito no rádio e na televisão. (veja abaixo).

Amin promete apoio estatal para o esporte

Da Sucursal do Rio

Primeiro candidato a participar do simpósio "Presidencialismo do Esporte", no Rio, Esperidião Amin (PPR) prometeu vincular a Secretaria de Esportes à Presidência — como no governo Collor — e que vai incentivar o patrocínio de atividades esportivas por empresas estatais.

Amin disse que a mudança da secretaria, hoje ligada ao Ministério da Educação, não acarretaria qualquer custo suplementar.

Ele arrancou aplausos aos dizer que é difícil que um ministro da Educação consiga acompanhar de perto os problemas do esporte.

Ele parabenizou a CEF (Caixa Econômica Federal) pelo apoio à seleção de basquete feminino.

O HORÁRIO GRATUITO

Fernando Henrique Cardoso (PFL-PSDB-PTB)
7min49s44

Orestes Quéricia (PMDB)
6min15s72

Esperidião Amin (PPR)
4min00s36

Luiz Inácio Lula da Silva (PT-PSB-PC do B-PSTU-PV-PPS)
3min31s80

Leonel Brizola (PDT)
2min34s56

Flávio Rocha (PL)
1min47s64

Walter Queiroz (PRN)
1min2s04

Almirante Fortuna (PSC)
1min1s80

Enéas Ferreira (Prona)
1min08s64

Obs.: Vai ao ar entre 2 de agosto e 30 de setembro

26.11.94

FOLHA DE S. PAULO

As aspirações do povo

Luciano Mendes de Almeida

É preciso procurar captar e compreender as aspirações de nosso povo.

A Igreja Católica reconhece suas limitações e falhas, mas sente a sua responsabilidade diante de Deus e da história. É por isso que o Conselho Permanente da CNBB, com 27 bispos e 40 outros participantes, incluiu na pauta a análise do momento atual, ofereceu suas reflexões sob a forma de "mensagem aos governantes, legisladores e magistrados".

O documento, com 20 parágrafos, constata a oportunidade histórica de mudanças para melhor no país. Trata, a seguir, das urgências maiores e apresenta na terceira parte os caminhos que conduzem ao Brasil que queremos.

Qual é a oportunidade histórica?

A aproximação do Natal, na perspectiva da fé, faz crescer nossa esperança em Jesus Cristo, "Luz das nações" e "Príncipe da Paz". Há, no entanto, condições objetivas que ajudam, também, a acreditar em novos tempos: o processo eleitoral realizou-se num clima democrático, a sociedade civil, mais organizada, vai procurando que se exerça a cidadania e a colaboração na busca do bem comum. A reforma monetária deu mais segurança ao povo, mas precisa ser completada com medidas em bem dos mais necessitados.

A mensagem aponta como urgência maior para a necessidade de um plano integrado a fim de superar a exclusão social em que se encontra a maioria da população. Para isso será preciso promover uma política social que resista ao neoliberalismo, vença os egoísmos coletivos e atenda aos mais pobres para que tenham emprego produtivo e a integração na sociedade.

O texto recorda que as mudanças almejadas requerem solidariedade e patriotismo responsável, e o indispensável processo de conversão interior de cada pessoa.

Quais os caminhos a percorrer? Será preciso, em primeiro lugar, esclarecer qual é o desenvolvimento que se pretende alcançar, assegurando que os resultados econômicos e tecnológicos estejam a serviço de melhor qualidade de vida para todos. Em segundo lugar, continue-se promovendo a cidadania, a participação política da sociedade e as parcerias com organismos governamentais, como no Consea e Conanda. Caberá aos três Poderes integrarem seu trabalho.

O Judiciário consolide a convivência democrática, e o Legislativo assegure a confiança nas leis e a validade delas para todos, evitando privilegiar interesses corporativos e dando exemplo de solidariedade com o povo carente.

Seguem-se propostas concretas: 1) garantir ao Nordeste e à Amazônia projetos de desenvolvimento adequado; 2) favorecer o acesso de todos à terra, para produzir, e garantia de direito ao solo urbano para morar; 3) encarar de frente e com eficiência o analfabetismo e o atendimento à saúde do povo; 4) assegurar a estabilização da moeda brasileira sem maiores sacrifícios do povo; 5) sustar a violência em suas causas, sem ferir os direitos da cidadania.

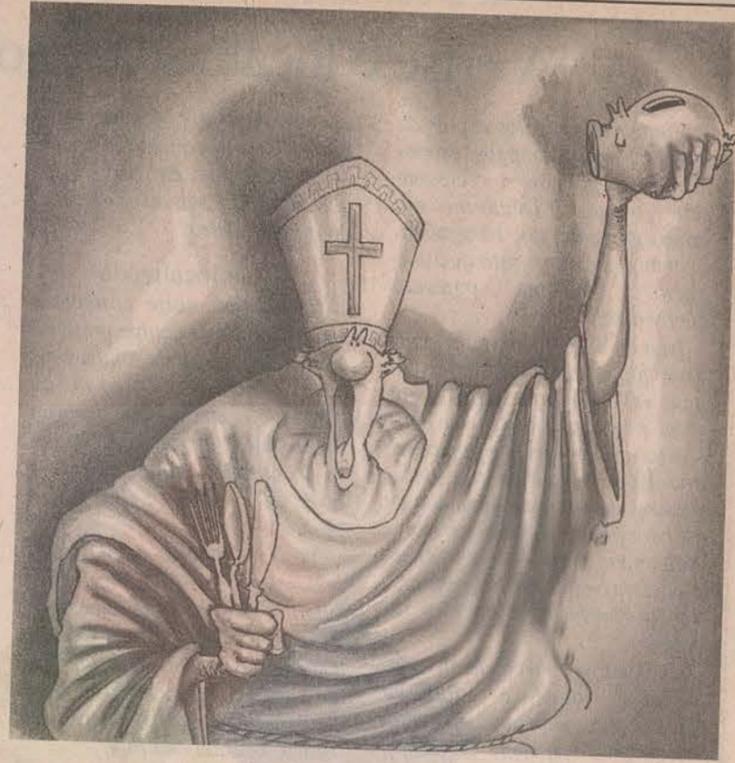
A mensagem termina com uma prece, pedindo a Deus que ilumine, no exercício do mandato, os que foram eleitos e que o Natal de Jesus apresse o dia em que o povo, de mãos, rosto e coração limpos, viva feliz num Brasil sem exclusão e violência, Brasil de todos e para todos.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

17.9.98

FOLHA DE S. PAULO

LIÇÕES CONTEMPORÂNEAS



O grito e a cesta

ALOIZIO MERCADANTE

No dia 7 de setembro, a pastoral social da CNBB, com o apoio de movimentos populares e sindicais, promoveu grandes concentrações populares em todo o Brasil: o "Grito dos Excluídos: contra o desemprego, a corrupção e pela reforma agrária e distribuição de rendas".

O ato mais representativo foi em Aparecida do Norte, onde D. Demétrio Valentini, do altar, proclamou: "O sistema neoliberal é frio. Contempla as riquezas deste país para poucos". D. Mauro Morelli fez um chamamento à retomada das grandes mobilizações. "O Brasil sempre evoluiu quando o povo vai às ruas... o panelaço precisa chegar a Brasília, porque o povo continua com as panelas vazias..." e D. Angélico protestou contra o modelo econômico que "condena à marginalização milhões de pessoas".

A Igreja Católica retomou sua trajetória histórica de compromissos com os excluídos e assumiu mais ofensiva a crítica à política econômica do governo.

Paralelamente, os metalúrgicos do ABC, liderados pela CUT, mas com apoio de prefeitos e entidades empresariais e populares da região, realizaram uma grande manifestação de massa: "Brasil, cai na real".

A Força Sindical também fez um ato em Osasco e lançou um manifesto com apoio de importantes entidades empresariais de todo o país na mesma direção, pelas reformas e contra a recessão.

A recessão chegou às ruas, impulsionada pela inadimplência generalizada, pelas concordatas e falências. A recessão se manifesta com toda a sua brutalidade nos índices alarmantes de demissões. Agora até os economistas conservadores e a imprensa "chapa branca", presos artificialmente aos detalhes dos manuais da ortodoxia econômica, reconhecem que a recessão está instalada e em desenvolvimento.

Mas o governo conseguiu equilibrar o balanço comercial, praticando uma taxa de câmbio sobrevalorizada e as maiores taxas de juros da economia internacional, e acumular reservas cambiais da ordem de US\$ 46 bilhões.

Enquanto o povo começa a voltar para as ruas e a oposição popular mostra sua força, a âncora cambial é revigorada pela recessão, que afasta o risco de crise cambial com um elevado custo econômico e social.

O equilíbrio do balanço de pagamentos se verifica a partir de uma articulação entre taxa de câmbio e de juros, que continua estimulando as importações predatórias, inibindo exportações, endividando brutalmente o país e desarticulando parte de sua estrutura produtiva.

Mas o grito das ruas não chegou ainda aos ouvidos seletos do Planalto. Não chegou porque o gover-

no e sua política econômica mantêm sua base de sustentação na estabilidade econômica. A cesta básica continua estável e esta é uma conquista importante para o governo e para todo o povo brasileiro. Mesmo com os salários arrojados e o desemprego crescente, uma parte da população ainda se mantém em silêncio pela estabilidade da cesta básica.

O neoliberalismo não é apenas um ajuste econômico, é também uma nova relação entre ética, economia e política, onde a competitividade, o consumismo e a eficiência se impõem à solidariedade, ao emprego e à justiça social. Os que estão empregados são estimulados a terem como referência maior os salários e a cesta básica, e não o compromisso com os que já foram demitidos.

O desemprego e a exclusão social são os grandes desafios dos que têm compromisso com a ética, como as igrejas, e foi por isso que D. Paulo Evaristo Arns mais uma vez assumiu uma posição profética quando afirmou: "Os que têm compromisso com os excluídos são contra o modelo neoliberal", gerando uma onda de protestos, especialmente na grande imprensa, dos porta-vozes da "modernidade" neoliberal.

O governo pode capitalizar politicamente a estabilidade da cesta básica. Porém, a agricultura deu mais do que podia. A descapitalização do setor pode chegar a 25% da renda agrícola, aproximadamente R\$ 9,6 bilhões, promovida pela estabilidade prolongada dos preços em um contexto de supersafra, pelas perdas nas exportações em função da política de sobrevalorização cambial e das taxas de juros que esmagam os produtores do campo.

Com isso, o consumo de sementes, fertilizantes, insumos, tratores e equipamentos é muito significativo e parte da safra de 1996 já está comprometida. Agora, é torcer para que São Pedro escute o grito dos excluídos na catedral de Aparecida padroeira e ajude a agricultura brasileira.

Porque este país é exportador e não tem estrutura portuária para importar alimentos em grande escala e nem estoques reguladores para compensar uma quebra mais significativa na safra. A inflação na cesta básica pode voltar e, junto com a recessão, projetar uma conjuntura muito difícil para o país, caso São Pedro não ajude.

Por tudo isso, o governo precisa agir com mais rapidez, investir na produção agrícola enquanto é tempo e abrir espaços de negociação em relação à política econômica para reverter o processo recessivo, porque, como diz o velho ditado, quem semeia vento, colhe tempestade.

ALOIZIO MERCADANTE, 41, economista, é professor de Economia da PUC e Unicamp, vice-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores e ex-deputado federal (PT-SP).

leta?

leta?

tem tempo.

tempo.

tem uma televisão.

tem um carro.

argentinos?

português
nário de português?

is

Fundo de Commodities BMC Mix

IGREJA

CNBB leva ao Planalto o seu projeto de instalação de uma rede de televisão

por Eliane Cantanhêde de Brasília

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, esteve ontem no Palácio do Planalto para expor ao presidente Fernando Henrique Cardoso o que talvez seja o mais ambicioso projeto da Igreja no Brasil: a instalação da Rede Vida, um canal de televisão com investimentos estimados em US\$ 50 milhões, considerados desde as instalações até o formato final da programação.

Nem dom Luciano nem seus três acompanhantes ao despacho com o presidente admitiram que se trata de uma reação da Igreja Católica contra a penetração e a influência cada vez maior das igrejas evangélicas nos meios de comunicação social do País. "Admitimos que chegamos atrasados, mas, quem sabe, não podemos ganhar a São Silvestre?" - disse o presidente da CNBB, em "briefing" bem-humorado no Palácio, lembrando que a rede de imprensa dos católicos atinge dezenas de revistas e jornais, além de 140 emissoras de rádio, mas nunca chegou à televisão.

O dono da outorga oficial da rede e principal responsável pelo novo canal é o jornalista João Monteiro Barros Filho, que participou da audiência com o presidente e do "briefing" para a imprensa, dimensionando o tamanho da empreitada. Segundo ele, trata-se de uma televisão comercial, que começa com 2 milhões de antenas parabólicas da Embratel, atingindo potencialmente 10 milhões de pessoas - "o tamanho de um Portugal", comparou. Atualmente, já há retransmissoras em cinco capitais brasileiras: Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. A meta é chegar a todas as 27 capitais em três anos.

O primeiro anunciante da Rede Vida - que entra no ar, em caráter experimental, no dia 10 de março - foi a Fundação Bamerindus.

No ano passado, a entidade comprou e quitou antecipadamente uma cota publicitária de US\$ 1,2 milhão, que foi empregada na construção da sede do novo canal, um prédio de 1.100 metros quadrados em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. Também já foram providenciados patrocinadores, em geral futuros anunciantes, para a compra, nos Estados Unidos, de equipamentos no valor de US\$ 3,3 milhões.

"As dioceses também estão assumindo", disse Barros Filho, destacando a atuação do bispo de Brasília, dom José Freire Falcão, que também esteve no Palácio do Planalto. "Dom Falcão e um grupo de católicos estão viabilizando a repetidora na capital", disse ele, citando também o empenho dos demais bispos do País. O principal é dom Antônio Maria Bucciole, de Botucatu, que fazia parte da comitiva de ontem.

A programação da Rede Vida, segundo seus responsáveis, será voltada especialmente para crianças e jovens e é claro que terá um discurso cristão, abrindo às 7 horas com uma missa, seguida de um telejornal das arquidioceses e dioceses. As 18 horas, haverá diariamente a reza do terço cristão - "mas em linguagem televisiva", definiu o jornalista. Segundo ele, setenta produtoras independentes de vídeo já estão em contato com a nova emissora para disputar espaço na grade de programação. Já está certo, por exemplo, a veiculação da novela "Irmã Catarina", com a atriz Miriam Rios.

"Uma programação que respeite os princípios morais, cívicos e religiosos", especificou Dom Luciano. Numa primeira hora, o novo canal de televisão deverá criar quinhentos empregos só na área de geração. Toda a arrecadação publicitária inicial será revertida para concluir tecnologicamente o projeto. Só depois, no futuro, eles esperam que haja recursos suficientes também para auxiliar projetos na área social.

RELIGIÃO Igreja Católica contesta número sobre as suas terras no país

CNBB diz que não possui dados para quantificar propriedades

da Reportagem Local

Em carta endereçada na semana passada à Folha, o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno de Assis, contesta número divulgado pelo jornal, em sua edição de 10 de março, sobre as terras da Igreja.

Segundo ele, os 330,6 mil hectares apresentados na reportagem como propriedade da Igreja incluiriam também terras de outras denominações religiosas.

O número foi obtido a partir de pesquisa feita em cartórios e de dados apurados pelo IBGE no censo

19.3.95
agropecuário de 1985.

A Folha ouviu também a CNBB. Antes da publicação da notícia, a entidade enviou ao jornal tabela confirmando os dados.

Ontem, d. Raymundo disse que, na verdade, a Igreja Católica não tem dados disponíveis para quantificar o número de hectares de terras.

Por este motivo, segundo o bispo, a única referência usada — inclusive nas discussões internas da CNBB — é o censo agropecuário do IBGE, que aponta a existência de 330,6 mil hectares.

Ouvido a respeito, Domingos

Elias Schanoski, diretor de pesquisas do IBGE em São Paulo, afirmou que a maioria das propriedades deve pertencer a dioceses, paróquias, instituições e entidades ligadas à Igreja Católica, mas não há como quantificar essa área de terras.

A dificuldade, segundo ele, deve-se ao fato de a pesquisa incluir também entidades (casas de caridade, instituições sociais, asilos, patronatos, congregações etc.) que não estão identificadas como pertencentes a igrejas.

Segundo o IBGE não há como identificar as áreas de terras que possam pertencer a outras igrejas.

CEDIM

- Bárbara e Tomás encontram afinal um apartamento e prepararam a mudança.
- Bárbara, onde está a minha mala vermelha?
- Ah! no quarto de dormir. E você sabe onde estão as caixas com os livros?
- Já estão no apartamento novo.
- Não agüento mais tanta confusão! E estamos apenas no começo. Quando tudo isto vai acabar?
- Ora, quando você se mudar, vai ficar feliz com um apartamento novinho e bem arrumado...
- Espero que sim. Mas estou tão cansada! Onde guardamos os discos e os quadros?
- Aqui no caixote de madeira. Agora vou comer um sanduíche. Estou morrendo de fome. Você também quer?

PRIMEIRA UNIDADE
 quinta lição

Conversação

1. Onde é que Bárbara e Tomás estão?
2. Você sabe onde está a mala vermelha de Tomás?
3. Onde é que você guarda seus discos e seus livros?
4. E o que é que você guarda nas malas?
5. Quantos quartos tem o seu apartamento?
6. Você mora longe ou perto da universidade?

Os bens das igrejas

O ministro José Serra não corre o risco de ser excomungado pelo simples fato de que esse tipo de punição eclesiástica está fora de moda. Da mesma maneira, seu ordinário não exigirá que se retrate e mude de opinião no que se refere à reforma do inciso VI, letra a e do parágrafo 4º do art. 150 da Constituição. O que não impede que a Igreja Católica mova céus e terras para conservar tudo como está — ou seja,

A sugestão de Serra pode servir para que o Estado combata as seitas pentecostais que ameaçam a CNBB

para impedir que se permita que a União, Estados e municípios instituam impostos sobre templos, "patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas". A negação do princípio de que todos são iguais perante a lei foi colocada com muita argúcia na atual Constituição: primeiro, fala-se na vedação de instituir impostos sobre templos, o que permite supor que se trate do IPTU — e a índole do brasileiro relegará o fato de os edifícios que não se destinam a cultos (católicos, protestantes tradicionais ou pentecostais recentes — seria o caso de saber se os cultos sincréticos são "religiões") pagarem impostos enquanto os que congregam as pessoas para rezar, não. É no parágrafo que se vê a extensão da proibição: afinal, como se poderá definir quais são os serviços e patrimônio relacionados com a "finalidade essencial" de um culto? Julgamento extremamente subjetivo — feito por quem sofre a doce pressão dos que, invocando o nome de Deus, se esquecem de que a cobiça pelo dinheiro é a causa dos grandes males que afligem o ser humano. A República, separando a Igreja do Estado, fez questão na reforma constitucional de 1926 de deixar claro que nenhum culto ou igreja gozaria de subvenção oficial. Ora, a isenção de impostos não é uma subvenção?

Prova de que não é o IPTU que preocupa a hierarquia católica é o alarde que se está levantando contra a sugestão do ministro Serra. O secretário-geral da CNBB, d. Antônio Celso de Queiroz, é maneiroso quando diz que alguma coisa talvez deva ser modificada na atual legislação. D. Paulo Evaristo Arns, pelo contrário, é direto na crítica e

aproveita a ocasião para acusar a sugestão de "neoliberal": "Imposto para quem trabalha pelo bem social é típico do neoliberalismo". Outra fosse a filiação teológica de S. Ema., poder-se-iam traduzir suas palavras por outras, e em vez de "trabalhar pelo bem-estar social" ler-se simplesmente Igreja Católica, e no lugar de "neoliberalismo" registrar-se "maçonaria". O cardeal-arcebispo de São Paulo prefere concentrar-se no ata-

que à política econômica. As palavras pouco importam agora que a querela nominalista terminou; o importante é evitar que se taxem "patrimônio, renda e serviços".

É possível que toda a irritação da hierarquia católica seja apenas a maneira sutil de mudar alguma coisa na legislação a fim de poder entregar ao Estado a tarefa de combater a proliferação das seitas pentecostais, cujo patrimônio cresce, cujas rendas aumentam e cujo número de adeptos começa a preocupar os hierarcas que falam em nome de Cristo. A ser verdadeira a informação, d. Antônio Celso chegou a insinuar, comentando a sugestão do ministro do Planejamento, que as eventuais mudanças poderiam ser dirigidas contra as seitas pentecostais, que são sabidamente ricas, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus. Se essa manobra de "aproximação indireta" de fato existir, o ministro Serra estará atuando como inocente útil, pois será o gato a retirar as castanhas do fogo, especialmente agora que o "bispo" Edir Macedo, que até agora conseguiu elidir fiscalizações, parece ter-se adiantado à CNBB e inviabilizado a pretensão católica de ter uma retransmissora UHF que tornaria possível a existência da rede católica de televisão "Viva vida".

Se o Estado brasileiro quer ser laico, não pode distinguir entre credos nem fazer leis que permitam interpretação capaz de favorecer uns em detrimento de outros concorrentes, neoliberalmente concorrentes em disputa de fiéis que desejam algum consolo espiritual e não ser objeto de proselitismo político. Todo cuidado é pouco para que, a pretexto de não pagar impostos, se chegue a um Estado integralista.

Estado 7.3.95

Eleição na CNBB divi

■ Conservadores lançam chapa de oposição à atual diretoria e

JOSÉ MARIA MAYRINK

SÃO PAULO — Um grupo de bispos conservadores e moderados, que se consideram "minorias silenciosas e desarticuladas" no episcopado, lançou chapa de oposição para enfrentar, nas eleições da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do próximo mês, os liberais que vêm dirigindo a entidade desde 1971, quando Dom Aloísio Lorscheider assumiu a presidência em substituição a Dom Agnelo Rossi. O objetivo do grupo é dar maior empenho à evangelização, à catequese e à ação pastoral e "menos ênfase em questões de natureza social e política".

A chapa é encabeçada pelo cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves, cujo nome foi lançado, à sua revelia, pelo bispo-coadjutor de Jundiá (SP), Dom Amaury Castanho. Em duas cartas circulares enviadas a 200 dos cerca de 290 eleitores que vão escolher o sucessor de Dom Luciano Mendes de Almeida, o porta-voz dos moderados indica também o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo, para a reeleição como vice-presidente e o bispo de Santo André (SP), Dom Cláudio Hummes, para secretário-geral.

Fidelidade — "Em nossas assembleias eletivas, salvo uma ou outra exceção, vêm sendo eleitos irmãos previamente escolhidos na linha da continuidade", afirma Dom Amaury na primeira circular, de 9 de novembro de 1994, depois de informar que a situação já estava se mobilizando para garantir a manutenção de sua linha na CNBB. Além de propor mudanças na orientação, o bispo-coadjutor de Jundiá argumenta que é preciso renovar o quadro de assessores e

assegurar "maior fidelidade e comunhão" com o Papa. "Nestes últimos 30 anos, perdemos espaço e prestígio", afirma Dom Amaury.

Dom Amaury Castanho propõe ainda, em nome dos moderados, que o episcopado dê mais atenção aos movimentos apostólicos leigos que, como os carismáticos, se preocupem mais com o aspecto espiritual, em vez de incentivar apenas as Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), a Pastoral da Juventude e outras pastorais sociais. "O colégio dos bispos brasileiros hoje certamente tem uma conformação moderada, mas trata-se de uma minoria silenciosa e desarticulada", lamenta o autor das circulares.

Renovação — Além das indicações para a presidência, os conservadores apresentam oito candidatos para a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e três para a Comissão Episcopal de Doutrina (CED). Apenas dois dos atuais membros das duas comissões — o arcebispo de Belém (PA), Dom Vicente Zico, e o bispo de Santo Amaro (SP), Dom Fernando Figueiredo — aparecem na chapa conservadora. "Precisamos de uma renovação mais completa", diz Dom Amaury, com a ressalva de que "jamais teria a ousadia de querer dividir o episcopado".

Embora as normas internas da CNBB desaprovem "qualquer constituição e divulgação de chapas, seja por correspondência anterior à assembleia eletiva, seja por distribuição durante a própria assembleia", Dom Amaury acha que, se a situação vem se articulando para garantir a continuidade de sua linha, também a oposição tem o "direito democrático" de apresentar uma chapa. A atual direção não lançou nenhum nome para as próximas eleições, mas é sabido que

seus candidatos são os bispos Dom Jayme Chemello (Pelotas-RS) para presidente e Dom Demétrio Valentini (Jales-SP), para secretário-geral.

Resistência — O sucessor natural de Dom Luciano Mendes de Almeida seria o atual secretário, Dom Antônio Celso Queiroz, bispo-auxiliar de São Paulo, que não pode concorrer porque, por determinação do Vaticano, só bispos que estejam no governo de dioceses podem presidir conferências episcopais. Essa decisão foi tomada depois que Dom Luciano foi eleito em 1987, quando também era auxiliar do cardeal-arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Ao deixar a CNBB, depois de oito anos de mandato, Dom Luciano deverá ser indicado para presidente do Conselho do Episcopado Latino-Americano (Celam), em Bogotá.

Dois dos três candidatos à presidência que constam da chapa de oposição recusaram-se a comentar a indicação de seu nome. "Não vou falar sobre esse assunto", limitou-se a responder o cardeal da Bahia, Dom Lucas Moreira Neves, por meio de sua secretária. Nas eleições de 1991, quando Dom Luciano foi reeleito por 160 votos, Dom Lucas ficou em segundo lugar com 136 votos.

Dom Cláudio Hummes também disse que não tinha comentários a fazer sobre sua indicação para secretário-geral. "Pessoalmente, não sou candidato", declarou. Somente o arcebispo de Belo Horizonte, que entrou na chapa dos conservadores apesar de pertencer à atual presidência, deixou claro que não quer a reeleição. "Não aceito nenhum cargo e vou lutar por uma chapa de consenso", avisa Dom Serafim Fernandes de Araújo.

para 34 (mais os que

ACRE*
Orleir Ca
49,83%
Flaviano P
42,98%

OS
GO

QU

GANH

Passa

rnadore

E e PA).

ta de 48

dos fed

o Rio)

ps 11 se

o, ganh

lege se

adores

nta a ba

pres de

de 36 p

s (sem o Rio)

presidir a Câmara

de moderados e liberais

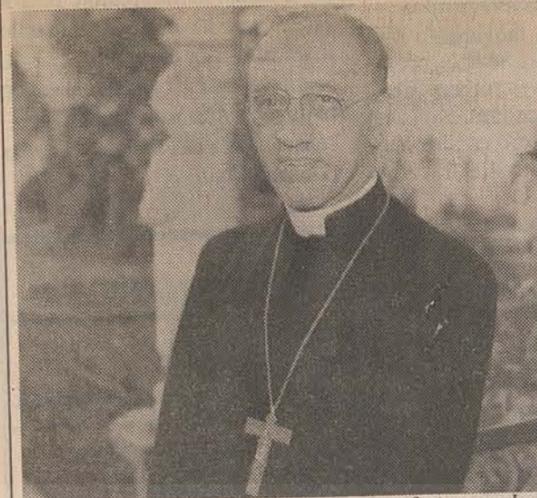
apostam no nome de Dom Lucas Moreira Neves para presidente

BISPOS UNIDOS
JAMAIS SERÃO
VENCIDOS!



A CHAPA DE OPOSIÇÃO I

Fotos de arquivo



Dom Lucas foi lançado à revelia e preferiu se calar



Dom Serafim vai lutar por uma chapa de consenso

DOS BISPOS MODERADOS

Presidência:

Presidente: Dom Lucas Moreira Neves (Salvador);

Vice-presidente: Dom Serafim Fernandes de Araújo (Belo Horizonte);

Secretário-geral: Dom Cláudio Hummes (Santo André).

Comissão Episcopal de Pastoral

Dimensão Comunitária e Participativa: Dom Eusébio Oscar Scheid (Florianópolis)

Dimensão Bíblico-Catequética: Dom Fernando Antônio Figueiredo (Santo Amaro)

Dimensão Missionária: Dom Vicente Joaquim Zico (Belém)

Dimensão Litúrgica: Dom Paulo

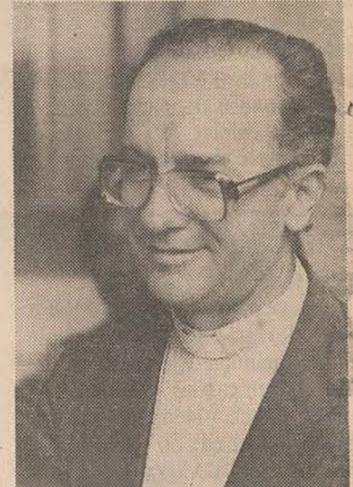
Cardoso da Silva (Petrolina)

Dimensão Ecumênica: Dom Antônio do Carmo Cheuiche (auxiliar de Porto Alegre)

Dimensão Sócio-Transformadora: Dom Alano Maria Penna (Nova Friburgo) para Educação e Juventude; Dom Rafael Llano Cifuentes (auxiliar do Rio de Janeiro), para Família; Dom Paulo Lopes Faria (Itabuna), para Meios de Comunicação Social.

Comissão Episcopal de Doutrina:

Dom Marcelo Pinto Carvalheira (Guarabira); Dom José Luís Azcona Hermoso (Marajó); Dom Walter Michael Ebejer (União da Conquista).



Dom Cláudio: secretário-geral

Dom Luciano faz gestões

por Ana Carolina Silveira
de Itaiçi

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está fazendo gestão junto ao governo federal no sentido de reabrir negociações com os petroleiros em greve. A direção do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, acompanhada dos deputados petistas Luciano Zica (federal) e Renato Simões (estadual) pediu ontem em Itaiçi que a CNBB use sua influência para a volta do diálogo entre a categoria e o governo.

Recebidos ontem por dom

Demétrio Valentini, bispo de Jales, em Itaiçi, durante a 33ª Assembléia da CNBB, políticos e sindicalistas ouviram resposta positiva. Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, telefonou para o chefe da Casa Civil, Clóvis de Barros Carvalho, pedindo ao governo que aceite receber uma delegação de petroleiros ou de parlamentares hoje a Brasília.

Os grevistas querem que as demissões sejam revertidas e estão dispostos a renegociar o acordo salarial que foi decretado sem validade. "Quere-

mos que o governo aceite nosso pedido e mostre uma nova postura, assim como está acontecendo com os petroleiros", disse dom Demétrio.

A Replan interrompeu na semana passada a produção de GLP (gás de cozinha) e desde sexta-feira acabou o estoque desse produto na unidade. Apenas 21 funcionários estão sendo mantidos na refinaria para a manutenção dos equipamentos. A cada oito horas, o sindicato determina um novo grupo para render a equipe da manutenção.

PESSOA JURÍDICA



CNBB

em vitória apertada

D. Lucas vence eleição na

Depois de 22 anos, ala conservadora assume direção do órgão co

Editoria de Arte/Gazeta Merc

Diretorias da CNBB

Comissão Permanente

1952-1958

Cardeal Dom Carlos C. de V. Motta - Presid.
 Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara
 Dom Alfredo Vicente Scherer
 Dom Mário de Miranda Vilas Boas
 Dom Antônio Moraes Almeida Júnior
 Dom Hélder Pessoa Câmara - Sec. Geral

Comissão Central

1959-1963

Cardeal Dom Jaime de B. Câmara - Presid.
 Cardeal Dom Carlos C. de V. Motta
 Dom Augusto Alvares da Silva
 Dom José Delgado
 Dom Hélder Câmara
 Monsenhor Hilário Pandolfo - Vice-Sec.

1964-1967

Dom Agnelo Rossi - Presid.
 Dom Avelar Brandão Vilela - 1º Vice-Presid.
 Dom Geraldo de M. Penido - 2º Vice-Presid.
 Dom José Gonçalves da Costa - Sec. Geral

1968-1971

Dom Agnelo Rossi - Presidente (reeleito)
 Dom Alfredo V. Scherer - 1º Vice-Presid.
 Dom Alberto G. Ramos - 2º Vice-Presid.
 Dom Aloísio Lorscheiter - Sec. Geral
 Dom José Alberto L. C. Pinto - Tesoureiro

Comissão Central

1972-1974

Dom Aloísio Lorscheiter
 Dom Avelar Brandão Vilela - Vice Presid.
 Dom José Ivo Lorscheiter

1975-1978

Dom Aloísio Lorscheiter (reeleito)
 Dom Geraldo Fernandes - Vice Presid.
 Dom José Ivo Lorscheiter - Sec. Geral

1979-1982

Dom José Ivo Lorscheiter - Presid.
 Dom Clemente Isnard - Vice Presid.
 Dom Luciano Mendes de Almeida - Sec. Geral

1983-1986

Dom José Ivo Lorscheiter - Presid. (reeleito)
 Dom Benedito Ulhôa Vieira - Vice Presid.
 Dom Luciano Mendes de Almeida - Sec. Geral (reeleito)

1987-1990

Dom Luciano Mendes de Almeida - Presid.
 Dom Paulo Eduardo A. Ponte - Vice Presid.
 Dom Antônio Celso de Queiroz - Sec. Geral
1991-1994
 Dom Luciano M. de Almeida - Presid. (reeleito)
 Dom Secrafim Fernandes de Araújo - Vice Presid.
 Dom Antônio Celso de Queiroz - Sec. Geral (reeleito)

Fonte: CNBB

Obs: Fundada no Rio de Janeiro, dia 14 de Outubro/1952. Na 13ª Assembléia Geral, em 1973, foi aprovada a transferência da sede da CNBB para Brasília. Em 15/11/1977 foi inaugurada a nova sede em Brasília, na data em que se celebrava o 25º aniversário de fundação da CNBB

para discordar de sua indicação para o presidência não convenceram os eleitores: sua idade - 69 anos, seu trabalho na diocese de Salvador e suas ocupações na Itália. "Vou pedir auxiliares ao papa", revelou, acrescentando que mudou de idéia em relação à eleição após ser interpelado por vários bispos que o alertaram do benefício que faria à Igreja.

Membro da ordem domi-

nicana, D. Lucas é cardeal em Salvador desde 1987. De 1974 a 1987 ficou em Roma, onde conheceu Karol Wojtylla, hoje o papa João Paulo II. É considerado o principal nome brasileiro para substituir o papa. Prefere discordar do rótulo de conservador. "Acho que esse tipo de etiqueta fica bem em insetos nos museus. Ninguém é só conservador ou progressista. Eu quero que a Igreja Católica

consERVE a fé, a tradição, princípios morais e a ética, se isso significa ser conservador. Mas quero também uma Igreja em progresso, com diálogo constante com a sociedade", explicou.

Um trabalho esperto e consistente elegeu D. Lucas como sucessor de D. Luciano Mendes de Almeida, que há oito anos dirigia a CNBB dentro de uma linha moderada. Na opinião do bispo D. Demétrio Valenti-

por Anã Carolina Silveira de Itaici

D. Lucas Moreira Neves, cardeal-primaz do Brasil e arcebispo de Salvador, foi eleito ontem presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). É o primeiro representante da chamada linha conservadora da Igreja a assumir a direção do órgão máximo do clero, depois de 22 anos conduzido por progressistas.

A vitória foi apertada. D. Lucas perdeu a primeira prévia realizada a partir das 8h30 de ontem no mosteiro de Itaici, município de Indaiauba, interior paulista, para o bispo D. Jayme Henrique Chemello, de Pelotas, por 156 a 149 votos. Nas três votações oficiais, no entanto, o cardeal foi vitorioso: 131 a 126 votos, 133 a 120 e 145 a 112 votos, tirando o cargo das mãos de D. Jayme, da linha progressista. O bispo de Pelotas acabou ficando com a vice-presidência, decidida em duas votações.

A candidatura de D. Lucas foi articulada por D. Amaury Castanho, bispo coadjutor de Jundiá, que enviou cerca de duzentas cartas aos participantes desta 33ª Assembléia da CNBB antes que se realizasse o processo eleitoral. "Não fiz nada para ser candidato e fiz o que pude para não ser eleito", disse o cardeal-primaz do Brasil, amigo do papa João Paulo II e detentor de oito encargos na Cúria Romana, no Vaticano.

As principais alegações

Branch: Am Willersberg 231
 98663 Ummerstadt
 Telefon 03 68 71 / 2 01 21
 Telefax 03 68 71 / 2 01 25

OKE Tillner GmbH & Co. KG
 Hansaring 7 · 49504 Lotte
 Telefon 0 54 04 / 952-0
 Telefax 0 54 04 / 952-200

OKTOBER	NOVEMBER	DEZEMBER
40 41 42 43	44 45 46 47 48	49 50 51 52
2 9 16 23 30	1 8 15 22 29	6 13 20 27
5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28
6 13 20 27	3 10 17 24	1 8 15 22 29
7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30
8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31
9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25
10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26

OKTOBER	NOVEMBER	DEZEMBER
40 41 42 43 44	45 46 47 48	49 50 51 52
2 9 16 23 30	6 13 20 27	4 11 18 25
3 10 17 24 31	7 14 21 28	5 12 19 26
4 11 18 25	1 8 15 22 29	6 13 20 27
5 12 19 26	2 9 16 23 30	7 14 21 28
6 13 20 27	3 10 17 24	1 8 15 22 29
7 14 21 28	4 11 18 25	2 9 16 23 30
8 15 22 29	5 12 19 26	3 10 17 24 31

THURSDAY

FRIDAY

SATURDAY / SUNDAY

Montag: 18:00

17:00

13:00

12:00

09:00

05:30

00:00

bis Freitag

ni, da Comissão de Pastoral Social da CNBB, esse trabalho ficou claro logo ontem pela manhã, quando D. Amaury Castanho e outros dois bispos pediram a indicação de apenas um nome para as prévias, em vez de três, como é a regra.

“Isso não deixou que outros nomes emergissem”, salientou D. Demétrio. Mas, o resultado não chegou a assustar. “Desta vez havia uma possibilidade maior de mudança para a CNBB com as eleições, mas isso acabou não ocorrendo.” Para ele, poderá haver uma conciliação de idéias com a eleição de D. Jayme para a vice-presidência, mas, com certeza, “a CNBB se envolverá menos em questões políticas e sociais”.

A longa amizade de D. Lucas com o papa também pode ter influenciado no processo eleitoral. Há um número consistente de bispos nomeados recentemente, alegou D. Demétrio, e que não desejam nenhum tipo de confronto com o Vaticano.

“A maioria dos bispos estava com pressa de que acabasse a dissonância entre a CNBB e o Vaticano”, esclareceu. Mas os mesmos que votaram em D. Lucas sabem que não será a eleição a mudar radicalmente os rumos da Igreja no Brasil. “D. Lucas é perspicaz e conta com o apoio da mais alta esfera da Igreja. Por isso, vai incentivar a continuidade do trabalho pastoral já iniciado no País”, disse D. Demétrio.



Da CNBB, d. Luciano, que pode presidir o Conselho Episcopal Latino-Americano

17.abr.95/Zero Hora



Pelotas (RS), d. Jayme Chemello, o preferido pela atual direção da CNBB

Veja o que é a CNBB

Da Sucursal do Rio

Fundada em 1952 graças principalmente ao trabalho de d. Hélder Câmara (hoje arcebispo emérito —aposentado— de Olinda e Recife), a CNBB busca promover a “colegialidade”, algo como comunhão entre os bispos brasileiros.

Ela reúne 380 bispos, dos quais 85 eméritos e 10 que vivem fora do país.

A entidade tem um uma espécie de poder moral sobre os bispos. A direção da CNBB, porém, não tem “poder doutrinário” —ou seja, não pode obrigar os bispos a acatar suas decisões.

A gestão do papa João Paulo 2º, iniciada em 1978, retirou das conferências episcopais nacionais alguns de seus poderes, como o de analisar os casos de solicitação de “dispensa de ministério” (padres que querem deixar o sacerdócio).

Em sua primeira assembléia, em 1953, em Belém (PA), a CNBB discutiu dois temas: plano nacional de combate ao espiritismo e reforma agrária. A partir daí e até a década de 70, suas assembléias trataram de temas mais ligados à igreja.

Em 1973, em um dos períodos mais duros do regime militar, a CNBB, presidida por d. Aloísio Lorscheider, incluiu os direitos humanos no temário de sua 13ª assembléia.

A partir daí, a entidade firmou-se como um dos principais referenciais na luta contra os governos militares. (FM)

1 - 14 Domingo, 30 de abril de 1995

brasil

OS BISPOS VÃO

CNBB tenta formar

Presidência da entidade deve ficar com um bispo “progre

AS URNAS

chapa de consenso

“progressista”, e a secretaria geral, com um “conservador”

FERNANDO MOLICA

Da Sucursal do Rio

Uma divisão de cargos está sendo articulada na busca de consenso para a eleição da próxima direção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Este acordo garantiria a presidência da entidade a um bispo “progressista” e entregaria a secretaria geral a um representante dos “moderados” ou “conservadores”.

A eleição ocorrerá durante a próxima assembléia geral da CNBB, entre os dias 10 e 19 em Itaici, distrito de Indaiatuba, a 110 km de São Paulo.

Desde o início da década de 70, os dois cargos —os mais importantes da entidade— vêm sendo ocupados por bispos “progressistas”, que procuram enfatizar o trabalho social da Igreja Católica.

A possibilidade de negociação reflete a ascensão dos “conservadores” na hierarquia da igreja no Brasil.

Dos bispos que votarão na assembléia, cerca de 150 (mais da metade do total) foram nomeados pelo papa João Paulo 2º, um adversário dos “excessos” cometidos por “progressistas”.

“A composição é possível”, afirma d. Waldyr Calheiros, 71, bispo de Barra Mansa e Volta Redonda (RJ), “progressista”, um dos principais articuladores da candidatura do bispo de Pelotas, d. Jayme Chemello —o preferido pela atual direção da CNBB.

Para d. Waldyr não haverá, entre os de sua ala, maiores resistências a um acordo com os “conservadores”.

“Desde que haja segurança para o desenvolvimento de nossos trabalhos”, ressalva, revelando uma preocupação quanto a uma eventual resistência da futura direção às atividades desenvolvidas pelos “progressistas” em comunidades de base.

Ao contrário de outras sucessões na CNBB, desta vez não poderá ser mantida a tradição de o secretário geral ascender à presi-

dência.

Por exigência do Vaticano (sede da igreja), o presidente de uma conferência nacional tem que ser bispo titular de uma diocese (região que engloba bairros ou cidades).

O atual secretário-geral, d. Antonio Celso Queiróz, não é titular, mas bispo-auxiliar da arquidiocese de São Paulo. A inelegibilidade de d. Antonio deixou a disputa em aberto.

Uma ofensiva dos “conservadores” acabou facilitando a possibilidade de composição. Em novembro e janeiro passados, o bispo-coadjutor (auxiliar) de Jundiá (SP), d. Amaury Castanho, enviou a cerca de 200 bispos duas cartas que continham nomes para uma chapa de oposição.

D. Amaury defendia “mudanças de rumo” na CNBB, com uma menor “ênfase em questões de natureza social e política”.

As cartas propunham o nome do arcebispo de Salvador, d. Lucas Moreira Neves, para a presidência da CNBB. Em 91, d. Lucas foi derrotado por d. Luciano na terceira rodada de votação.

As cartas romperam a discrição tradicional da disputa: vários dos indicados para cargos reagiram de forma negativa à indicação de seus nomes.

Entre eles, d. Lucas, d. Eusébio Oscar Scheid (arcebispo de Florianópolis-SC) e d. Serafim Fernandes de Araújo (arcebispo de Belo Horizonte-MG).

D. Serafim acabou se tornando o principal articulador do que prefere chamar de “busca de um consenso”.

Atual vice-presidente da CNBB, d. Serafim afirma que posições “progressistas” e “conservadoras” enfraqueceram-se nos últimos anos.

A indicação de d. Jayme Chemello também favorece a possibilidade de um acordo. Apesar de indicado pelos “progressistas”, d. Jayme não tem maiores adversários entre os “conservadores”. “Ele é um homem culto e cordato”, diz d. Amaury Castanho.

CNBB e Celam

Luciano Mendes de Almeida

A sigla CNBB tornou-se, aos poucos, conhecida entre nós. Significa a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica, cuja fundação, em 1952, muito deve a d. Hélder Câmara. Tem por finalidade aprofundar a comunhão entre seus membros, promover em conjunto a ação pastoral no país, estreitar os laços de união com a Santa Sé e as outras conferências episcopais. É sua missão, também, deliberar em matérias que o direito canônico estabelece. Pertence, ainda, à CNBB cuidar do relacionamento com os poderes públicos a serviço do bem comum.

Os membros da CNBB reúnem-se, uma vez por ano, por dez dias. Terá início no dia 10 de maio, em Itaici, a 33ª Assembléia Geral, que será eletiva dos 11 bispos da nova presidência e comissão de pastoral e há de estabelecer as “diretrizes gerais” para ação pastoral da Igreja Católica no Brasil, para o próximo quadriênio (1995-1998).

Há outra sigla que, nestes dias, aparece, com frequência, nos noticiários da Igreja. Trata-se do Celam —Conselho Episcopal Latino-Americano. É um organismo de serviço que promove a comunhão e comunicação entre as 22 conferências episcopais da América Latina e do Caribe, em sintonia com o chefe visível da Igreja Universal, o santo pa-

O Celam está completando 40 anos de existência. Nasceu no Rio, fruto da 1ª Conferência do Episcopado Latino-Americano, realizada de 25/7 a 4/8 de 1955. O estatuto foi elaborado no ano seguinte e recebeu aprovação de Pio 12, em 1957. A sede jurídica está em Bogotá (Colômbia), onde trabalham a presidência e os dez departamentos, que animam e ajudam a ação pastoral da Igreja Católica no continente.

Nestes dias, 1 a 7 de maio, realiza-se a 25ª Assembléia Geral do Celam, em Cuautitlán (México). Estão presentes 66 participantes, incluindo a presidência, os representantes das 22 conferências episcopais, os responsáveis pelos departamentos e seções e alguns convidados.

Num clima cordial, de intensa oração e discernimento, aplicam-se os bispos a conhecer melhor a realidade social e eclesial da América Latina e Caribe, a atualizar o estatuto do Celam e a elaborar recomendações para o novo Plano de Pastoral (1995-1998), inserindo-se o trabalho de preparação ao jubileu do ano 2000, convocado por João Paulo 2º, que deverá ser para toda a Igreja um tempo de graça e de seguimento mais radical de Jesus Cristo. A análise dos relatórios de nossos países revelou traços comuns de miséria crescente, com aumento da brecha entre ricos e pobres, da violência e da degradação moral que atinge a família e a juventude.

Isso exige uma nova evangelização que anuncie o desígnio salvífico de Deus —de vida e esperança—, e promover, decididamente, a justiça social e a solidariedade cristã em nossos países.

Foi eleito presidente o arcebispo de Tegucigalpa (Honduras), d. Oscar Maradiaga Rodríguez que, há oito anos, tem servido, com notável dedicação, em cargos de direção do Celam. As duas vice-presidências ficaram com os presidentes das Conferências do Brasil e Cuba. Estará à frente do Departamento para Família e Vida d. Pedro Antonio Fedalto, arcebispo de Curitiba, que tanto tem feito pela pastoral familiar em nosso país.

A assembléia encerra seus trabalhos no domingo, com a concelebração no santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, pedindo à padroeira da América Latina paz e concórdia para nossos povos.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

CNBB quer conter 'excesso

Documento dos bispos católicos sugere que as Comunidades Ecles

FERNANDO MOLICA

Da Sucursal do Rio

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está preocupada em evitar "um excesso de racionalismo" nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

As CEBs são comunidades de pessoas que formam a base de atuação social da Igreja Católica no Brasil. A discussão político-social é um dos principais alicerces dessas comunidades.

A preocupação é expressa no projeto das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, que será discutido e votado na próxima assembleia da CNBB, em 19 de maio, em Itaipava, no Estado do Rio de Janeiro, a 97 km de São Paulo.

O conjunto das diretrizes forma uma espécie de programa de ação para os bispos católicos para os próximos quatro anos e de atuação da diretoria da CNBB, que será eleito no encontro.

Preparado a pedido da atual direção da CNBB, o anteprojeto sugere uma maior atenção à espiritualidade nos trabalhos das CEBs.

O documento, porém, enfatiza a importância de a futura direção estimular o trabalho social da igreja e pede para que se evite chegar a considerar "lamentável" que "a ética social cristã apareça apenas como opção facultativa para o generoso empenho de poucos". A proposta da direção da CNBB demonstra preocupação com a diminuição do número de brasileiros que se declaram católicos.

O documento alerta para o crescimento do que classifica de "inercialismo", "o elevado número



A passadeira aposentada Rosa Conceição (de óculos, à frente), ora na igreja de Santa

FOLHA DE S. PAULO

ost nat
etbaren
eit, als

de racionalismo'

iais de Base privilegiem a espiritualidade

Folha Imagem

NO AR

Ou vai ou racha

NELSON DE SÁ
Da Reportagem Local

Fernando Henrique Cardoso descobriu o poder que tem. Da manchete do TJ:

— Fernando Henrique diz que paga para ver e não aceita mais blefe de partidos.

Mais à frente, na entrevista de Mônica Waldvogel com o novo todo-poderoso, ele já foi batendo, ao falar do episódio do PMDB:

— Eu pago para ver. A gente não pode transigir. Tem que ser firme. Sempre foi assim. Eu dialogo, tenho paciência, mas certas horas ou vai ou racha. Está na hora e pronto.

Frases curtas, definitivas, imperiais. Boris Casoy entrou logo na sequência e comentou, impressionado:

— Fernando Henrique sentiu o poder que tem o homem que detém o "Diário Oficial da União".

"Diário Oficial" que há tempos não era tão lido.

Sedução

O início foi difícil, com a concorrência de Oklahoma na viagem aos Estados Unidos, mas Fernando Henrique aos poucos ganhou a CNN. É a tal capacidade de sedução, de que tanto fala ACM.

O presidente vai seduzindo um âncora depois do outro, na rede. Ontem, como resultado da visita à Inglaterra, ele surgiu diversas vezes na transmissão internacional, de Londres.

Uma entrevista sem maior novidade, por aqui. Mas com discurso sedimentado, testado o bastante para seduzir outros além dos âncoras, com as boas e velhas ofertas de estabilidade e de privatização.

Estatística

Para o TJ, não há dúvida:

— Polícia mata 14 supostos traficantes no Rio.

Para o Jornal Nacional, foi algo mais vago:

— Policiais e traficantes se enfrentam em tiroteio.

Quando a polícia entra no meio, as manchetes da Globo nem contam os mortos.

Povo

Demorou, mas d. Paulo Arns parecia entusiasmado, ontem, ao comentar sobre a Redevida, na Redevida:

— Agora o povo vai falar. Eu dizia "o povo sofre, mas ninguém sabe". Agora vamos saber. "O povo espera e tem grandes idéias, e não tomam consciência disso". Agora vão tomar consciência.

ro de brasileiros que reuzaem a religião a uma convicção interior, pessoal, a uma religião "invisível" que abandona totalmente ou quase as práticas comunitárias".

A CNBB classifica como urgentes trabalhos junto aos "católicos não-praticantes", aos que se declaram sem religião e aos não-cristãos de algumas regiões brasileiras (como os índios).

O documento pede maior valorização das "tradições culturais e religiosas afro-brasileiras".

Presidência

O principal candidato à presidência da CNBB é o bispo de Pelotas (RS), d. Jayme Chemello, apoiado pela atual direção.

D. Jayme é considerado um "progressista moderado" —apóia as iniciativas sociais, mas mantém um bom diálogo com os setores que procuram enfatizar o aspecto espiritual do catolicismo.

Setores da oposição lançaram a candidatura do arcebispo de Salvador (BA), d. Lucas Moreira Neves, derrotado por d. Luciano Mendes de Almeida na eleição de 1991. D. Lucas nega ser candidato.

Nas últimas semanas cresceu um movimento que quer uma chapa de consenso, com "progressistas" e "conservadores".

'Progressistas' e carismáticos se aproximam

Da Sucursal do Rio

Zeca Guimarães/Folha Image

Moradores da periferia do Rio, a aposentada Rosa Domingos Conceição, o protético Wandick Leitão e os padres Marcus Barbosa Guimarães, René Stormacq e Vitalino Piaia protagonizam uma nova versão do desafio da Igreja Católica de unir o louvor a Deus com as lutas da Terra.

Os dois primeiros lideram grupos de católicos carismáticos; os padres são "progressistas", entusiastas da Teologia da Libertação.

Nos últimos 20 anos, as duas correntes ficaram em lados opostos do altar. Agora, convivem sob os tetos das mesmas igrejas da Baixada Fluminense.

Os carismáticos privilegiam as orações, as graças e dons divinos. Os "progressistas", as propostas de mudanças políticas e sociais.

As reuniões de carismáticos lembram cultos de igrejas evangélicas (protestantes) pentecostais como a Assembléia de Deus ou a Universal do Reino de Deus —os fiéis rezam em voz alta, dançam, clamam por curas e, eventualmente, praticam o exorcismo.

Vizinhos em uma das regiões mais pobres e violentas do Estado, os grupos exercitam agora uma convivência mais pacífica.

Rosa e Wandick participam de atividades estimuladas pelos "progressistas"; ela já apoiou movimentos de ocupações de terras, ele liderou parte de ato comemorativo do Dia do Trabalho.

Os padres abriram suas igrejas aos grupos carismáticos e um deles, Piaia, passou a celebrar uma "missa da Cura", inspirada em cultos evangélicos pentecostais. A celebração dura até três horas, o triplo de uma missa normal.

"As posturas não são excludentes", diz Piaia, pároco da igreja Nossa Senhora Aparecida, em Nilópolis, a cerca de 40 km do centro do Rio. Em fevereiro passado, ele foi designado pela diocese de Nova Iguaçu para coordenar o trabalho com os carismáticos.



Wandick Leitão, 28, que participa do movimento carismático

De acordo com os padres, os carismáticos ocuparam um espaço de busca espiritual e de participação na igreja deixado, inclusive, pela Teologia da Libertação.

Marcus Guimarães, da igreja de Santa Rita, em Nova Iguaçu (a 35 km do centro do Rio), destaca a prática de acolhimento dos grupos carismáticos em contraste com o tratamento frio recebido pelos fiéis na maioria das igrejas católicas.

A convivência, no entanto, não afastou as reservas. "Existe a tentação, entre eles, de se colocar os problemas sociais nas mãos de Deus", declara Piaia. "De vez em quando temos que colocá-los nos trilhos", afirma Stormacq, da igreja de São Sebastião, também em Nova Iguaçu.

A convivência entre "progressistas" e carismáticos não ocorre

só no Rio. O padre e teólogo Márcio dos Anjos, de São Paulo, afirma que cânticos carismáticos têm sido adotados em comunidades da periferia da capital do Estado.

Virgílio Bezerra de Almeida, padre em João Pessoa (PB), diz que carismáticos de sua paróquia participaram da ocupação de um conjunto residencial na cidade.

Fundador do PT em seu Estado, Almeida diz que adotou cânticos carismáticos em sua igreja.

Em 94, o Datafolha detectou que, dos eleitores brasileiros, 3,8% eram carismáticos. Base de um trabalho dos sociólogos Reginaldo Prandi e Antônio Pierucci, a pesquisa mostrou que os carismáticos rejeitavam mais a candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, do que os demais católicos. (FM)

↑ ↑ ↑ ↑ ↑ ↑ ↑
"Rufören
mit den Lügen
da unten!"

'Antes eu não entendia nada'

Da Sucursal do Rio

Passadeira aposentada, moradora de uma rua sem calçamento no Jardim Santa Rita, em Nova Iguaçu, Rosa Domingos Conceição, 65, afirma gostar "de oração e ação". Segundo ela, essa união corresponde ao desejo de Deus.

Rosa é fruto de uma das primeiras investidas carismáticas na Baixada Fluminense, ocorrida há quase 20 anos e comandada por um grupo de freiras. No contato com elas, Rosa afirma ter "descoberto" a Bíblia.

"Antes eu não entendia nada. Foi com os carismáticos que eu aprendi a juntar a Bíblia com a minha vida", afirma no interior da capela da Comunidade do Divino Espírito Santo, uma construção com cerca de 20 metros quadrados que fica ao lado de sua casa.

No convívio com as freiras, Rosa descobriu ser possuidora de "dons" (capacidades específicas distribuídas, segundo a Igreja Católica, pelo Espírito Santo).

Rosa diz ter três dons: o de animação, o de discernimento e, "um pouco", o de cura (capacidade de obter, junto ao Espírito Santo, a

cura ou melhora de um doente).

Ela, porém, admite "exageros" em alguns carismáticos. "Tem uns que dizem que vão curar, que vão fazer e acontecer. Outros gritam muito", critica.

Coordenadora de um grupo na igreja de Santa Rita (a do padre Marcus Guimarães), durante as orações levanta, diante do altar, um cesto com pedidos feitos pelos fiéis (prática adotada também entre os pentecostais evangélicos).

Wandick Leitão, 28, atua há 13 anos na igreja São Sebastião, em Austin, distrito de Nova Iguaçu. Descobriu a Renovação Carismática no final de 92.

No ano seguinte, animado com a "ênfase espiritual" dos carismáticos, organizou um grupo que hoje reúne de 350 a 400 pessoas a cada domingo.

Segundo ele, seu grupo não separa "o espiritual do social". "Nós nos consideramos profetas em luta. O Espírito Santo veio sobre os apóstolos e os transformou em pessoas destemidas", afirma. Com base na mesma lógica, Wandick diz que o Espírito Santo os faz agir diante de injustiças sociais. (FM)

Movimento surgiu em 1967

Da Sucursal do Rio

O movimento de Renovação Carismática foi fundado a partir de uma experiência mística que teria ocorrido em 1967 com um grupo de 30 estudantes e professores de uma universidade norte-americana, que participavam de um retiro.

Segundo os carismáticos, membros do grupo viveram o fenômeno narrado na Bíblia no segundo capítulo dos Atos dos Apóstolos.

De acordo com a narrativa bíblica, no dia da festa de Pentecostes, seguidores de Cristo reunidos "em um mesmo lugar" começaram a falar em línguas estrangeiras e a receber dons, como o da profecia e o do conhecimento.

A partir desta experiência, o movimento espalhou-se por diversos países (121 de acordo com os carismáticos). Segundo estimativa citada em documento da CNBB, os carismáticos contam com 25 milhões de adeptos no mundo.

A Renovação Carismática foi trazida para o Brasil em 1972 por padres norte-americanos.

Nesses 23 anos, o grupo construiu uma estrutura que inclui conselhos nacionais e regionais, programas de televisão e um jornal bimensal.

Além disso, pelo menos nove rádios brasileiras são dedicadas exclusivamente a programas produzidos pelos carismáticos. (FM)

D. Luciano tenta minimizar atritos

Da Sucursal do Rio

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, 64, afirmou à *Folha*, por telefone, "que o sentimento de unidade entre os bispos brasileiros consolidou-se nos últimos anos".

D. Luciano, que está no México, procurou minimizar as divergências entre os bispos, alegando que os documentos da CNBB são votados por todos.

Admitiu, porém, diferenças na adoção de "linhas de pastoral" baseadas nos documentos aprovados.

Após 16 anos na direção da CNBB —oito como secretário-geral e oito como presidente—, d. Luciano deixará o cargo durante a próxima assembleia da entidade. Ele é arcebispo de Mariana (MG).

Na semana passada, d. Luciano foi eleito no México primeiro vice-presidente do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano).

Ele afirmou que a luta contra as injustiças sociais e a pobreza será uma das marcas da nova direção do Celam.

Segundo o arcebispo, essa luta está inserida nas propostas dos bispos latino-americanos para a evangelização (divulgação dos ensinamentos de Jesus Cristo) no terceiro milênio.

De acordo com d. Luciano, a evangelização tem sido prejudicada pelo consumismo, "incentivado pelos meios de comunicação social". (FM)

PÁGINA A14

Bispos escolherão novo

Começa hoje em Itaici a assembleia anual da instituição, que prossegue até o dia 19

ROLDÃO ARRUDA

Começa hoje em Itaici, no município de Indaiatuba, interior de São Paulo, a 33ª Assembleia Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Um dos pontos mais importantes da pauta de reunião, que prossegue até o dia 19, é a eleição da nova diretoria da entidade para o período 1995-1998.

A CNBB, terceira maior congregação episcopal do mundo, com 374 integrantes, vem sendo dirigida há 22 anos por bispos identificados com a ala progressista, que defendem o engajamento da Igreja nas questões da sociedade civil e dão ênfase ao trabalho com os pobres. Essa hegemonia, porém, poderá ser quebrada nas eleições deste ano. Os conservadores, mais preocupados com as questões internas da Igreja, têm boas chances de assumir a direção da associação.

Dos 374 bispos que integram a CNBB, só 286 estão na ativa e podem votar para a escolha da nova diretoria. A média de idade deles é de 63 anos; o mais novo, o bispo auxiliar d. Alberto Taveira Correa, de Brasília, tem 44 anos. Os outros 88 bispos podem participar da reunião, mas sem direito a voto. Eles fazem parte da categoria dos eméritos, nome dado àqueles que já foram dispensados de suas responsabilidades em dioceses, por terem passado dos 75 anos e se aposentado, ou por problemas de saúde.

Propaganda — De acordo com os regulamentos da CNBB, os bispos não podem oficialmente formar chapas para concorrer às eleições, nem fazer propaganda escrita a favor de qualquer religioso. Desde o final do ano passado, porém, verificam-se no



D. Paulo: para o cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Serafim e d.

meio do episcopado movimentos de articulação de nomes de presidentes. Hoje, em Itaici, após a abertura solene da assembleia, eles devem intensificar essas negociações, nas chamadas reuniões privadas. A eleição só ocorrerá na semana que vem, após a realização de uma votação prévia para se conhecer os nomes dos bispos preferidos pelos seus pares.

Até agora, os nomes mais citados entre os bispos para o cargo de presidente da entidade são o de d. Serafim Fernandes de Araújo, de Belo Horizonte, mais próximo da ala dos conservadores, e o de d. Jayme Henrique Chemello, de Pello-

tas (RS), apoiado pelos progressistas. Há poucos dias, ao comentar a presença constante dos nomes desses bispos nas especulações sobre as eleições, o cardeal-arcebispo de São Paulo,

d. Paulo Evaristo Arns, observou que os dois têm qualidades comuns: já prestaram relevantes serviços à CNBB e conseguem dialogar facilmente com progressistas e conservadores. Essas são, aliás,

qualidades atribuídas também ao atual presidente, o arcebispo d. Luciano Pedro Mendes de Almeida, de Mariana, Minas Gerais.

Prestígio — O terceiro nome as-

**ELEIÇÃO
SERÁ NA
PRÓXIMA
SEMANA**

O presidente da CNBB

Lutudi/AE-12/4/95



ayme têm qualidades comuns

síduo nas especulações é o do arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, cardeal d. Lucas Moreira Neves. Identificado com a ala conservadora e bastante próximo da cúpula do Vaticano, trata-se de um dos religiosos mais prestigiados atualmente na Igreja. Nas eleições passadas, ele foi o segundo mais votado para o cargo de presidente: obteve 105 votos, enquanto o vencedor, d. Luciano, recebeu 160.

A expressiva votação de d. Lucas na eleição passada é um dos fatores que alimenta as especulações em torno da provável vitória dos conservadores em Itaici. Há um outro fator numérico considerável: do total de bispos na ativa, mais da metade foi nomeada pelo papa João Paulo II, há 17 anos no Vaticano. De maneira quase invariável, o pontífice tem privilegiado a ala conservadora nas suas escolhas.

O COTIDIANO DOS CATÓLICOS

O QUE CONTINUA EM ALTA

- Batismo de crianças com mais de 1 ano
- Primeira comunhão
- Missa para os mortos
- Orações em conjunto
- Confissões comunitárias

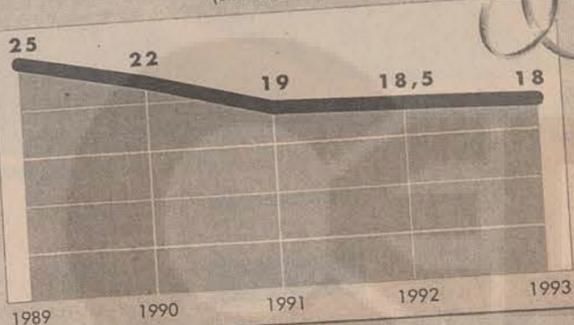
O QUE ESTÁ EM BAIXA

- Cursos obrigatórios para batizado
- O sacramento da crisma para adolescentes
- O casamento na Igreja
- A confissão individual, auricular
- A interferência religiosa na questão da natalidade

Fonte: a partir de informações do Relatório Quinquenal da Cúria

CASAMENTO RELIGIOSO

Diminui o número de pessoas que se casam na Igreja (em milhares)



Fonte: Cúria Metropolitana

Cresce número de uniões informais entre católicos

Segundo relatório da Cúria, 25 mil casais se uniram na igreja, em 89, contra 18 mil em 1993

Um dos temas da pauta da 33ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, que começa hoje em Itaici, é a definição das diretrizes gerais que vão nortear a Igreja até o final do milênio. O episcopado deseja fortalecer a ação dos leigos e encontrar novas formas de agir nas grandes cidades. Em São Paulo, a maior metrópole do País, o cardeal-arcebispo d. Paulo Evaristo Arns tem insistido com seus assessores sobre a necessidade de se encontrar uma face mais urbana para a Igreja.

Na opinião do cardeal-arcebispo, os atuais métodos de ação, originários da Idade Média, são mais apropriados às pequenas e bucólicas comunidades rurais — onde os vínculos familiares e grupais são muito fortes — do que às metrópoles.

A insistência do cardeal, de 74 anos, tem uma razão objetiva: a queda da influência católica nos grandes aglomerados urbanos. Depois de passar 25 anos à frente da arquidiocese paulistana, que é hoje um anel urbano, com 635 quilômetros quadrados, quase 8 milhões de habitantes e enormes disparidades sociais, d. Paulo afirma não ter ilusões quanto às suas dificuldades.

Num relatório que entregou recentemente ao papa, o cardeal fala claramente dessas dificuldades, que decorrem em grande parte das mudanças de valores da população. Em 1989, uniram-se nos altares da cidade 25 mil casais. Quatro anos depois, em 1993, o número baixou para 18 mil. Há um crescimento das uniões informais, ao largo da Igreja e até dos cartórios de registro civil. Por outro lado, aumentam as separações. "A mentalidade cada vez mais aceita é de que se o casamento

não der certo as partes devem se separar", constatou o cardeal no relatório que levou a Roma.

Somente os católicos mais fervorosos e praticantes ainda torcem o nariz para as separações, na opinião de d. Paulo. Mas eles são minoria na Igreja. Os líderes religiosos sabem que boa parte das pessoas que vai aos templos para pedir os sacramentos, sobretudo o batismo e o matrimônio, é movida por uma fé tradicionalista ou então por considerar tal atitude socialmente recomendável. Elas não teriam compromissos de ligação mais íntima com a religião.

Um exemplo dessa falta de compromisso é o que ocorre com o sacramento da confirmação, ou crisma. Previsto para ser ministrado por um bispo quando o jovem católico atinge

a faixa etária entre 14 e 16 anos, esse sacramento não tem tanta significação social quanto o festejado batismo dos bebês. Isso talvez explique por que em cada 100 crianças batizadas na Capi-

tal só 20 voltam para receber a crisma.

Preparados, ao longo dos séculos, para organizar o trabalho de catequese, principalmente a partir de núcleos familiares tradicionais, os sacerdotes são cada vez mais confrontados com uma realidade muito diferente. Cresce rapidamente na Capital o número de famílias formadas com pedaços que restaram de casamentos anteriores, desfeitos, assim como o número de filhos que moram sozinho com a mãe ou com pai, e de mães adolescentes. Nos grupos mais pobres da região metropolitana, quase 30% das famílias já são chefiadas por mulheres, de acordo com pesquisas da Fundação Seade, organização responsável pelas estatísticas oficiais do Estado.

É essa realidade que tem levado o cardeal-arcebispo a propor a busca de um novo rosto, mais urbano, para a Igreja. (R.A.)

IGREJA QUER FORTALECER AÇÃO DOS LEIGOS

CNBB em assembléia

Luciano Mendes de Almeida

Trata-se da assembléia geral que se realiza, por estatuto, a cada ano, com a duração de dez dias. Nesta 33ª assembléia, em Itaici, de 10 a 19 de maio, estão presentes até o momento 250 bispos, com direito a voz e voto. Comparecem, também, os bispos eméritos. Participam, ainda, assessores, os secretários das 16 regionais, membros da Comissão Nacional do Clero, diáconos, representantes dos religiosos, do Conselho Nacional de Leigos e dos organismos que cooperam com a CNBB, num total aproximado de 350 pessoas.

Há duas características neste encontro, que inicia o novo quadriênio (1995-98): o tema central e as eleições. Serão, com efeito, aprovadas as "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil". Resultam de ampla consulta às dioceses e querem responder à convocação do papa João Paulo 2º para o jubileu do 3º milênio.

Qual é a missão evangelizadora da Igreja? É a de testemunhar Jesus Cristo, em comunhão fraterna, formando o povo de Deus e participando na construção de uma sociedade justa e solidária. Essa missão é iluminada pela opção preferencial de Jesus Cristo pelos pobres, levando a todos e às diferentes culturas vida e esperança do reino de Deus, cuja plenitude se realizará após a vitória sobre o pecado e a morte.

B

A evangelização inclui, assim, várias dimensões que se interpenetram: a formação e a vivência da comunidade visível, a catequese que aprofunda a palavra de Deus, à luz da tradição, a ação litúrgica que celebra e realiza o mistério de Cristo. A comunidade de fé assim formada é chamada a assumir a mesma missão de Cristo, proclamando o reino de Deus a todos, dialogando com as culturas e outras religiões, colocando-se a serviço da transformação da sociedade.

Em poucos anos, houve mudanças rápidas e profundas: demográficas, econômicas, políticas, a exasperação dos aspectos negativos da modernidade, a crise ética e o pluralismo religioso, tendendo ao individualismo e à mistura de crenças e práticas de vários cultos.

As novas diretrizes oferecem vários enriquecimentos: esclarecem melhor o sentido da evangelização, alargam a compreensão da ação salvífica de Deus no mundo, procuram discernir a diversidade de situações e contextos em que atua, convocam todos os batizados à ação evangelizadora que se traduz pelo serviço, comunhão, diálogo e anúncio do reino de Deus.

Em pauta constam ainda as comunicações estatutárias, a análise da conjuntura nacional com os desafios da luta contra a miséria e a proposta de uma nova ética pública. O dia de sexta-feira, sob a orientação de d. Marcelo Carvalheira, foi, em clima de silêncio, integralmente dedicado à oração, sobre a espiritualidade do seguimento de Cristo.

As eleições estão marcadas para o início da semana. Na manhã de domingo, haverá uma conversa aberta e fraterna, entre os bispos dos 16 regionais, apontando livremente as preferências para as diversas funções. Na segunda-feira, em plenário, será feita a votação prévia, seguida logo após pelos escrutínios, para cada cargo da presidência e comissões episcopais.

Agradecemos as preces de nossas comunidades e pedimos a Deus que a proteção de Nossa Senhora Aparecida se estenda a todas as mães.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

CNBB prevê déficit de R\$ 99 mil para este ano

Da Folha Sudeste

A previsão orçamentária da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para este ano inclui um déficit de US\$ 110 mil (cerca de R\$ 99 mil).

O relatório foi apresentado anteontem à tarde aos 277 bispos que participam da 33ª assembleia geral da entidade, que acontece no bairro de Itaici, em Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

"Isso mostra que os bispos e mesmo a CNBB precisam arrumar alternativas para evitar o déficit", afirmou ontem o padre Virgílio Leite Uchôa, 57, subsecretário para Assuntos Econômicos e Financeiros da entidade.

Segundo ele, uma das formas de aumentar a receita seria buscar mais doações dos fiéis através de um trabalho a ser desenvolvido em cada diocese.

O relatório aponta uma despesa prevista para este ano de US\$

1,145 milhão (R\$ 1,030 mil), com uma receita de US\$ 1,035 milhão (R\$ 931.500,00).

Uchôa disse que para 1994 também houve um previsão de déficit de US\$ 136 mil (R\$ 129,2 mil), mas a CNBB fechou o ano com um superávit de US\$ 66 mil (R\$ 59,4 mil).

O fechamento positivo foi possível graças às doações de entidades estrangeiras ligadas à Igreja Católica, que cobriram 45% das despesas e foram a principal fonte de renda da instituição.

Rede Vida

Também ontem o arcebispo de Botucatu (SP), d. Antônio Maria Mucciolo, 72, disse que a Rede Vida de Televisão, da Igreja Católica, será inaugurada em 20 de junho deste ano.

Ela está funcionando em caráter experimental há 12 dias.

13.557

TEACH TEAM

TEACH TEAM

Holger Forsmann Schulungen
fon (0251) 533373 - fax (0251)



CNBB ainda procura

Bispos reunidos em Itaici começam amanhã a escolha do

Lucio Pilon/Folha Imagem

Da Folha Sudeste

Os bispos que participam da 33ª assembléia geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) ainda não têm um nome de consenso para a sucessão de d. Luciano Mendes de Almeida.

As prévias para a escolha do novo presidente, vice, secretário-geral e 13 membros das comissões episcopais de doutrina e pastoral começam amanhã no mosteiro de Itaici, em Indaiatuba (a 30 km de Campinas), onde acontece a assembléia.

Candidatos

Dois nomes estão na disputa pela presidência da CNBB, o terceiro maior episcopado do mundo, atrás dos EUA e da Itália.

A ala "conservadora" da igreja é favorável à candidatura do arcebispo de Salvador (BA) e cardeal-primaz do Brasil, d. Lucas Moreira Neves, 70. Ele nega a candidatura e evita o assunto.

Os "conservadores" são mais ligados às determinações do Vaticano e preocupados com a evangelização.

D. Lucas foi responsável pela nomeação de pelo menos 60 bispos durante sua permanência na Congregação para Bispos em Roma, entre 1979 e 1987.

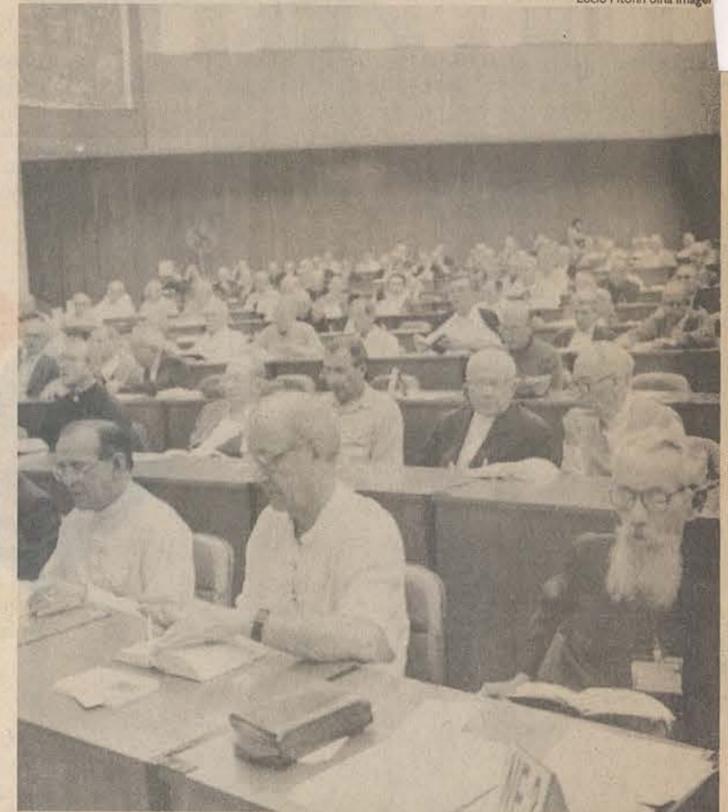
Eleição

Para ser eleito, o candidato precisa ter dois terços dos votos dos cerca de 270 bispos com direito a voto que participam da assembléia.

O candidato da ala "progressista", que domina a CNBB há 22 anos, é o bispo de Pelotas (RS), d. Jayme Henrique Chemello. Ele tem apoio do atual presidente, d. Luciano Mendes de Almeida.

D. Jayme também se recusa a falar sobre sua candidatura, mas espera dar um caráter mais missionário às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) caso seja eleito.

A ala "progressista" é mais próxima dos movimentos populares e sociais.



Bispos reunidos na 33.ª assembléia da CNBB em Campinas

Bispos divulgam relatório

Da Folha Sudeste

A Igreja Católica elegeu a acumulação de bens materiais e a degradação moral como principais alvos da sua ação pastoral no Brasil para os próximos dois anos.

A meta consta do Relatório Pastoral do Quadriênio, divulgado ontem pela manhã na 33ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

O documento é assinado pelo presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, e sugere uma ação vigorosa de evangelização.

O relatório diz que a acumulação descontrolada de bens materiais e a degradação da moral teriam provocado o crescimento da

criminalidade no país. "Vive-se uma atmosfera onde se respira violência, insegurança e medo de eventuais agressões, com reações inaceitáveis, como a dos linchamentos, de quem pretende fazer justiça pelas próprias mãos."

Campanha

A situação dos presos no Brasil deverá ser tema da Campanha da Fraternidade da CNBB em 1997.

"Os presos fazem parte do excluídos, tema deste ano, mas precisam de uma maior atenção da igreja e sociedade", afirmou d. Demétrio Valentini, de Jales (SP).

A decisão será tomada em reunião em junho. Em 1996 o tema será "Política e Fraternidade".

ra nome de consenso

os próximos dirigentes da entidade máxima da igreja no país

DIAS DE OFERTAS



Buy

Sede em Brasília pode mudar eleição na CNBB

Núncio apostólico quer estreitar contato

por Ana Carolina Silveira de Itaiç

O discurso de abertura da 33ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) feito pelo núncio apostólico D. Alfio Rapisardía surpreendeu os religiosos reunidos em Itaici e poderá tumultuar as eleições para a entidade na próxima semana. Representante do Papa no Brasil, o núncio falou sobre a necessidade de um dos membros da direção da CNBB morar em Brasília. Isso significa que um bispo em alto cargo deverá deixar sua diocese para permanecer no Distrito Federal, onde está a sede da CNBB e da Nunciatura Apostólica.

D. Alfio assegurou que quer uma "colaboração estreita entre a Nunciatura e a CNBB" e que isso só ocorrerá com contato permanente. Citou ainda o cargo de secretário-geral como um dos que deveriam residir habitualmente em Brasília.

"Nenhum bispo quer abandonar sua diocese para

tornar-se um burocrata", disse um religioso. Não há indicações, para esse religioso, de que o pronunciamento do núncio tenha sido orientado pelo próprio Papa, a fim de ter maior controle sobre as ações da CNBB.

D. Lucas Moreira Neves, cardeal primaz do Brasil, candidato potencial da ala conservadora para a presidência da entidade, não quis se pronunciar sobre a opinião do núncio. Com o discurso de D. Alfio, o bispo auxiliar de Brasília, D. Raymundo Damasceno Assis, teve seu nome cotado para a direção da CNBB.

As eleições começarão na próxima segunda-feira. Serão escolhidos três bispos para os cargos da presidência e direção, oito para a comissão episcopal de pastoral, cinco bispos e dois suplentes para a comissão episcopal de doutrina e o representante da CNBB e suplente junto ao conselho episcopal latino americano.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

manterá ativo seu lobby junto ao Congresso Nacional e Senado para tentar influenciar a votação de projetos polêmicos que firam a ética religiosa. A entidade conta com o padre Ernani Pinheiro como assessor político e lobbista. "Não temos estatística sobre quantos parlamentares ouvem, mas normalmente temos bons resultados", diz Dani Ivo Lorscheiter, bispo de Santa Maria (RS).

Um mau resultado, porém, tornou-se ontem uma das preocupações entre os bispos durante a 33ª Assembléia da CNBB, em Itaici. Recém aprovada no Congresso, a lei que permite operações para mudança de sexo entrou em choque direto com as convicções dos religiosos. "Não pode haver relativismo ético ou moral; esse relativismo corrompe os valores que se baseiam na natureza e, por definição, estes devem ser imutáveis", salientou D. Benedito de Ulhoa Vieira, arcebispo de Uberaba.

Falta de consenso na CNBB faz 'progressistas' lançarem chapa

FERNANDO MOLICA

Enviado especial a Indaiatuba

Os bispos identificados com a atual cúpula da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), considerados "progressistas", lançaram chapa para a direção da entidade.

Esse lançamento caracteriza a dificuldade encontrada pelos que buscam um consenso entre os bispos que hoje devem eleger o novo presidente.

As normas da CNBB não permitem o lançamento de chapas. Isso, porém, não impediu que elas fossem formadas.

Bispos ligados à atual direção fizeram circular por entre os participantes da 33ª Assembléia da CNBB, em Indaiatuba (a 100 km de São Paulo), um folheto com indicações de nomes para a presidência, Comissão Episcopal de Pastoral, Comissão Episcopal de Doutrina e representação junto ao Celam (Conselho Episcopal Latino-americano).

Os indicados para a direção da entidade são os seguintes: d. Jayme Chemello, bispo de Pelotas (RS), para presidente; d. Marcelo Carvalheira, de Guarabira (PB), para vice-presidente; e d. Geraldo Lyrio Rocha, de Colatina (ES), para secretário-geral.

Na manhã de ontem, durante reunião dos bispos de São Paulo (regional Sul 1 da CNBB), foi fechada a chapa de oposição: d. Lucas Moreira Neves, de Salvador (BA), para presidente; d. Cláudio Hummes, de Santo André (SP), pa-



Vista do plenário da assembléia geral da CNBB em Indaiatuba

ra vice; e d. Raymundo Damasceno Assis, bispo-auxiliar de Brasília, para secretário-geral.

Secretário por oito anos da Congregação para os Bispos (órgão do Vaticano, sede da Igreja Católica), d. Lucas participou do processo de promoção de padre a bispo de mais de cem dos que hoje escolhem a nova direção da CNBB. Com oito cargos no Vaticano, ele é um dos arcebispos mais ligados ao papa João Paulo 2º.

A situação procura manter a linha adotada pela CNBB nos últimos 24 anos e que enfatiza a parti-

cipação da igreja em movimentos políticos e sociais.

A oposição diz que pretende ver a CNBB mais voltada para as questões religiosas. Nas últimas décadas os primeiros vêm sendo chamados de "progressistas" e os segundos, de "conservadores".

Como haverá uma eleição para cada cargo, não estava afastada uma composição na prática: os bispos elegeriam d. Jayme para presidente e d. Raymundo para secretário-geral. D. Waldyr Calheiros, de Volta Redonda, um dos principais articuladores dos "progressistas", admitia essa solução.

Texto diz que FHC faz 'operação desmanche'

Da Folha Nordeste

Um texto apresentado anteontem durante os trabalhos da sessão da 33ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), realizada em Indaiatuba (SP), reflete as críticas manifestadas pelos bispos em relação ao programa social desenvolvido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O manifesto assinado pelo as-

essor político da entidade, padre José Hernand Pinheiro, analisa a conjuntura político-social no país.

O relatório afirma, por exemplo, que o governo está dando início ao projeto "Operação Desmanche", ao se desfazer das instituições que atuam na área social.

"Na prática, os programas desenvolvidos não conseguem levantar vôo", diz o manifesto.

O texto, que acabou recebendo uma indicação positiva do episco-

pado, servirá de subsídio para uma manifestação da CNBB no final da assembléia.

As análises do padre Pinheiro se aproximam muito das propostas de setores da pastoral social da instituição.

No capítulo da reforma constitucional, o texto do assessor elogia a "desconstitucionalização" promovida pelo governo, segundo a qual ficam na Constituição os princípios gerais, mas as regras são definidas em legislação ordinária.

15.5.95
6m

Relatório aponta falhas

O documento entregue por D. Luciano mostra as falhas da entidade

por Ana Carolina Silveira
de Itaici

Uma rigorosa avaliação do desempenho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos últimos quatro anos foi feita por seu presidente D. Luciano Mendes de Almeida, em Itaici, município de Indaiatuba, durante a 33ª Assembléia da CNBB. Relatório apresentado por D. Luciano prestou contas e, mais importante, apontou na entidade suas falhas na evangelização, sua impotência contra o avanço das seitas e sua falta de êxito em conscientizar a sociedade sobre o papel no combate à miséria.

"Nosso tempo foi curto e não atingimos o objetivo principal que era a total conversão dos católicos", ressaltou D. Luciano durante a assembléia que marca sua saída do cargo de presidente da CNBB. Em um detalhado documento lido para os 250 bispos que participam do encontro, D. Luciano esclarece a necessidade de intensificar o trabalho de evangelização, levando à frente experiências bem-sucedidas como os cursos de formação de agentes pastorais.

O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) calculou que 75% da população brasileira é católica, sendo dois terços não praticantes. Em levantamento anterior, os católicos eram 90% da população. "O crescimento das sei-

tas se deu quase na mesma proporção da diminuição de católicos e elevação do número de não praticantes", admitiu D. Luciano.

"As seitas oferecem atrações mais vistosas que a comunidade católica, atingindo diretamente aqueles que não têm lastro para discernimento", afirma D. Luciano. Por outro lado, cresceram os chamados "agentes da vida eclesial", leigos que se envolvem com o trabalho da Igreja Católica junto às comunidades.

Não há registros oficiais do número de leigos atuantes, mas o presidente da CNBB cita, como exemplo, 400 pessoas que prestam serviços à Igreja em sua diocese, Mariana (MG).

Dados da CNBB de 1993 mostram uma população de 14,7 mil padres no País, 35,4 mil religiosas e mais de 6 mil seminaristas cursando filosofia e teologia. "Esses números são insuficientes para o Brasil", assegura.

Apesar do tom pessimista das conclusões de seu relatório, D. Luciano diz perceber que a juventude está aproximando-se mais da Igreja, os padres trabalham com mais disposição e os leigos tornam-se peça-chave para os trabalhos nas comunidades católicas. O presidente da CNBB sugere que se façam mais romarias aos santuários e se promova uma peregrinação da

imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo País.

DOCUMENTO

Qual o caminho previsto pelo governo para o crescimento econômico do País que garanta a distribuição de renda? Por que o governo está tão desorganizado internamente? Não seria necessária a figura de um articulador político para melhorar as relações entre Execu-

tivo e Legislativo? Qual o futuro do Plano Real no contexto das privatizações? Respostas a reflexões como estas deverão tornar-se a base de um documento sobre a conjuntura nacional que começa a ser preparado pelos bispos reunidos na 33ª Assembléia da CNBB.

A preparação do texto usará como fonte de discussões o estudo "Os pobres são os primeiros destinatários da missão".

la CNBB

na evangelização

elaborado pelo padre Ernanne Pinheiro, assessor político da CNBB, que expõe um panorama sócio-econômico e político nacional e pinceladas sobre problemas da economia mundial. O título foi tirado da missão da Igreja, resumida na 3ª Conferência Latino-americana dos Bispos em Puebla, onde se citava que os pobres merecem atenção preferencial. Apoiado pela maioria dos

quase 250 bispos que se encontram em Itaici, o texto do padre Ernanne aponta a distância entre as intenções do governo e a prática política. Fala das indefinições no campo social, do desmanche de instituições de auxílio aos carentes e não poupa críticas ao programa "Comunidade Solidária", coordenado por Ruth Cardoso, que "na prática não levantou vôo".

Recursos externos devem cobrir déficit

por Ana Carolina Silveira
de Itaiçara

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) poderá recorrer às doações de organizações católicas internacionais para equilibrar seu orçamento deste ano. Entidades estrangeiras como as alemãs Adveniat e Misereor, além da Comissão Pró América Latina — com sede no Vaticano — devem ampliar seus donativos para a CNBB a fim de cobrir o déficit previsto para 1995.

No ano passado, as organizações doaram US\$ 563 mil e tornaram-se principal fonte de receita da CNBB. Neste ano, os donativos estrangeiros estavam calculados inicialmente em US\$ 320 mil, porém o déficit de US\$ 110 mil projetado pela entidade deverá alavancar mais recursos externos.

O total de despesas de 1995 previstas pela CNBB alcança US\$ 1,145 milhão, para uma receita de US\$ 1,035 milhão. Fontes internas de recursos, como a Campanha da Fraternidade (de onde a CNBB recebe 10% do total arrecadado pelas dioceses) podem crescer, porém não na mesma proporção das verbas internacionais.

O orçamento da CNBB tem se mantido estável ao longo dos anos em cerca de US\$ 1 milhão. Em 1994, as despesas (geralmente com encontros nacionais e formação de pessoal) chegaram a US\$ 1,230 milhão, para uma receita que alcançou US\$ 1,296 milhão.

Os recursos da Campanha da Fraternidade são estimados conforme o potencial de cada diocese. Enquanto Belém e Fortaleza planejam remeter US\$ 1 mil cada uma à CNBB, o Rio de Janeiro alcança US\$ 8,8 mil e Belo Horizonte, US\$ 5 mil. Pequenas cidades como Divinópolis, Guaxupé e Itabira, arcam com mais de US\$ 1 mil cada uma. O total repassado à CNBB é estimado em US\$ 300 mil.

A contribuição dos santuários — em especial o de Aparecida do Norte — também é de importância significativa para a receita da CNBB. Para este ano, os recursos desse segmento estão estimados em US\$ 90 mil.

A CNBB conta atualmente com 44 funcionários e, no ano passado, registrou uma folha de pagamentos mensal de R\$ 20,8 mil.

Bispos

Governo recusa proposta da CNBB

Do enviado especial a Indaiatuba

O governo recusou a proposta da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) de reabrir negociações para o fim da greve dos petroleiros.

Em conversa, na noite de ontem por telefone com o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, o ministro Clóvis Carvalho (Casa Civil) disse que qualquer negociação passaria pelo cumprimento da decisão da Justiça.

Ontem, os petroleiros pediram a intermediação dos bispos da CNBB, reunidos em Indaiatuba, na negociação com o governo.

Segundo o bispo de Jales (SP), d. Demétrio Valentini, os petroleiros estavam dispostos a, inclusive, rediscutir o cumprimento do acordo salarial feito em 94. O cumprimento do acordo é a principal reivindicação dos grevistas. Em troca, os petroleiros queriam que o governo voltasse atrás na decisão de demitir líderes grevistas.

TEACH TEAM

Holger Forstmann-Schulungen - Münster
fon (0251) 533373 - fax (0251) 531836

Conservador presidirá a CNBB

por Ana Carolina Silveira de Itaiç

Depois de 22 anos dirigida por mãos progressistas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passa para uma linha mais conservadora. D. Lucas Moreira Neves, cardeal-prímaz do Brasil e arcebispo de Salvador, amigo do papa João Paulo II, foi eleito ontem presidente da CNBB. Dom Lucas é primo do ex-presidente Tancredo Neves.

Seu vice será D. Jayme Chemello, bispo de Pelotas (RS) e concorrente de D. Lucas para a presidência. D. Lucas substitui D. Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG), que ficou os últimos oito anos à frente do órgão máximo do clero brasileiro. A posse acontece na próxima sexta-feira.

A articulação em torno do nome de D. Lucas foi feita por D. Amaury Castanho, bispo coadjutor de Jundiá, que se antecipou à realização da assembleia e enviou cerca de duzentas



D. Lucas Moreira Neves

cartas aos bispos pedindo votos. "Foi um trabalho bem feito que não deixou outros nomes emergirem", opinou D. Demétrio Valentini, da Comissão Pastoral Social da CNBB.

Aos 69 anos, membro da Ordem Dominicana, D. Lucas parecia surpreso com sua vitória. "Não fiz nada para ser candidato e fiz o que pude para não ser eleito", disse.

(Ver página A-9)

CED IN

Telefone: 024 01 325 300
Fax: 024 01 325 300
Horário: 9h às 18h
CNE - Rua: Quilômetro 01, 700

Telefone: 024 01 325 300
Fax: 024 01 325 300
Horário: 9h às 18h
CNE - Rua: Quilômetro 01, 700

Eleição de secretário-geral confirma nova linha da CNBB

por Ana Carolina Silveira de Itaici

Os bispos reunidos em Itaici, município de Indaítuba, escolheram ontem o nome que ocupará o segundo cargo mais importante na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), depois da presidência. É dom Raymundo Damasceno Assis, bispo auxiliar de Brasília (DF), eleito secretário-geral da entidade em primeira e única votação e considerado da ala moderada da Igreja.

Dom Raymundo derrotou por 174 votos a 74 o bispo de Colatina, dom Geraldo Lyrio Rocha, que ficará entre os nove bispos da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), conforme outra votação. Sua indicação veio ao encontro do pedido feito pelo núncio apostólico dom Álfio Rapisarda, no início dos trabalhos da 33ª Assembleia da CNBB, na semana passada. O núncio, embaixador do papa no Brasil, ressaltou a necessidade de o secretário-geral da entidade residir em Brasília para um contato estreito e permanente com a nunciatura católica e, conseqüentemente, com o Vaticano.

O bispo auxiliar de Brasília acredita que o pronunciamento de dom Álfio não tenha influenciado em sua votação. "Como auxiliar, disponho de mais tempo para as questões da CNBB, mas tenho também a vantagem de residir em Brasília", esclareceu. Aos 58 anos, dom Raymundo substituirá dom Antônio Celso de Queiroz, representante de uma linha mais progressista.

Nos últimos quatro anos, foi secretário-geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Para dom Raymundo, a CNBB montou uma composição capaz de dar continuidade "sem continuísmo" às

"Decisão é da assembléia"

"Cada um tem o seu jeito de ser", resumiu D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sobre seu sucessor D. Lucas Moreira Neves, escolhido anteontem em Itaici. "A CNBB pode não ter partidos, mas tem opções diferentes para o mesmo cargo", complementou.

D. Luciano, considerado "o homem da unidade" na Igreja Católica e com um perfil moderador, afirmou que D. Lucas, cardeal primaz do Brasil e arcebispo de Salvador, aumentará as perspectivas da CNBB perante o Vaticano. "O papa sempre nos tratou bem, mas D. Lucas tem um conhecimento eclesial maior que o meu", garantiu.

A nova presidência continuará querendo servir, na opinião de D. Luciano, e está habilitada a isso. "O sistema da CNBB não depende de

uma só pessoa, e o presidente é um executivo de nossa assembléia." A missão da Igreja não é mais a mesma da época da ditadura, mas ela continuará zelando pela dimensão ética. "Não pode haver corporativismo, pressão dos mais fortes, revisão dos direitos adquiridos; a Igreja quer que em tudo seja ouvida a voz de quem quer ética", salientou.

As eleições somente deverão terminar hoje em Itaici, depois de três dias de prévias e vários turnos de votação. Já haviam sido escolhidos presidente e vice, secretário-geral e dois membros da Comissão Episcopal de Pastoral (CEP), até às 16 horas de ontem. Faltavam ainda outros sete membros de CEP, cinco bispos para a Comissão Episcopal de Doutrina e o representante da Conferência junto ao Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

(ACS)

ações desempenhadas por dom Luciano Mendes de Almeida. "A Igreja prosseguirá com seu papel de mediadora de diálogo entre sociedade e poder público.

Os rumos da conferência nesta próxima gestão, que durará quatro anos, se definirão pelas diretrizes pastorais, segundo dom Raymundo, que serão apresentadas até amanhã em Itaici. "Estamos nos ajustes finais do texto", disse. Os bispos deverão concluir também um documento sobre conjuntura nacional. Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André e relator desse documento, esclareceu que a Igreja irá ater-se a aspectos éticos como dignidade humana, respeito à vida e justiça social, alinhando essas questões com o momento político que o País atravessa.

O trabalho sobre conjuntura terá duas páginas, no máximo, e incluirá observações quanto à reforma constitucional e à necessidade do envolvimento da população nas discussões sobre emendas. "Não nos opomos à reforma e reconhecemos que a Constituição está com imperfeições; queremos fazer uma crítica que observe também o lado positivo da conjuntura atual", explicou dom Cláudio. Esse lado "positivo", na opinião do bispo, está, por exemplo, no combate à inflação, em que o governo vem tendo sucesso.

OCTOBER	NOVEMBER	DEZEMBER
40 41 42 43 44	44 45 46 47 48	49 50 51 52
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

OKE Tillner GmbH & Co. KG
Hansaring 7 · 49504 Lotte
Telefon 054 04/952-0
Telefax 054 04/952-200

Branch: Am Willersberg 231
98663 Ummenstadt
Telefon 03 68 71/2 01 21
Telefax 03 68 71/2 01 25

SATURDAY / SUNDAY

FRIDAY

A desobediência dos petroleiros com relação a decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho, que julgou ilegal a greve) é inadmissível e eles têm que reconhecer que estão se colocando fora da lei.

A opinião é do advogado Fábio Konder Comparato, professor da USP (Universidade de São Paulo). "Os limites de uma greve se estabelecem quando começa a prejudicar outras categorias e o povo em geral", diz Comparato.

O ministro do TST, Galba Magalhães Velloso, apesar de não fazer parte da sessão (espécie de departamento) do tribunal que julgou a greve dos petroleiros, afirmou que a decisão foi "corretíssima".

Para o professor da USP, Dalmo Dallari, "não há dúvida de que a atitude dos petroleiros é uma desobediência civil, mas a decisão do TST é tão escancaradamente política que o trabalhador não pode levá-la a sério."

Os petroleiros não têm outra saída a não ser voltarem ao trabalho. O governo, por sua vez, também não pode tomar qualquer atitude, pois desmoralizaria o TST, analisa o advogado trabalhista,

Amauri Mascaro Nascimento, professor da USP.

Segundo Nascimento, pela Constituição, os abusos do exercício do direito de greve sujeitam os responsáveis às penas da lei e a responsabilidade é civil, penal e trabalhista.

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, disse que os petroleiros deveriam voltar ao trabalho "porque este é o modo de acatar a decisão do Judiciário".

Segundo ele, o Judiciário não pode ser pressionado. "Se os petroleiros se acham prejudicados por uma decisão devem recorrer dela", disse.

Anteontem, a CNBB havia sido procurada por uma comissão de petroleiros e deputados do PT que pediram a intervenção de d. Luciano para convencer o governo a reabrir as negociações.

Para a advogada trabalhista Sylvania Romano, a desobediência espelha a falta de crença no Poder Judiciário e no governo.

"A atitude dos trabalhadores é reflexo da intransigência do governo", afirma Marcelo Sereno, do comando de greve e membro da

CUT.

O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vê intransigência do governo em negociar com os petroleiros, que estaria prejudicando a população. "Há irresponsabilidade da equipe do governo."

Lula comparou a recusa do presidente Fernando Henrique Cardoso em negociar com a tática usada pelo general Golbery, que participou do governo militar (64-84). "A idéia é desgastar as lideranças dos trabalhadores diante da categoria. É a mesma coisa que o Golbery fazia".

Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical, afirmou que a situação atual dos petroleiros ficou complicada e virou uma queda-de-braço.

No Rio, o ministro da Justiça, Nelson Jobim, e o secretário da Administração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticaram a CUT.

Jobim acusou a central de conduzir a greve dos petroleiros com "interesses em crises políticas e de Estado".

Bresser Pereira preferiu dizer que a CUT é "hoje totalmente dominada pelos burocratas."

Colaboraram a Sucursal do Rio e o enviado especial a Indaiatuba

IMPOSTOS

Evento discute alternativas para a reforma tributária no Brasil

Da Reportagem Local

O ex-secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, o advogado Ary Oswaldo Mattos Filho e o economista Marcos Cintra debateram, ontem, os "Rumos da Reforma Tributária no Brasil".

Osiris, que já fez o papel de xerife da Receita usando, como ele mesmo diz, "tática de guerrilha" —mantendo o sonegador sempre sob tensão— para recuperar o ní-

vel da arrecadação, culpa a alta carga tributária pela evasão.

Para ele, para resolver o problema não é preciso mudar a Constituição, mas corrigir deformações na legislação, que permitiu a criação de uma série de impostos e contribuições para tapar buracos emergenciais.

Ary Oswaldo, que coordenou a formulação de uma proposta de reforma tributária iniciada no governo Fernando Collor, vê problemas

na Constituição, mas acha que antes de definir o tamanho da arrecadação é preciso resolver o modelo de Estado que se quer ter.

Já Marcos Cintra propõe a criação de um Imposto Único, cobrado sobre as transações financeiras.

O evento teve apoio da Folha e foi organizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) e Unafisco de São Paulo, entidade de representação dos auditores fiscais.

(Silvana Quaglio)

Advogados fazem crítica

Para especialistas, trabalhadores estão fora da lei e podem ser julgados; CNBB pede a volta ao trabalho

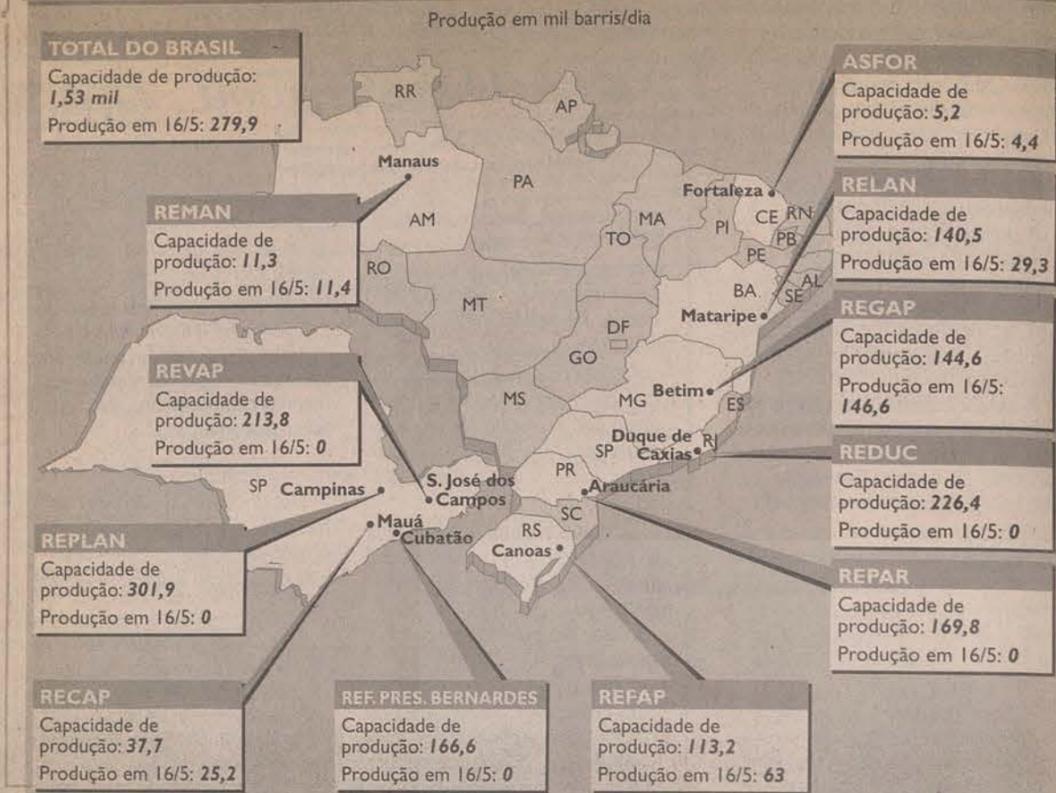
Quarta-Feira, 17 de maio de 1995 1-9

OLEIROS - 2

cas à desobediência

tem ser julgados; CNBB pede a volta ao trabalho

A SITUAÇÃO NAS REFINARIAS



PROJETO DE LEI

Receita quer fechar brechas para reduzir IR

Do enviado especial ao Rio

O governo envia até o final de junho um projeto de lei ao Congresso para fechar as brechas legais que usadas pelas pessoas jurídicas (empresas) para reduzir o pagamento do Imposto de Renda.

Segundo o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, "serão modificadas as possibilidades de deduções e isenções do IR para prevenir o planejamento tributário". No caso, planejamento quer dizer evasão fiscal. Ele informou que a Receita representou criminalmente contra uma empresa de consultoria (não revelou qual) por "formação de bando ou quadrilha" e estímulo à sonegação.

Maciel participou ontem do 7º Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, no Rio. O secretário criticou o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) e considerou a hipótese de o tributo voltar a ser cobrado como sintoma de escassez de recursos para financiamento de um setor. "Como solução provisória, ele é admissível".

(José Roberto Campos)

PATENTES

Comissão do Senado vota projeto de lei

Da Sucursal de Brasília

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado reúne-se hoje para votar o projeto da nova Lei de Patentes, que vai regular direitos e obrigações sobre propriedade industrial no país.

A nova lei vai substituir o Código de Propriedade Industrial, de 1971, permitindo a concessão de patente (monopólio da produção e da exploração da invenção) de produtos alimentícios, farmacêuticos e de química fina.

Uma das maiores polêmicas em torno da nova lei é que ela admite patenteamento de microorganismo, para atender a uma determinação da OMC (Organização Mundial do Comércio).

A votação do projeto já foi adiada três vezes. O relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), fez duas modificações para dar mais clareza ao conceito de "microorganismo transgênico" — os únicos que poderão ser patenteados —, "para impedir o patenteamento, por raciocínio indutivo, de seres vivos superiores como animais ou vegetais".

FINOR

Auditoria do TCU aponta irregularidades

Da Sucursal de Brasília

O Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste) comprometeu, nos últimos dez anos, recursos duas vezes além de sua capacidade. Esta é uma das várias irregularidades constatadas no fundo, durante auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União).

A média anual de recursos comprometidos com projetos empresariais na região é de US\$ 622 milhões, mais que o dobro do ingresso de receitas, da ordem de US\$ 295 milhões ao ano, de acordo com relatório da auditoria.

Se for mantida a atual capacidade de ingresso de recursos, serão necessários mais sete anos somente para concluir os 772 projetos em implantação.

O TCU responsabiliza os dirigentes da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), administradora do Finor, pelos "resultados insignificantes" obtidos pelo fundo. Segundo o coordenador de Comunicação Social da Sudene, Cleofas Reis, a aprovação da maioria dos projetos está suspensa desde o início de 94.

Bispos chegam a acordo sobre

Do enviado especial a Indaiatuba

As novas diretrizes pastorais para a Igreja no Brasil, aprovadas ontem por unanimidade pelo plenário da CNBB, revelam um equilíbrio entre propostas relacionadas com trabalhos espirituais e sociais.

As diretrizes são um conjunto de recomendações aos bispos, mas estes não são obrigados a segui-las: os bispos são subordinados ao papa, e não à CNBB.

Não houve maiores restrições, mesmo por parte dos "conservadores", às sugestões de engajamento no trabalho social que faziam parte do anteprojeto apresentado pela direção da CNBB.

Para facilitar a aprovação unânime, os encarregados da redação final do documento retiraram do anteprojeto críticas a setores da igreja. Ficou de fora a crítica àqueles que não se empenham a fundo na execução do trabalho social.

De um modo geral, os "conservadores" optaram por um caminho oposto ao do confronto: insistiram em dar mais ênfase a aspectos religiosos, como o da santidade de Maria e a importância do anúncio da mensagem de Jesus.

O plenário não aprovou a proposta de d. Karl Romer, bispo-auxiliar do Rio, no sentido de se destacar, no processo de evangeliza-

ção, a importância da mensagem espiritual de Jesus Cristo.

D. Karl Romer e o arcebispo do Rio, d. Eugênio Sales, porém, conseguiram a aprovação de emendas que ressaltam a importância das autoridades da Igreja.

Essas emendas destacam a supremacia dos bispos no trabalho desenvolvido em conjunto com os padres e mesmo com os leigos (católicos que não fazem parte da estrutura institucional da igreja).

O texto estimula o trabalho com outras culturas e o diálogo com outras religiões, mas alerta para os riscos do "relativismo religioso" — tendência de considerar igualmente válidas todas as religiões.

diretrizes

As diretrizes também enfatizam a importância de trazer de volta para a igreja os "católicos não-praticantes" — aqueles que não participam da vida religiosa.

O "conservador" d. Amaury Castanho reclamou que as Comunidades Eclesiais de Base — grupos incentivados pelos "progressistas" — tinham muito destaque no documento, enquanto que outros movimentos (como cursilhos e encontros de casais com Cristo) nem eram citados. Acabou contemplado com uma citação desses grupos.

(Fernando Molica)

Holger Forsmann Schulungen - Münster
fon (0251) 533373 - fax (0251) 531836

TEACH TEAM

TRAINING & CONSULTING

Holger Forsmann Schulungen - Münster
fon (0251) 533373 - fax (0251) 531836

TEACH TEAM

TRAINING & CONSULTING

21.5.95

Documento da CNBB pede uma melhor distribuição de renda

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem documento em que manifesta preocupação com as iniciativas do Executivo e Legislativo quanto à economia do País. No pronunciamento sobre a conjuntura nacional, os bispos reunidos em Itaici, durante a 33ª Assembléia da CNBB, pedem que o desenvolvimento seja "economicamente justo e solidário, adequado ao meio ambiente e facilitando a participação de todos nos processos políticos e sociais".

CNBB pede que direitos individuais e sociais básicos sejam preservados

Os bispos esperam que o governo e parlamentares apresentem rapidamente soluções eficazes, em especial as de ordem social, "pois a fome não pode esperar e a concentração de renda tornou-se insuportável". Há ainda registro sobre a apreensão da Igreja com a abertura indiscriminada do mercado, que pode provocar fuga de capital e de capacidades técnicas, "sufocando as frágeis poupanças nacionais e desestimulando sua aplicação em investimentos produtivos".

Com relação à reforma constitucional, os religiosos retomam o tema solicitando que esta preserve os direitos individuais e so-

ciais básicos, não sendo ditada por corporativismo ou por grupos que pretendem conservar privilégios abusivos.

O repúdio ao aborto e às tentativas de legalizar a esterilização, já presente em documentos anteriores, se repete neste pronunciamento. Com mais vigor, porém, os bispos este ano pedem que sociedade e governo combatam a corrupção, a insegurança e a violência generalizada.

O documento, que lembra ainda a urgência de medidas de combate à fome e miséria, será distribuído pela Igreja em todo o País e deverá chegar às mãos dos parlamentares e do governo pela direção da CNBB.

PASTORAL DA TERRA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) vai tentar uma articulação com outras entidades de defesa da reforma agrária para encaminhar um pedido de destituição de Brazílio de Araújo Neto da presidência nacional do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O presidente da CPT, D. Orlando Dotti, distribuiu ontem nota afirmando que Araújo Neto representa "os latifundiários e o bloco ruralista do Congresso Nacional, com seus interesses corporativos". "Ficamos surpresos com sua nomeação para o Inbra, já que ele nunca teve compromisso com a reforma agrária. Sua credencial para o cargo é a amizade com o ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira", afirmou D. Orlando.

TEACH TEAM

25.5.95

FOLHA DE S. PAULO

Novas diretrizes da CNBB

Luciano Mendes de Almeida

Concluiu-se ontem, em Itaici, a 33ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos Católicos.

Foram aprovadas as novas "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil" (1995-1998). Trata-se de um texto de 320 parágrafos e representa notável esforço de redação que só se tornou possível graças ao trabalho preparatório, à competência da comissão e às muitas contribuições oferecidas durante estes dias. O texto recebeu inúmeras emendas, quase todas integradas no documento. A agradável surpresa foi a aprovação por unanimidade. Será, agora, utilizado pelas comunidades como instrumento de trabalho que, na preparação do Terceiro Milênio, nos ajude a assumir, com novo ardor, a evangelização no Brasil, especialmente dos católicos não-praticantes.

A convocação do papa João Paulo 2º para o jubileu do ano 2000 envolve um amplo programa de revigoração da fé, da esperança e na vivência da caridade fraterna.

Os meios de comunicação social deram larga difusão às eleições da CNBB, procurando descobrir tensões e campanhas eleitoreiras, dividindo o episcopado em progressistas e conservadores. No entanto, o clima fraterno das eleições na CNBB garantiu o respeito à liberdade na escolha de pessoas e a característica singular de consenso unânime na hora da votação dos documentos. Isso mostra, dentro da sadia diversidade, a comunhão de princípios e a colegialidade na ação pastoral.

Além dos relatórios sobre o trabalho da igreja e o acompanhamento do plano de pastoral, a assembléia analisou a conjuntura nacional e resolveu elaborar um pronunciamento às comunidades sobre a situação atual do país. A perspectiva dessa análise não é a de oferecer soluções técnicas para os problemas, mas a de anunciar a dignidade de todos e de cada um dos cidadãos, a justiça social, a necessária solidariedade entre todos, sobretudo para com os pobres, chamando a atenção para as exigências na política em geral e no exercício do poder público.

O texto constata o passo decisivo no combate à inflação e saneamento da moeda, mas reafirma que o desenvolvimento deve ser justo e solidário, marcando em nome da ética os limites de livre mercado.

Quanto às reformas na Constituição, devem preservar os direitos individuais, sociais e básicos e assegurar participação da sociedade. Repudia o aborto e as tentativas de legalizar a esterilização. Mostra a necessidade de respeitar os aspectos éticos na questão da lei das patentes. Estimula o combate à corrupção. Denuncia o clima de insegurança e violência. Proclama urgência em erradicar a miséria, com um adequado programa agrário e agrícola, oportunidades de trabalho e política salarial.

A assembléia terminou, dando posse à nova presidência e com palavras de confiança na graça divina, para continuarmos a missão de Jesus Cristo, partilhando as dores e esperanças do povo e somando forças na luta pela vida.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

TEACH TEAM



D. Lucas ataca cenas de nu na TV e sincretismo

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, 70, disse ontem que é contra o sincretismo (fusão de elementos culturais) do catolicismo e religiões não-cristãs e defendeu a limitação de cenas de sexo na televisão.

"O sincretismo, pastoralmente falando, não é uma opção válida", disse. Na quarta-feira à noite, o grupo Olodum quase foi impedido pelo arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão, de se apresentar no santuário Dom Bosco.

D. Lucas afirmou que, se o caso ocorresse em sua arquidiocese (Salvador), estudaria "com todo o respeito".

Adeptos do candomblé reclamam de proibições do cardeal-arcebispo de Salvador a rituais em que eles se unem aos católicos.

A igreja do Bonfim tem agora as portas fechadas no dia da lava-

gem de suas escadas, uma homenagem anual do candomblé.

D. Lucas diz que "a lavagem é um sincretismo religioso de três minutos. Tudo o mais (a festa) é um sincretismo com bebida, violência, imoralidade".

Ele nega, porém, que tenha sido sua a iniciativa de fechar as portas do templo. "Foi meu terceiro antecessor".

D. Lucas afirmou que pode apoiar uma lei que vete cenas de sexo e nudez na TV. "Eu sou contra a imoralidade na televisão".

Ele pediu a sua assessoria uma cópia do projeto do deputado evangélico Salatiel Carvalho (PP-PE), aprovado nesta semana na Comissão de Educação. D. Lucas defende um código de ética, prevendo sanções aos infratores.

O presidente da CNBB chegou a Brasília no início desta semana, sua primeira passagem pela sede da entidade desde que foi eleito presidente, no dia 15 de maio.

CNBB prepara "grito"

29.7.95
CARLOS MAGNO DE NARDI
Da Reportagem Local

A Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) organiza um ato público nacional contra a política econômica rotulada como "neoliberal" do governo Fernando Henrique Cardoso.

Intitulado "O Grito dos Excluídos", o ato está previsto para ser realizado nas principais capitais no dia 7 de setembro.

Em um dos textos de divulgação do evento, a pastoral diz ser contra as propostas econômicas do governo FHC. "É um projeto conservador, contrário a reformas que criem oportunidade de vida e de bem-estar para os brasileiros."

"Pelo contrário", continua o texto, "sua implantação vai exigir mais arrocho dos salários, das aposentadorias, vai significar mais desemprego, além de aumentar a privatização da saúde, da educação e outros serviços sociais".

A conclusão do documento é a seguinte: "É um projeto de morte; não podemos aceitá-lo".

A exclusão se traduziria na sociedade pelo salário mínimo, pela expulsão da terra, pelo desemprego, a fome e a miséria.

O padre Luiz Bassegio, assessor do setor pastoral social da CNBB, diz que a primeira pergunta a ser respondida hoje pela sociedade é a quem o projeto do governo está beneficiando.

Segundo Bassegio, o objetivo do ato é "ser a voz e a vez dos excluídos" (aqueles que estão fora do padrão mínimo de consumo).

Para combater a exclusão, a pastoral propõe o que chama de "democratização" da propriedade e do uso da terra, melhor distribuição da riqueza e um projeto econômico que gere emprego e atenda às necessidades da população.

A pastoral pretende realizar no dia do ato uma série de caminhadas e romarias, manifestações em locais públicos, com "panelaços", fogos e balões.

Estão confirmados até agora atos nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Alagoas, Porto Alegre, Minas Gerais e Amazonas.

A Pastoral Social é comandada por d. Demétrio Valentini, bispo diocesano de Jales (SP).

O ato tem o apoio do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, da Central dos Movimentos Populares, da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do Movimento dos Sem-Terra.

Aparecida

Também no dia 7 de setembro, será realizada a Romaria do Trabalhador em Aparecida (170 km a noroeste de São Paulo).

Em seu oitavo ano, a romaria terá como tema "Mãe, Eis o Grito dos Teus Filhos". Os organizadores de "O Grito dos Excluídos" pretendem aumentar o número de participantes na romaria.

Nesse dia, está prevista a saída de romeiros de vários locais do país. Os organizadores pretendem reunir cerca de 70 mil pessoas em Aparecida.

As pastorais da CNBB são os órgãos responsáveis pela atuação da entidade em setores específicos da comunidade (menor, sem-terra, saúde etc.).

TRAINING & CONSULTING
TEACH TEAM

contra po

Editoria de Arte/Folha Imagem

OS OBJETIVOS DO "GRITO"

- Protestar contra uma economia sem ética, dominada pela técnica que gera o desemprego
- Protestar contra a política econômica neoliberal do governo, que gera e produz a exclusão
- Combater as formas de exclusão que se traduzem como salário mínimo, expulsão da terra, desemprego, fome e miséria
- Anunciar a vida em primeiro lugar
- Ser voz e vez dos excluídos

ATIVIDADES

- Manifestações em lugares públicos (igrejas, praças, santuários e estádios)
- Participação na Romaria do Trabalhador em Aparecida do Norte
- Manifestações públicas com painéis, buzinas, fogos e balões nas capitais do país

Fonte: Pastoral Social da CNBB

Holger Forstmann Schulungen - Münster
fon (0251) 53337-3 - fax (0251) 531836

TRAINING & CONSULTING
TEACH TEAM

Um Grito de Alerta à Nação

Declaração da CNBB

“Eu vi a miséria do meu povo...ouvi o clamor por causa dos opressores... e por isso desci para libertá-lo”(Ex 3,7.8)

Nós, Bispos do Conselho Permanente da CNBB, reunidos em Brasília de 22 a 25 de agosto de 1995, expressamos com veemência nossa indignação e nosso repúdio diante do massacre ocorrido contra famílias de agricultores sem terra na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara, Rondônia. Vimos de público unirmos às manifestações já expressas pelos Bispos de Rondônia e por diversas outras instâncias da sociedade face a este triste e horrível acontecimento.

Depoimentos fidedignos, colhidos entre as pessoas que viveram o drama e o acompanharam de perto, comprovam que o massacre não foi só cruel, causando vítimas tanto entre agricultores como entre os policiais, mas se revestiu de requintes de barbárie que nos envergonham como nação. Foram violados flagrantemente direitos constitucionais. Tais fatos mostram a gravidade dos problemas, cuja solução há tanto tempo vem sendo protelada em nosso País.

Como pastores solidários com o sofrimento de tantas vítimas de situações injustas, conclamamos a todos para assumir suas responsabilidades: o Governo Federal e o Congresso Nacional, para que acelerem a Reforma Agrária e viabilizem uma adequada política agrícola; os Governos Estaduais, para que tomem as providências que lhes competem; o Poder Judiciário, para que tenha sensibilidade social e imparcialidade em suas decisões; as Forças Policiais, para que estejam a serviço da segurança da população e não como instrumento de opressão. Importa que todos nos unamos para superar o clima de violência, de vingança e impunidade que parece ir tomando conta de nosso País, tanto no meio rural como no ambiente urbano.

Os acontecimentos de Corumbiara mostram com clareza que a terra não pode continuar objeto de cobiça dos poderosos para agravar a escandalosa concentração da riqueza em nosso País, mas deve estar a serviço da vida, garantindo sua destinação para o trabalho, para a produção de alimentos e para a convivência pacífica da população.

Convidamos todos a ouvir o grito dos excluídos, e transformá-lo em clamor de oração, de conversão e de solidariedade com os pobres, assumindo os mesmos sentimentos que Maria expressou em seu canto (Le 1,46 ss), para que Deus nos escute a todos e desça para salvar nossa pátria das correntes da injustiça e da violência.

Brasília-DF, 24 de agosto de 1995.

CNBB debate referência ao 'grito' em nota

25.8.257
Do enviado especial a Brasília

A promoção do Grito dos Excluídos — manifestações de protesto que ocorrerão no 7 de Setembro — provocou polêmica durante a reunião do conselho permanente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). O conselho reúne 29 bispos.

Bispos que discordam da manifestação, como d. Eugênio Sales, do Rio, conseguiram descaracterizar uma menção ao evento em nota que será divulgada hoje sobre conflitos relacionados à posse de terras no Pará e em Rondônia.

O texto original da nota fazia uma convocação aos atos do dia 7: "Convidamos todos a ouvir o 'Grito dos Excluídos'".

Inicialmente, d. Eugênio pediu que a palavra "grito" fosse substituída por "clamor".

Um acordo manteve a expressão, mas com letras minúsculas e fora de aspas.

(Fernando Molica)

CNBB espera reunir 80

'Painel dos excluídos' ataca a política econômica 'neoliberal'

FHC fala em festa de direitos humanos

Governo tenta 7 de Setembro popular

Da Sucursal de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso fará pronunciamento hoje à nação para falar de direitos humanos no país, logo após presidir, a partir das 9h, desfile militar em homenagem ao Dia da Pátria, na Avenida do Exército, em Brasília.

O governo quer dar um caráter mais popular à festa e programou um show de música e fogos de artifício para a Praça dos Três Poderes. Para custeá-lo, buscou recursos na iniciativa privada.

FHC chegará ao desfile num carro aberto, um Rolls-Royce doado ao governo brasileiro pela rainha Elizabeth 2ª, da Inglaterra, nos anos 70. Depois do desfile, segue para o Palácio da Alvorada, em carro fechado,

onde fará o pronunciamento.

O presidente falará de improviso sobre direitos humanos nos jardins do Alvorada. Ao vivo, em cadeia facultativa de rádio e TV, FHC se encontrará com o cantor Milton Nascimento e os coros infantis dos Curumins e Rouxinóis (projetos com meninos de rua).

A previsão é que Milton fale sobre cidadania e depois cante, com o coral, a música "Cio da Terra".

Em seguida, FHC falará por 12 minutos para ressaltar a imagem de um país que luta contra as desigualdades sociais e que tem caráter multirracial.

Milton e os coros infantis estarão presentes também no início da noite, quando participarão de show popular na Praça dos Três Poderes.



Caminhões e tanques ensaiam para des

Quinta-Feira, 7 de setembro de 1995 1-11

mil contra miséria

do governo FHC e pede mais ação na área social

ge fi De sc di sa mü vo fa au me sc

F: Da ze st la Fi A: Ga di ha Mit unc sch mei ver gar lic F: Wod sch tau

A: Ja eben, sie sahen früher keiner rer Situation. Das Moment des vollständigen Hoffnungslosigkeit schon bestimmt. Jeden Tag im S

Bispos di

Da Agência Folha, em Recife, João Pessoa e Fortaleza

A Arquidiocese de Recife e Olinda (PE) responsabilizou a ala "progressista" da Igreja Católica pelo aumento das seitas no Brasil.

A afirmação foi feita ontem pelo vigário-geral e porta-voz da entidade, Miguel Cavalcanti, 73, um dia depois de o papa João Paulo 2º advertir os bispos nordestinos sobre o perigo que as seitas representam para a igreja.

"Em vez de pregar a palavra de Deus, eles (os progressistas) deram para a parte social e política, e a política divide, atrapalha,

Kissinger visita Serra, FHC e Sarney

Ex-secretário deu livro para presidente

vergem sobre avanço das seitas

não acrescenta", disse.

"Concordo que isso possa acontecer, da mesma forma que acredito que ocorre também na Igreja Católica tradicional", respondeu o padre Maurício Parant, integrante da ala "progressista".

"Ao encontrar uma igreja preocupada só com a moral, e não com o social, muitos ficam escandalizados e procuram conforto em outro lugar", afirmou Parant.

Além dos "progressistas", o vigário-geral apontou ainda as promessas de milagres, a carência de padres e a "influência oriental" como fatores do crescimento das religiões não-católicas.

Para ele, a solução contra o crescimento das seitas passa pelo trabalho dos leigos.

João Pessoa

O arcebispo de João Pessoa, d. José Maria Pires, "progressista", disse ontem que o crescimento das seitas se deve ao afastamento dos fiéis da Igreja Católica e das igrejas evangélicas tradicionais.

"Reconhecemos o crescimento de novas igrejas, mas isso não é motivo de espanto e angústia para a Igreja Católica", disse Pires.

Segundo ele, novas igrejas surgiram e passaram, nos últimos tempos, enquanto a Igreja Católica

e as igrejas tradicionais evangélicas permaneceram.

Fortaleza

O administrador apostólico da Arquidiocese de Fortaleza, d. Geraldo Nascimento, defende um "redimensionamento" da ação da Igreja Católica com o objetivo de ocupar "os espaços" das seitas.

D. Geraldo, que substituiu internamente d. Aloísio Lorscheider, diferencia as seitas recentes das igrejas evangélicas históricas.

"As históricas têm uma preocupação teológica, e até defendendo que devemos nos aproximar delas. Já a principal preocupação das seitas é arrecadar dinheiro".

Da Sucursal de Brasília

O ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, que hoje é consultor de empresas, teve ontem à tarde um encontro de 50 minutos com o ministro José Serra (Planejamento) para falar sobre o processo de privatização do Brasil.

"Eu estou aqui para me educar", disse ele à Folha, negando que estivesse trabalhando para empresas dos EUA.

Kissinger estava acompanhado de Michael Masin, segundo executivo da GTE — empresa privada norte-americana de telecomunicações.

Segundo ele, Masin "é um amigo próximo que está verificando as possibilidades de investimentos e eu o estou ajudando a entender o país".

Ao meio-dia, Kissinger esteve no Palácio do Planalto para visitar "o velho amigo" Fernando Henrique Cardoso, levando o executivo da GTE.

Os dois conversaram sobre as reformas e as mudanças do país, "especialmente sobre o futuro do Brasil", disse Kissinger.

O ex-secretário apresentou FHC com um livro de sua autoria — "Diplomacy" (Diplomacia) — e disse que não conversaram sobre temas específicos, como Lei de Patentes ou testes nucleares da França. "Apenas temas genéricos e filosóficos", disse.

Kissinger esteve também no Congresso, onde se encontrou com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Eles são amigos e colegas no Interaction Council, organização que reúne 40 ex-autoridades executivas.



FHC cumprimenta Kissinger com livro que ganhou

Da Reportagem Local e da Agência Folha, em São Luís

A Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) espera reunir hoje cerca de 80 mil operários no chamado "panelaço dos excluídos", em Aparecida (170 km a nordeste de São Paulo).

É um protesto contra a miséria, a política econômica "neoliberal" do presidente Fernando Henrique Cardoso e a ausência de uma ação governamental na área social.

"Quem sabe o Fernando Henrique acorde em Brasília. Ultimamente, ele anda dormindo", disse o padre Fernando Altmeyer, vigário de comunicação da Cúria Metropolitana de São Paulo.

O "Grito dos Excluídos", nome oficial do ato em Aparecida, tem como lema "A Vida em Primeiro Lugar" e contará com a participação das pastorais operárias de São Paulo, Rio, Espírito Santo e Minas Gerais. Às 9h30, haverá uma caminhada (8ª Romaria do Trabalhador) rumo à basílica da cidade. Às 10h, será rezada missa pelos bispos d. Demétrio Valentini e d. Angélico Bernardino.

Ao meio-dia, encerrando a manifestação, acontecerá o brandir de painéis vazios ("o símbolo da fo-

me e da exclusão") e o toque de buzinas e dos sinos da igreja.

Outras manifestações

Sob o mesmo slogan, haverá atos em todas as cidades do país, segundo a CNBB. Os discursos e as faixas desses protestos vão pedir reforma agrária, mais empregos e melhoria na saúde pública.

Em São Luís (MA), a entidade pretende reunir 5.000 pessoas em passeata, logo após o desfile militar de 7 de Setembro.

Um panelaço e performances de artistas, "puxarão" o desfile, de aposentados, meninos de rua, trabalhadores sem terra, prostitutas, sindicalistas ligados à CUT (Central Única dos Trabalhadores), líderes comunitários e religiosos.

"Uma percentagem muito grande do povo está excluída das benesses do progresso no país", disse ontem d. Paulo Pontes, arcebispo de São Luís.

TELEVISÃO

Globo veicula texto sobre respeito à religião

FERNANDO MOLICA
Da Sucursal do Rio

A polêmica entre a Rede Globo e a Igreja Universal do Reino de Deus fez com que a emissora decidisse incluir, na abertura da minissérie "Decadência", um texto em que dizia que era "imprescindível renovar seu respeito a todas as religiões".

O personagem principal da minissérie, o pastor Mariel Batista, interpretado por Édson Celulari, enriquece à custa da exploração de fiéis da sua igreja.

As notícias sobre o personagem deflagraram críticas por parte dos dirigentes e pastores da Igreja Universal: nos cultos e em programas da Rede Record (que pertence à igreja), os fiéis eram aconselhados a deixar de assistir a Globo. O medo de perder parte do público evangélico fez com que a Globo decidisse veicular o texto.

Na semana passada, o bispo ca-

tólico Cláudio Hummes, de Santo André (SP), estimou o número de evangélicos no Brasil em "pouco mais de 20 milhões".

Lido por Celulari, o texto dizia que "Decadência", escrita por Dias Gomes, "não pretende fazer críticas a nenhuma religião em particular, ou mesmo a qualquer um de seus representantes".

A leitura do texto foi decidida pela Central Globo de Produção e pela Vice-Presidência de Operações da emissora.

A Folha apurou que havia também um receio de que uma eventual identificação entre Mariel e o líder da Universal, o bispo Edir Macedo, pudesse gerar um processo contra a Globo. Recentemente, a emissora foi condenada a pagar indenização ao radialista e deputado Afanásio Jazadji (PFL-SP). Ele sentiu-se atingido pelo personagem Juca Pirama, radialista envolvido com drogas em "O Salvador da Pátria".

Escolas terão ensino

Decisão foi comunicada ontem à CNBB e vale só para re

Paulo Gandia/Folha Im



Mário Covas (no alto, à esq.) durante reunião ontem à tarde com cinco bispos da CNBB

Comunidade judaica teme professor mal preparado

Da Reportagem Local

As entidades e associações que representam outras religiões que não a católica e os evangélicos se dividem em dois grupos básicos.

Um grupo defende que a formação religiosa das crianças deve ser feita pelos pais e pelas congregações religiosas. Nesse caso, defende-se um ensino público laico.

O segundo grupo é a favor do ensino religioso, mas defende que ele deve ser ecumênico, apresentando as diversas crenças.

A posição contrária ao ensino

religioso nas escolas tem sido defendida, principalmente, pela comunidade judaica e pelos grupos afro-brasileiros.

“Acho difícil que a rede estadual possa responder com qualidade à obrigação de oferecer ensino religioso”, afirma Vera Bobrw, 53, presidente da Federação Israelita do Estado de São Paulo.

“O ensino religioso de qualidade —que é como deve ser— exigiria professores extremamente bem formados”, acrescenta.

As 17 federações e associações de religiões afro-brasileiras (um-

banda, candomblé, tradição de orixás) também são contrárias ao ensino religioso nas escolas.

Já a posição favorável ao ensino religioso nas escolas reúne uma grande diversidade de religiões.

“Somos a favor de que o ecumenismo da religião seja ensinado”, diz Lameh Smeili, 31, do Centro de Divulgação do Islã para a América Latina. Segundo ele, “a forma de ensino que a Igreja Católica está propondo pode prejudicar as minorias e elas têm que ter a garantia da conservação de suas crenças”.

(FR)

Pais criticam

Da Reportagem Local

Entidades que reúnem pais, diretores e professores da rede estadual são contra a regulamentação do ensino religioso pelo governo.

Atualmente, esse ensino atinge —de forma não regulamentada e, na maioria dos casos, esporádica— em torno de 70% da rede, segundo levantamento do governo.

Hoje, a comissão criada pelo governo para debater a questão recebe pais do Movimento Pró-Educação —uma grupo não-partidário, que desde os anos 80 atua na área.

“Os princípios religiosos têm que ser dados pela igreja e pelos próprios pais”, afirma Elisa Toneto, 47, do movimento.

“Se o ensino for instituído da forma como está sendo proposto, vai criar uma divisão entre os alunos”, diz.

regulamentação

Para Toneto, são os conselhos de escola —que reúnem pais, professores e alunos— que devem decidir se haverá ensino religioso no local e como ele será. “Os bispos têm que respeitar os pais.”

A Apeoesp (sindicato dos professores) e a Udemo (sindicato dos diretores) têm posição semelhante.

“O ensino religioso está previsto na Constituição e a escola deve oferecer. Mas a gente não quer que se privilegie alguns credos nem que o Estado tenha que pagar os professores”, diz o presidente da Udemo, Roberto Torres Leme, 57.

Para a Igreja Católica, no entanto, o pagamento dos professores está garantido, já que a Constituição define (artigo 210, parágrafo 1): “O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas”.

(FR)

religioso em 96

le estadual; aulas não serão obrigatórias

FERNANDO ROSSETTI

Da Reportagem Local

As 6.800 escolas da rede estadual de São Paulo deverão oferecer ensino religioso a partir de 96, afirmou ontem à tarde o governador Mário Covas em reunião com um grupo de cinco bispos que representaram a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

“A Constituição Federal determina isso”, repetiu diversas vezes a secretária da Educação, Rose Neubauer, 50, durante entrevista após a reunião no Palácio dos Bandeirantes (sede do governo).

A questão a ser decidida até dezembro é como será esse ensino religioso e quem vai ministrá-lo. Pela Constituição, a presença nessas aulas não é obrigatória.

Segundo Neubauer, o ensino religioso deverá ser não-confessional —ou seja, não apresentará a posição de uma única religião, mas “uma visão ecumênica, que abranja a importância da religião”.

Ela afirmou também que —“por determinação da Constituição”— os professores de religião terão de ser do quadro do magistério (pagos pelo Estado) e as aulas ocorrerão no horário regular.

Uma comissão formada pelo governo em junho —com membros do Estado, do Conselho Estadual de Educação, das universidades estaduais e da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação)— deverá ouvir representantes das diferentes religiões e da sociedade até o final de outubro.

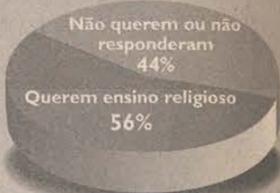
Em novembro deverá ser formalizada uma proposta curricular de ensino religioso para que, em dezembro, o Conselho Estadual de Educação possa aprová-la, e o governo, selecionar os professores.

O Conselho Estadual de Educação —que é o órgão deliberativo sobre a área— tem que ser ouvido porque a introdução do ensino religioso no horário normal implicará o corte de alguma disciplina.

O debate sobre a regulamentação do ensino religioso no Estado recomeçou no final do ano passa-

QUEM QUER ENSINO RELIGIOSO

Entre os alunos do 1º grau da rede estadual de SP



Total - 3,6 milhões

MAIORIA É CATÓLICA

Religião dos alunos que querem ensino religioso



* Os dados não incluem algumas regiões do Estado e o questionário está sendo reformulado para uma nova aplicação.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

do, quando o então secretário da Educação do governo Fleury, Carlos Estevam Martins, baixou resolução instituindo essa disciplina.

Após a posse de Covas, Neubauer revogou a resolução, argumentando que provocaria um aumento na folha de pagamentos.

O governo também defendia que outras religiões deveriam ser contempladas —além da católica, que tem em torno de 6.500 professores treinados para concorrer às vagas. Diante da pressão da Igreja Católica —que ameaçou recorrer à Justiça— e de grupos evangélicos, o governo montou a comissão e, agora, promete regulamentar a questão para 1996.

CNBB defende inva

28.9.95

Zero Hora - 17.abr.95/Folha Imagem



O presidente interino da CNBB, d. Jaime Chemmello

sões 'não-violentas'

Da Sucursal de Brasília

O presidente interino da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Jaime Chemmello, disse que “em alguns casos as invasões de terras são justas”.

São justas, em sua opinião, as invasões não-violentas, feitas por pessoas que não têm o que comer.

Os invasores, disse, são pessoas que não têm dinheiro, não têm comida e vivem das promessas.

“O governo sempre promete milhares de assentamentos, cria grande expectativa e nunca cumpre, gerando uma grande tensão”, afirmou.

“A reforma agrária está muito lenta, e as invasões são a única forma de essas pessoas se fazerem ouvir”, afirmou.

O líder religioso disse que as invasões podem não ser legais, “mas o coração não nos permite falar o contrário”.

Para ele, a política do governo não está levando em conta que a reforma agrária é uma forma de produzir alimentos e “dar comida para o povo brasileiro”.

A CNBB afirmou que a CPT (Comissão Pastoral da Terra) não incentiva as invasões. Segundo os bispos, a entidade desempenha um papel pacificador.

Os bispos, reunidos nesta semana em Brasília para seu encontro mensal, criticaram a política de reforma agrária do governo.

No documento “Elementos para discutir a conjuntura nacional”, datado de setembro e que circula entre os bispos, a CNBB diz que “falta vontade política para enfrentar os problemas do campo”.

Chemmello disse ainda que sem a reforma agrária será praticamente impossível ao Brasil atingir o desenvolvimento econômico.

Testes nucleares

A CNBB deverá apoiar os bispos franceses com uma carta de protesto contra os testes nucleares no atol de Mururoa.

“Eles só fazem essas explosões aqui no Hemisfério Sul. Se é tão seguro como dizem, deveriam fazer os testes no Canal da Mancha”, disse Chemmello (o canal fica entre a França e a Inglaterra).

CNBB recomenda a dioceses ato de desagravo a Nossa Senhora

Da Folha Vale

A Comissão Episcopal da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) decidiu ontem recomendar às dioceses católicas de todo o país a convocação de manifestações de desagravo a Nossa Senhora Aparecida.

A imagem da santa foi chutada e agredida a socos pelo bispo Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, no dia 12.

As manifestações sugeridas pela comissão da CNBB serão convocadas a critério dos bispos de cada diocese e não têm data unificada.

Segundo o arcebispo do Rio de Janeiro, d. Eugênio Sales, a questão foi debatida na tarde de ontem, em Aparecida (80 km a nordeste de São Paulo).

D. Eugênio afirmou que o afastamento de Von Helder e do pastor Ronaldo Didini, que se solidarizou publicamente com o bispo, não esgota o assunto.

"A questão só estará encerrada quando houver uma mudança de atitude, porque queremos ter a segurança de que esses fatos não irão ocorrer mais", afirmou.

Participaram do encontro, entre outros, o arcebispo de Aparecida, dom Aloísio Lorscheider, e o presidente em exercício da CNBB, dom Jaime Chemello.

D. Aloísio disse que a CNBB pode anunciar novos atos de desagravo a Nossa Senhora após a reunião de suas comissões episcopal e pastoral, na quarta, em Brasília.

A Arquidiocese de Recife e Olinda já promove hoje, em Recife, uma passeata em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. O ato está marcado para as 16h (horário de Brasília).

A passeata percorrerá as ruas centrais de Recife. Os fiéis carregarão faixas com manifestações de louvor a Nossa Senhora.

Colaborou a Agência Folha, em Recife

Igreja compra teatro londrino

De Londres

Impossibilitada de comprar a Brixton Academy, um dos templos do rock de Londres, a Igreja Universal do Reino de Deus comprou anteontem, por US\$ 4 milhões, o teatro Rainbow, em Islington (norte de Londres).

No início do ano, a igreja ofereceu US\$ 6,4 milhões pela Brixton Academy. Pelos palcos da Brixton já passaram Rolling Stones, David Bowie, Deep Purple, Ozzy Osbourne, The Smiths e até Elba Ramalho.

(Otavio Dias)

NDR L
Weckle
Schloß
19001
Telefon
Telefax

Monte
bis Fr

00:00
00:05
04:00
05:00

08:00

12:00

13:00

16:00

CNBB oferece suas terras

Igreja Católica tem 323 mil hectares passíveis de desapropriação

por Wladimir Gramacho de Brasília

A Igreja Católica tem 323 mil hectares de terra que podem ser desapropriados pelo governo. A informação foi prestada ontem pelo próprio presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Lucas Moreira Neves. Ele admitiu que as terras são economicamente improdutivas, mas pediu que o governo considere um outro caráter de produtividade: "Temos seminários, asilos e paróquias funcionando lá".

Dom Lucas lembrou que o País tem 850 milhões de hectares e, desses, "a igreja tem menos 0,05%", disse, após encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Francisco Grazziano.

Cardoso queria ouvir a opinião da CNBB sobre seu programa de reforma agrária, que ganhou novo impulso com a posse de Grazziano e pretende assentar 40 mil famílias até 31 de dezembro. Neves entregou um documento ao presidente em que a CNBB aponta os equívocos na ocupação das terras agricultáveis do País.

"Dos 371 milhões de hectares cobertos pelos 5,8 milhões de estabelecimentos agrícolas, apenas 10 milhões (2,67%) são ocupados por 3,1 milhões de agricultores. Ao passo que 50 mil latifundiários possuem 165 milhões de hectares: 1% dos agricultores têm 44% da terra", informa o texto da CNBB. O bispo, que não chegou a falar sobre as terras da igreja com o presidente, ressaltou que os 323 mil hectares de solo católico estão distribuídos em 18 mil propriedades.

Logo após a audiência, Cardoso convocou o porta-voz Sergio Amaral para dizer à imprensa que classificou o encontro como "excelente". Segundo o porta-voz, "no âmbito das consultas que estão fazendo sobre a reforma agrária, a participação da CNBB foi muito positiva".

O presidente, disse Amaral, reiterou sua determina-

por Maria Cristina Fernandes de Brasília

Quinze atos públicos em treze cidades do País até o final deste ano foram agendados ontem durante o lançamento do Fórum pela reforma agrária e pela Justiça no Campo na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Os atos envolvem desde visitas a assentamentos de sem-terras a marchas públicas em cidades como Brasília, São Paulo, Imperatriz (MA), Recife. Pelo menos quatro entidades estão envolvidas na realização desses atos - Movimento dos Sem-Terra (MST), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Conferência Nacional dos Bispos do

ção em cumprir as metas fixadas para o governo (280 mil famílias assentadas até 1998) e afirmou que pretende manter a CNBB informada sobre o que está sendo feito na reforma agrária. Ao sair do Palácio do Planalto, Neves disse que "não tem motivos para duvidar das promessas do presidente".

Os dados apresentados ontem pela CNBB mostram que 500 mil brasileiros migraram, entre 1970 e 1990, para o Paraguai, a Bolívia e a Argentina em busca de terra para plantar. Os que optaram por permanecer no meio rural do País formam um contingente de 5 milhões de sem-terra, 2 milhões de posseiros e 5 milhões de assalariados, dos quais apenas 22,5% têm carteira assinada.

Na fronteira do conflito pela terra, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve 942 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais e religiosas nos últimos dez anos. Em 1994, nos 485 conflitos no campo, 47 pessoas foram assassinadas, diz a CPT. Neste ano, dados parciais apontam 31 pessoas mortas.

Brasil (CNBB) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Do lançamento do fórum participaram, além dessas entidades, três partidos políticos (PT, PC do B e PPS), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira pela Reforma Agrária (Abra), e o Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc).

No manifesto divulgado ontem o fórum se dispõe a acompanhar o cumprimento das reivindicações entregues há um mês por essas entidades, através de um memorial, à presidência da República.

Entre outras reivindicações, o manifesto cobra a liberação dos recursos or-

çamentários necessários ao cumprimento da meta de assentamento de 40 mil famílias até o final do ano; e a execução das dívidas dos 1.276 maiores proprietários rurais inadimplentes com o Banco do Brasil e utilização de suas terras para fins de reforma agrária.

O manifesto apela ainda à aprovação, em regime de urgência urgentíssima, dos projetos de lei em tramitação no Congresso, que estabelecem procedimento especial para ações de reintegração de posse; intervenção obrigatória do ministério público em todos os litígios coletivos pela posse da terra; e a punição criminal para os acusados de manter trabalho escravo.

Agenda de atos públicos

Governador denuncia trabalho infantil

por Wladimir Gramacho de Brasília

O governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Martins (PMDB), denunciou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso 31 siderúrgicas mineiras que mantêm carvoarias em seu estado e exploram mão-de-obra infantil. "Dos 10 mil trabalhadores do setor, 2 mil são crianças com idades de quatro a catorze anos", disse Martins.

Ele propôs ao presidente uma ação conjunta do Ministério do Trabalho, da Secretaria do Trabalho estadual e da Polícia Militar para fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista e impedir o trabalho infantil. Segundo o governador, "a fiscalização nessas empresas não tem sido fácil porque as crianças costumam ser escondidas na floresta de eucaliptos quando chegam

os delegados". As carvoarias começaram a se instalar no estado há cerca de oito anos, depois que um fracassado programa de incentivo à indústria de celulose, criado na década de 70, se transformou numa floresta abandonada de 400 mil hectares de eucalipto. "As indústrias não foram criadas e as árvores estavam sendo destruídas pelas formigas e pelo fogo", lembra Martins.

A região crítica onde estão instaladas as carvoarias abrangem os municípios de Rio Pardo, Aguas Claras, Três Lagoas, Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Ao final do encontro com Cardoso, Martins mostrou-se indignado: "Eles (as indústrias mineiras) criaram esse quadro trágico. Não é um problema que nós criamos, mas a imprensa acaba culpando o estado".



Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

sang
Verkehr
al

chte

Verkehr

Verkehr

Verkehr
Land
Verkehr
wein

Verkehr
Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

Verkehr

CNBB exalta aumento

Para presidente de entidade, agressão fortaleceu fé católica

FERNANDO MOLICA

Enviado especial a Brasília

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, disse, em nota divulgada ontem, que a entidade "observa com prazer" que a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida provocou "um forte aumento de devoção a Maria".

No último dia 12, Sérgio Von Helder, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, agrediu a socos e chutes a imagem de Nossa Senhora num programa da Record.

Segundo d. Lucas, os bispos e padres notaram o aumento de devoção a Nossa Senhora: "Tudo que na Igreja é sofrimento, tribulação ou resultado de perseguição sempre frutuoso. O sangue do

Bispo da Universal é indiciado

Da Reportagem Local e da Folha Vale

O delegado do 27º Distrito Policial de São Paulo, João Batista Araújo, deve indiciar hoje o bispo Sérgio Von Helder, da Igreja Universal, sob acusação de agressão a objeto de culto religioso. A pena para o crime varia de um mês a um ano de reclusão.

O pastor Ronaldo Dinini, da Universal, é acusado no mesmo inquérito de apologia a crime. Ele se declarou solidário à atitude de Von Helder. Ao contrário do previsto, ele não deve

comparecer ao distrito policial.

O delegado disse que não poderá atender o pedido da Prefeitura de Aparecida de entregar a imagem agredida por Von Helder para um ato de desagravo. Segundo Araújo, a imagem não foi apreendida pela polícia.

O deputado estadual Afânasio Jazadji (PFL) encaminhou ao Ministério Público de São Paulo representação em que pede a prisão preventiva de Von Helder, Dinini e do bispo Edir Macedo, líder da Universal.

Jazadji pede que os três sejam submetidos a exame de sanidade mental.

asil

Quinta-Feira, 26 de outubro de 1995 1-11

A SANTA

o de devoção a Maria

na; bispo diz que FHC se disse estarecido com Von Helder

mártires é semente de cristãos".

O presidente da CPT (Comissão Pastoral da Terra), d. Orlando Doti, disse que, durante encontro com dirigentes da CNBB, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ter ficado "estarecido" com a agressão a Nossa Senhora.

De acordo com d. Orlando, que esteve no encontro, FHC disse que esses episódios não são bons para ninguém.

Na nota que divulgou na sede da CNBB, em Brasília, d. Lucas afirma que os bispos brasileiros convidam os católicos "a uma atitude evangélica de perdão" às ofensas a Nossa Senhora.

Ao sair do encontro com FHC, d. Lucas reafirmou que não recebeu qualquer "convite oficial" para responder às agressões em um programa da Record.

Afirmou que poderá analisar um eventual convite, mas, antes, quer saber que tipo de tratamento terá na emissora, que é da Universal.

A cúpula da igreja ofereceu ao cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, dez minutos na TV para responder a Von Helder. O convite foi rejeitado.

Anteontem, d. Lucas recusou um convite feito por telefone para comparecer ao programa "25ª Hora", da Record. D. Lucas classificou de "gravíssima" a agressão. Disse que, em toda sua vida, nunca havia visto tamanha ofensa a um símbolo católico.

Na nota, d. Lucas reafirma que a CNBB não considera oportuno, "no momento", encabeçar qualquer ação judicial contra a Universal. Diz, porém, que os bispos não proibem nem desencorajam os lei-

gos católicos que decidam recorrer à Justiça.

A nota classifica de "infundadas e caluniosas" as afirmações, feitas por lideranças da Universal, de que os católicos adorariam imagens. Segundo ele, os católicos adoram apenas o "Deus Trindade" (Pai, Filho e Espírito Santo).

De acordo com d. Lucas, os católicos vêem nas imagens de Cristo, de Nossa Senhora e dos santos apenas "sinais visíveis e estímulos à sua devoção e religiosidade".

O arcebispo de Salvador afirmou que a devoção a Nossa Senhora parte do fato de ela ter sido escolhida para ser a mãe de Jesus "e, por isso, ornada por Deus, de graças e prerrogativas". Maria, disse, é a "primeira e mais perfeita discípula de Jesus".

Auditorias farão a avaliação

FRANCISCO SANTOS
Da Sucursal do Rio

empresas KPMG Peat Marwick e Ernst & Young estão participando do processo de avaliação do modelo de privatização da Vale do Rio Doce. A KPMG foi a responsável pela auditoria dos balanços do Banco Nacional desde 1988. Ela é um dos membros do consórcio que está avaliando a avaliação econômica e definindo o modelo de privatização da Vale. O Banco Nacional está sob suspeita de, neste todo esse tempo, ter adulterado seus balanços para esconder a situação econômica.

A Ernst & Young foi responsável pela auditoria do balanço do Econômico no primeiro semestre de 95, quando o banco apresentou lucro um mês antes de quebrar.

A Ernst & Young participa do consórcio que faz somente a avaliação econômico-financeira da Vale.

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio está examinando se houve irregularidades nas auditorias feitas pela KPMG.

Segundo a Folha apurou, há nos primeiros escalões da Vale do Rio Doce um profundo mal-estar, não só pela permanência da KPMG em um dos consórcios avaliadores, como também pela

presença da Ernst & Young no outro consórcio.

A avaliação é que essas empresas deveriam se afastar espontaneamente dos trabalhos.

A KPMG e a Ernst & Young foram contratadas pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por meio de concorrência pública concluída dia 20 de dezembro do ano passado.

O BNDES informou, por intermédio da sua assessoria de imprensa, que "a KPMG demonstrou qualificação técnica para participar dos trabalhos de avaliação da Vale do Rio Doce e que o fato de ela estar sendo questionada, em

a Vale

afeta a contratação". De acordo com o banco, a escolha deu através de licitação pública e transparente. O BNDES argumenta também que o trabalho em consórcios que preparam a privatização da Vale é diferente da auditoria de balanços. O primeiro-secretário da CUT, Marcelo Sereno, disse que a entidade sindical vai estudar formas de representar junto ao Tribunal de Contas da União para que ele determine a suspensão dos contratos de avaliação enquanto houver dúvidas sobre a competência ou até a validade das empresas.

Foto: FERNANDO PAULINO NETO.
Da Sucursal do Rio

Entidade pede revisão de decreto sobre índios

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso a revisão do decreto nº 1.775, que permite a contestação nos processos de demarcação de terras indígenas.

D. Lucas disse a FHC que o atual decreto permite abusos e "encoraja" pessoas que querem se apoderar de áreas dos índios.

FHC reagiu ao pedido da CNBB com a afirmação de que a legisla-

ção pretendeu eliminar brechas legais que favoreceriam as contestações judiciais de áreas indígenas.

Depois do encontro, d. Lucas disse ter recebido com respeito as explicações de FHC, mas disse esperar que o Ministério da Justiça discuta com a entidade a possibilidade de revisão da decisão.

Ontem, a CNBB distribuiu nota sobre essa nova legislação. Segundo os bispos, "forças políticas e econômicas vêm se apoiando nesse decreto para gerar novos conflitos com invasões de terras e desrespeito aos povos indígenas".

1-10 Sexta-Feira, 1º de março de 1996

SISTEMA FI

Ajudar banco quebra

Documento da direção da Igreja Católica brasileira c

Juca Varela - 21.out.95/Folha Imagem

NANCEIRO - 3

do é roubo, diz CNBB

condena uso do dinheiro público pelo governo no Proer

ainda mais as armas da violência". De acordo com os bispos, o crescente desemprego "é uma prova das falhas estruturais" deste processo econômico.

Na abertura do documento, os bispos afirmam "convidar os católicos a uma reflexão sobre a urgente necessidade de justiça e paz para a nação brasileira".

No encerramento da nota, os bispos citam, entre os compromissos da CNBB, "lutas relacionadas com a demarcação das terras indígenas, reforma agrária, defesa dos direitos trabalhistas adquiridos e por uma política econômica que garanta o emprego e a dignidade dos brasileiros".

O texto ressalta que o tema da Campanha da Fraternidade de 1996 é Fraternidade e Política e pede "profundas mudanças" na maneira de conduzir o país, a começar por maior democracia e "transparência no processo eleitoral que se aproxima".

Conjunto de ações e debates sobre temas políticos, religiosos e sociais, a Campanha da Fraternidade é promovida pela CNBB, desde a década de 60, a partir do início da Quaresma —os 40 dias que antecedem a Páscoa.

FERNANDO MOLICA
Da Sucursal do Rio

A direção da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) classificou de roubo a utilização de dinheiro público para salvar instituições do sistema financeiro.

"Basta de sacrificar vidas para salvar planos econômicos", afirma nota divulgada ontem pela entidade.

Na nota, CNBB afirma não ser justo que se "roube o pouco dinheiro dos pobres aposentados, dos pequenos produtores e dos trabalhadores em geral para injetar no sistema financeiro, salvando quem economicamente já está salvo ou já acumulou ingentes (enormes) riquezas através da fraude e do roubo".

Preocupação

O documento afirma que os bispos católicos brasileiros "estão preocupados com a falta de uma política adequada de reforma agrária" e com o fato de a questão da terra estar sendo tratada como caso de polícia".

"Neste sentido, exigimos a aceleração dos esforços para uma solução justa dos conflitos agrários e

Leia a nota da Igreja Católica

Leia a íntegra da nota divulgada ontem pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil):

Clamor por justiça e paz

"Grita a plenos pulmões, não te contenhas, levanta a tua voz como uma trombeta e faz ver ao meu povo a sua transgressão, à casa de Jacó o seu pecado" (Is 58,1)

Nós, os bispos da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, reunidos em Brasília, durante os dias 27 e 29 de fevereiro para nossa reunião ordinária, convidamos os católicos a viverem intensamente a Quaresma, em perspectiva pascal, como também convidamos a todos os cidadãos e cidadãs a refletirem conosco sobre a urgente necessidade de justiça e paz para a nação brasileira.

Retornamos a mensagem do Papa na abertura da Campanha da Fraternidade: "Vivei como irmãos e irmãs, deixando-vos conduzir pelo Espírito de Deus, compendo com as cadeias do pecado e do egoísmo. Peço ao Todo-Poderoso que esta Campanha sirva como forte apelo a uma mudança pessoal e profunda de todos os cidadãos, a fim de que cada qual, vencendo o isolamento e o individualismo, saiba ser solidário com os demais: assumo o compromisso de empenhar-se, em espírito de autêntico serviço à Comunidade, na construção de uma sociedade justa e fraterna, segundo seus dons e suas responsabilidades". (Mensagem do Papa para a abertura da CF/96, 21/2/96).

A Campanha da Fraternidade é um grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e gestos concretos como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação à Páscoa: romper os grilhões da iniquidade, libertar os oprimidos, reparar o pão com o fúfimo, abrigar os sem-teto, vestir quem está nu (cf. Is 58). O grande desafio que lançamos é de uma real articulação entre a fraternidade e a política, visando a profundas mudanças na maneira de conduzir nosso país, a começar por maior democracia e transparência no processo eleitoral que se aproxima.

Lembramos com muita dor os inúmeros fatos de violência que aconteceram no carnaval passado, e, mais do que isso, assassinatos sem conta e sem motivo e as chacinas diárias. A crescente desvalorização da vida humana nos deixa perplexos. Como ficar calados? Não dá para aceitar a violência como

um processo natural, como uma epidemia incontrolável mais forte que nós!

Sabemos que a falta de ética e de solidariedade aceleram a descrença na vida e aumentam a espiral da violência. Precisamos de polícia mais democrática e dotada de mais recursos, de aplicação mais eficaz das leis, que dêem um basta à impunidade, e de uma ação judicial mais rápida, eficiente e justa.

Vemos o crescente desemprego como prova de que a política de globalização da economia tem falhas estruturais. É uma política que dita a dita excluindo uma massa considerável de cidadãos e cidadãs do processo produtivo e distributivo, carregando ainda mais as armas da violência. Não é justo que se roube o pouco dinheiro dos pobres aposentados, dos pequenos produtores e dos trabalhadores em geral para injetar no sistema financeiro, salvando quem economicamente já está salvo ou já acumulou ingentes riquezas através da fraude e do roubo. Basta de sacrificar vidas para salvar planos econômicos.

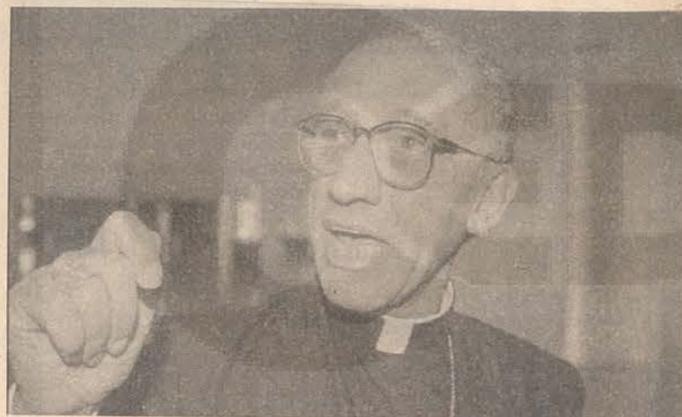
Preocupamo-nos a falta de uma política adequada de reforma agrária e que a questão da terra esteja sendo tratada como caso de polícia. Nesse sentido, exigimos a aceleração dos esforços para uma solução justa dos conflitos agrários e a libertação imediata dos líderes do Movimento dos Sem Terra.

Tememos que essa situação vivida no país aumente a crise de confiança nas instituições constatada pelo Papa João Paulo II. Repetimos com ele: "É preciso reagir, baseando-se nos valores da honestidade, da retidão e da dedicação generosa ao bem-estar da Comunidade" (CF/96).

É neste espírito que convidamos a todos os homens e mulheres de boa vontade a realizarem uma verdadeira conversão. Conversão que se inicia numa nova consciência do compromisso pessoal e intransferível com a fraternidade e a solidariedade e que se expressa, visivelmente, nos compromissos que assumimos na sociedade: atos contra violência, campanhas pela demarcação das terras indígenas e por ampla reforma agrária, defesa intransigente dos direitos trabalhistas adquiridos, luta por uma política econômica que garanta o emprego e a dignidade dos brasileiros.

A nossa vivência quaresmal acelere o dia em que "justiça e paz se abraçarão", antecipando as alegrias da Páscoa da Ressurreição!

Brasília-DF, 29 de fevereiro de 1996.



O presidente nacional da CNBB, d. Lucas Moreira Neves

a libertação imediata dos líderes do Movimento dos Sem-Terra", prossegue a nota.

Proposta por d. Angélico Bernardino, bispo-auxiliar de São Paulo, a nota, intitulada Clamor por Justiça e Paz", foi aprovada durante reunião, encerrada ontem, em Brasília, da direção da entidade —que é dirigida por d. Lucas Moreira Neves.

O documento cita também a "perplexidade dos bispos com o aumento da violência, dos assassinatos e da crescente desvaloriza-

ção da vida humana".

"Não dá para aceitar a violência como um processo natural, como uma epidemia incontrolável", afirma a nota.

Os bispos pedem o fim da impunidade, a existência de uma polícia mais democrática e dotada de mais recursos" e de uma ação judicial mais rápida, eficiente e justa".

Ainda na nota, a CNBB afirma que a "política de globalização da economia exclui muitas pessoas do processo produtivo, carregando

Para auditor, objetivo não é 'pegar ladrão'

FERNANDO PAULINO NETO
Da Sucursal do Rio

O auditor responsável pelo último balanço do Banco Nacional, Marco Aurélio Maciel, disse que não é objetivo de auditoria pegar ladrão".

Ele afirmou que fraudes podem aparecer ou não", mas é muito difícil detectá-las quando são feitas pela alta direção da empresa".

Maciel é sócio da KPMG, empresa que fez a auditoria dos balanços do Nacional desde 1988.

Maciel diz que para se resguardar deste tipo de acontecimentos, a KPMG, como último processo de uma auditoria, faz a diretoria da empresa assinar um documento em que garante que todos os procedimentos foram corretamente seguidos.

O documento chama-se "carta de representação da diretoria" e, entre outros pontos, os administradores garantem que "não existem documentos falseados, que tudo está contabilizado, que não existe falta de registros e que tudo que está vencido está provisionado."

"Eu tenho esse documento", disse Maciel. Provisão, no balanço, é o dinheiro reservado para um pagamento futuro ou, em caso de banco, para cobrir um ativo (crédito) ruim.

Maciel disse que "o principal objetivo da auditoria é dar opinião sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras". Ele afirma que a responsabilidade sobre os dados recai sobre a diretoria e o contador da empresa.

Maciel diz que este tipo de fraude, envolvendo diretoria de empresas, é muito comum nos EUA e Europa, onde os auditores são processados.

Ele é favorável a que haja processos deste tipo no Brasil também.

Segundo Maciel, no mundo todo as auditorias pegam poucas fraudes. Ele citou pesquisa da KPMG norte-americana entre as empresas daquele país que sofrem fraudes.

Em 1993, apenas 3% dos ilícitos foram detectados por auditorias externas. Em 1994, último dado disponível, este número aumentou para 5%.

Para explicar porque as fraudes de alta administração são difíceis de pegar, Maciel explica que a auditoria pressupõe que os controles financeiros estão corretos. "Se a alta administração quebra estes controles, você perde o controle da situação", disse.



Marcos Magalhães Pinto, ex-dono do Banco Nacional

BC vai absolver réus em processo

Clarimundo e Nacional são acusados

Da Sucursal de Brasília

O Banco Central absolverá o Banco Nacional e seu ex-contador, Clarimundo Sant'Anna, em processo administrativo de 1995 devido a supostas irregularidades do cadastramento de clientes.

Esse processo foi aberto em janeiro de 95 porque, segundo o BC, o Nacional não havia re-

cadastrado todos os clientes —conforme determinava a legislação.

Segundo a Folha apurou, o Nacional —e seu ex-dono Marcos Magalhães Pinto— e Sant'Anna —citado como réu— serão inocentados em sentença a ser publicada no "Diário Oficial" da União em março. O BC não informa qual foi a defesa do Nacional.

O auditor diz que, no caso do Banco Nacional, os empréstimos fraudulentos eram muito pulverizados em diversas agências e as contas eram marcadas, o que significa que, ao listar as contas no computador, estas não apareciam.

Maciel disse que a auditoria chegou a captar um aumento dos empréstimos no balanço do Nacional, o que não foi considerado irregular.

O auditor diz que chegou a comentar o fato com os diretores do Nacional que afirmaram que estavam aumentando os empréstimos para se preparar para a inflação baixa.

"Eles trabalhavam muito elevados (nos créditos), mas não ultrapassavam os limites legais do BC", disse Maciel.

Maciel lembra que no último

balanço do Nacional, publicado a 30 de setembro, o relatório da auditoria afirmava que o banco estava perdendo depósitos, que recorria ao mercado interbancário para financiar seus ativos e procurava soluções de mercado.

A expressão "soluções de mercado" significaria que o banco procurava compradores.

Maciel diz que é impossível fazer uma auditoria completa no banco por causa de seu gigantismo. Ele diz que a auditoria é feita por amostragem.

O auditor disse que a KPMG tem por norma, quando começa a trabalhar para um cliente, "fazer uma investigação da diretoria para ver se são pessoas íntegras", o que, diz, foi feito no Nacional.

KPMG ameaça com um processo

ELVIRA LOBATO
Da Reportagem Local

A KPMG, responsável pela auditoria dos balanços do Banco Nacional, declarou que desconhecia a existência de mais de 600 contas fantasmas que acobertaram um rombo de cerca de US\$ 4,5 bilhões do banco.

"Uma auditoria não consegue identificar uma fraude quando ela é praticada com o conluio da alta administração", disse Lino Campion, um dos sócios da KPMG.

BC

Ele admitiu que a versão da empresa é difícil de ser aceita, mas lembrou que a fiscalização do Banco Central também não conseguiu descobrir as fraudes.

A KPMG é uma das maiores empresas de auditoria do mundo e sua atuação, no caso do Nacional, está sendo examinada por sindicâncias da Comissão de Valores Mobiliários e do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro.

Campion disse que se a empresa vier a ser punida, poderá processar os ex-dirigentes do Banco Nacional por danos causados à imagem da empresa.

Ele disse que a KPMG segue os procedimentos internacionais de auditoria, mas que "mutretas" como as praticadas pelo Nacional "só podem ser percebidas se houver delação".

As auditorias checam as informações que são prestadas pelas empresas por um sistema de amostragem.

A checagem das operações de pequeno vulto é feita por carta ao correntista, para que ele confirme o valor de sua operação.

Nas operações de grande vulto, segundo Campion, o auditor vai pessoalmente ao cliente checar as informações.

Conta fictícia

Campion disse que nenhuma das contas fictícias do Nacional foi apanhada na amostragem o que é "outro fato inexplicável".

Como o valor médio das contas chegava a R\$ 7 milhões, se elas tivessem caído na malha de amostragem teriam sido checadadas "in loco" pelos auditores.

Campion disse que no último balanço do Nacional auditado, a KPMG alertou para um déficit de US\$ 2,5 bilhões.

Agência podera fiscalizar

Da Sucursal de Brasília

O governo estuda a possibilidade de criar uma agência de fiscalização bancária vinculada ao BC (Banco Central).

A agência teria mais poderes que a diretoria de fiscalização e sua principal função seria a de fazer um trabalho preventivo nas instituições financeiras.

Os estudos para a criação da agência ainda não estão prontos, mas podem ser apressados diante das inúmeras irregularidades encontradas nos balanços dos bancos Nacional e Econômico desde o ano passado.

Com isso, o BC pretende evitar a repetição de erros já cometidos.

A idéia em discussão pelo governo conta com o apoio do presidente do BC, Gustavo Loyola, e de alguns parlamentares, conforme a Folha apurou.

Se criada, agência poderia substituir a diretoria de fiscalização do BC —sem um titular há mais de um ano (o diretor de Normas, Cláudio Mauch, ocupa o cargo interinamente).

Não haveria superposição entre os trabalhos da agência e da delegacia que a Receita Federal pretende criar em São Paulo para fiscalizar os bancos.

Enquanto a primeira cuidaria da fiscalização dos bancos, a delegacia seria responsável apenas pela apuração de eventuais crimes.

PRIVATIZAÇÃO

Governo vai leiloar Meridional em maio

Da Sucursal de Brasília

O Conselho Nacional de Desestatização aprovou ontem a data do leilão de privatização do Banco Meridional para 14 de maio. O preço mínimo do banco foi fixado em R\$ 438 milhões.

O Tesouro Nacional tem 82% das ações. O edital de venda será publicado até 13 de março.

Por se tratar da privatização de uma empresa do sistema financeiro, o conselho estabeleceu que os grupos que quiserem participar do leilão terão que ser pré-qualificados pelo Banco Central.

Os grupos terão que apresentar um lance mínimo de 51%. A diretora de Privatização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Elena Landau, disse que a idéia é conhecer o controlador antes da conclusão da venda.

O grupo de investimento dos funcionários do Meridional poderá comprar até 10% das ações do Tesouro. Eles terão um subsídio de 50% do valor das ações.

O CMN (Conselho Monetário Nacional) aprovou na quarta-feira a participação, sem limite, do capital estrangeiro na privatização.

Caso não seja vendida a totalidade das ações, haverá um leilão de sobras no dia 24. No segundo semestre, haverá a oferta pública das ações preferenciais.

TCU cancela audiência

Da Sucursal de Brasília

O presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), ministro Marcos Vilaça, se recusou ontem a receber uma comitiva da Companhia Vale do Rio Doce, que tinha audiência marcada para defender a participação da estatal no leilão de privatização da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A).

A recusa se deveu à ausência do presidente da Vale, Francisco Schettino. A Vale quer participar do leilão da RFFSA, o que é proibido pela Constituição por ela ser estatal.

Elena Landau disse que o edital vai exigir que a sede do banco permaneça no Rio Grande do Sul. No leilão, serão aceitos 10% em moeda corrente e 90% em moeda de privatização.

O Meridional tem 256 agências, sendo 80% do total no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O banco tem 11.091 empregados e acabou processo de reforma.

TENDÊNCIAS/DEBATES

cação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os filhos do Grande Inquisidor

ROBERTO ROMANO

A CNBB deseja converter políticos. Mas ainda não explicou o sumiço do dinheiro enviado aos bispos do Nordeste pela Igreja européia e posto nas mãos de um "administrador". Verba destinada aos pobres. Há mais.

É genocídio deixar um povo à margem da ciência. D. Castanho critica este jornal por sua atitude contra a catequese paga pelo Estado (Folha, 22/1). O anzol é jogado: "Por que sobrepor o mero ensino à verdadeira educação, que é a formação integral do educando?" Tapa no rosto dos professores: aos milhares e nas piores condições, ainda ensinam alguma ciência à juventude num país onde analfabetos são joguetes de "autoridades civis, militares, eclesiásticas". 29 de junho de 1973. Alguns homens reuniram-se para "dialogar": o presidente e o secretário-geral da CNBB, o presidente da Comissão Justiça e Paz, o comandante dos fuzileiros navais, o chefe substituto do SNI, o comandante da Vila Militar do Rio de Janeiro, um membro do Conselho Federal de Educação e da Escola Superior de Guerra. O resumo do conclave ainda não foi publicado no Brasil.

Existe uma cópia no Dial, núcleo francês de memória. D. Fernando Gomes redigiu o texto. Enfatizou o apoio à igreja "à Revolução de 64, que foi feita contra o comunismo, a subversão e a corrupção, visando reformas de base de acordo com a Declaração dos

bispos de 30 de abril de 1963".

quem era "a"

igreja naquela ho-

Os leigos nos

arceres? Os polí-

cos de solidéu

em sua velha di-

plomacia?

Os dirigentes ce-

braram o "Te

sum" pela violência de 64, apoiaram

AI-5. Tudo na "melhor das in-

ações", que já presidira alianças

em Hitler, Mussolini, Franco, Vargas,

Strochet e outros devoradores de po-

s. Li muitos papéis eclesiásticos so-

bre os acordos com o poder. Mas um

texto literário desvela o procedimento

hierarquia:

A Santa Igreja foi prometida a

totalidade, não a nós, como classe

social... A igreja está destinada a nunca

errar. No seu desespero está implíci-



to o conforto. E o senhor crê que se ela pudesse hoje, ou no futuro, salvar a si mesma com o nosso sacrifício, ela não o faria? Certamente, e faria bem" (Lampedusa, "O Leopardo"). Bispos e papas "negociaram" com todos os poderes, traíndo aristocratas, burgueses, operários. Como diz Kant, é suspeito alegar santidade sem exame da razão.

No Islã "laicistas e ateus" são condenados à morte. Se igrejas ditam o direito público, são vetadas cosmologias estranhas à letra da Bíblia. Torna-se

mortal defender direitos das mulheres, crime negar os "milagres" rendosos, retorna a caça ao candomblé, ao espiritismo. Vinganças são armadas pelo ressentimento.

Justificativas? As

vítimas não pertencem à "maioria". Interroguem os católicos brasileiros: a maior parte exige a pena de morte e o fim dos direitos humanos. Isso depõe contra a Igreja. Seus filhos brasileiros matam no trânsito, silenciam sobre o trabalho escravo, calam as violências contra os índios, os negros. A turba marchou em 64 blasfemando o nome de Deus, terço na mão, manipulada pelos oligarcas. E garantiu um silêncio covarde sobre os abusos ditatoriais. Entre eles, a censura da imprensa.

4 396Z
Rousseau colheu a diferença entre vontade geral e a de todos. Se a massa trai o interesse comum, não representa a vontade universal. No Brasil cidadãos livres (bispos, padres e leigos como o grande Sobral Pinto) exerceram a vontade geral, contra a maioria, com riscos de exclusão. Vejam a carta "fraterna" de d. Carmine Rocco a d. Casaldaliga: "O método que o senhor vem empregando", diz o núncio apostólico, "expõe inutilmente seu ministério episcopal a ser utilizado para fins indesejáveis e sua pessoa, a medidas desagradáveis por parte da autoridade civil" (Brasília, Nunciatura Apostólica, documento nº 15.309, 2/6/1975).

Foi assim durante o nazismo, quando era vista como "inútil" a minoria católica democrática. "A Santa Sé editará disposições excluindo os eclesiásticos e religiosos dos partidos políticos e das atividades destes últimos" (art. 32 da Concordata entre a Igreja e o governo de Hitler). Ir contra o fuehrer era "atividade política, logo... Onde estavam os cristãos quando o nazismo esmagou os judeus? Entre os cúmplices. Carl Schmitt, vergonha dos juristas honestos, foi católico.

Os filhos do Grande Inquisidor esquecem Mateus: "E mostrou-lhe todos os reinos do mundo com o seu esplendor e disse-lhe: 'Tudo isto te darei, se, prostrado, me adorares'. Ai Jesus lhe disse: 'Vai-te Satanás, porque está escrito: 'Ao Senhor teu Deus adorarás e só a ele prestarás culto.'" Católicos: pensem antes de externar seu ódio. Mesmo como tática, a imposição do ensino religioso é desastrosa. Basta visitar escolas da capital paulista. Nelas crianças são obrigadas a ouvir pelo rádio pastores eletrônicos. Isso ocorrerá nos colégios estaduais.

"A messe é grande, poucos são os operários." Deixem os hierarcas o governo e tragam semeadores, não burocratas como os milhares prometidos para São Paulo. Funcionários pregam palavras, mas não palavras de Deus (Pe. Vieira). Os bispos trocam endereços. Como diz Vieira, eles confundem passos das Escrituras com os paços do rei. Pedem a César os catequistas, receberão centuriões.

O catolicismo político, se não for exorcizado, ainda afastará muita gente da igreja. Como o diabo é servido.

Roberto Romano, 49, é professor titular de filosofia política da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

RELIGIÃO Igreja Católica contesta número sobre as suas terras no país

CNBB diz que não possui dados para quantificar propriedades

da Reportagem Local

19.3.88

Em carta endereçada na semana passada à Folha, o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno de Assis, contesta número divulgado pelo jornal, em sua edição de 10 de março, sobre as terras da Igreja.

Segundo ele, os 330,6 mil hectares apresentados na reportagem como propriedade da Igreja incluíam também terras de outras denominações religiosas.

O número foi obtido a partir de pesquisa feita em cartórios e de dados apurados pelo IBGE no censo

agropecuário de 1985.

A Folha ouviu também a CNBB. Antes da publicação da notícia, a entidade enviou ao jornal tabela confirmando os dados.

Ontem, d. Raymundo disse que, na verdade, a Igreja Católica não tem dados disponíveis para quantificar o número de hectares de terras.

Por este motivo, segundo o bispo, a única referência usada — inclusive nas discussões internas da CNBB — é o censo agropecuário do IBGE, que aponta a existência de 330,6 mil hectares.

Ouvido a respeito, Domingos

Elias Schanoski, diretor de pesquisas do IBGE em São Paulo, afirmou que a maioria das propriedades deve pertencer a dioceses, paróquias, instituições e entidades ligadas à Igreja Católica, mas não há como quantificar essa área de terras.

A dificuldade, segundo ele, deve-se ao fato de a pesquisa incluir também entidades (casas de caridade, instituições sociais, asilos, patronatos, congregações etc.) que não estão identificadas como pertencentes a igrejas.

Segundo o IBGE não há como identificar as áreas de terras que possam pertencer a outras igrejas.

CNBB diz que não possui dados para quantificar propriedades

FdSP 1 9. 0 3. 9 6

Em carta endereçada na semana passada à Folha, o secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno de Assis, contesta número divulgado pelo jornal, em sua edição de 18 de março, sobre as terras da Igreja.

Segundo ele, os 330,6 mil hectares apresentados na reportagem como propriedade da Igreja incluem também terras de outras denominações religiosas.

O número foi obtido a partir de pesquisa feita em cartórios e de dados apurados pelo IBGE no censo

agropecuário de 1985.

A Folha ouviu também a CNBB. Antes da publicação da notícia, a entidade enviou ao jornal tabela confirmando os dados.

Ontem, d. Raymundo disse que, na verdade, a Igreja Católica não tem dados disponíveis para quantificar o número de hectares de terras.

Por este motivo, segundo o bispo, a única referência usada — inclusive nas discussões internas da CNBB — é o censo agropecuário do IBGE, que aponta a existência de 330,6 mil hectares.

Ouvido a respeito, Domingos

Elias Schanoski, diretor de pesquisas do IBGE em São Paulo, afirmou que a maioria das propriedades deve pertencer a dioceses, paróquias, instituições e entidades ligadas à Igreja Católica, mas não há como quantificar essa área de terras.

A dificuldade, segundo ele, deve-se ao fato de a pesquisa incluir também entidades (casas de caridade, instituições sociais, asilos, patronatos, congregações etc.) que não estão identificadas como pertencentes a igrejas.

Segundo o IBGE não há como identificar as áreas de terras que possam pertencer a outras igrejas.

CATOLICISMO Documento que será discutido pela assembleia

Para bispos, igreja não

FERNANDO MOLICA
Da Sucursal do Rio

O documento que servirá de base para as discussões da Assembleia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) alerta para a necessidade de a Igreja Católica "sair da passividade" e partir para um trabalho mais amplo de evangelização e conquista de fiéis.

Cópia do documento obtida pela Folha revela a preocupação dos bispos em incentivar um trabalho de campo que faça frente ao "impacto da modernidade" e ao avanço das "seitas" (palavra utilizada pela hierarquia católica para definir as igrejas evangélicas pentecos-

tais e religiões de origem oriental).

A assembleia da entidade ocorrerá na segunda quinzena de abril em Itaici, distrito de Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

O tema principal da reunião é o projeto de evangelização para preparação do "jubileu do ano 2000" e início do terceiro milênio.

Individualismo

Segundo o documento, intitulado "Rumo ao novo milênio", o processo de urbanização do país fez com que a religião cultivada nas áreas rurais perdesse sua base social, "tipicamente familiar e comunitária".

Isso, afirmam os bispos, fez com

que o processo religioso tendesse a adquirir características de um comportamento "individual e privatizado".

De acordo com o documento, a família, enfraquecida pela mentalidade de vida na cidade e pelo individualismo, perdeu boa parte de sua capacidade de transmitir a fé.

O texto afirma que o enfraquecimento da atuação da Igreja Católica nas periferias favoreceu o crescimento de "comunidades evangélicas pentecostais", como a Assembleia de Deus, e, mais recentemente, de grupos "que prometem a felicidade imediata, exigindo principalmente contribuições em dinheiro".

S. PAULO

sexta-feira, 22 de março de 1996 brasil 1 ■ 13

da CNBB defende ação para conter avanço de evangélicos ção deve ser 'passiva'

Segundo a CNBB, apesar do combate ao culto dos santos, esses grupos pentecostais mantiveram características do chamado "catolicismo popular", como a ênfase no sagrado, na oposição entre bem e mal e na presença de Deus em curas e em exorcismos.

A recuperação de aspectos desse catolicismo popular é um dos desafios propostos aos bispos.

"É hora de transformar as estruturas de serviço para ir ao encontro dos 80% de católicos submetidos ao impacto da modernidade, por um lado, e do assédio das seitas, por outro", afirma o documento.

Segundo o texto, isso exigirá que a igreja olhe menos para dentro e

seja mais voltada para o mundo.

Atuação social

O trabalho procura relacionar a atividade "missionária", de conversão e evangelização, com a atuação social que marcou, nas últimas décadas, a atuação da igreja.

O texto reafirma a importância da "opção preferencial pelos pobres" e das discussões em torno das políticas sociais.

Assim, a CNBB propõe a manutenção e o fortalecimento das pastorais sociais e de iniciativas como a do "Grito dos Excluídos" —conjunto de manifestações realizadas no dia da Independência.

A leitura do documento revela

que as próximas três Campanhas da Fraternidade seguirão a linha "social" que vem sendo adotada pela CNBB.

Em agosto de 95, durante reunião da entidade, o arcebispo do Rio, d. Eugenio Sales, sugeriu que as Campanhas da Fraternidade entre 1998 e 2000 estivessem relacionadas a temas mais religiosos, ligados às comemorações do segundo milênio do nascimento de Jesus.

O texto da CNBB revela que a proposta de d. Eugenio foi derrotada: em 1997 a campanha será sobre os encarcerados; em 98, sobre direitos sociais; e, em 99, abordará os "meios básicos de vida (alimentação, trabalho e moradia)".

CAMPANHA DA FR

CNBB aponta prejuí

Igreja Católica critica efeitos negativos das políticas ne

Da Sucursal de Brasília

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) quer influir nas eleições municipais deste ano e escolheu a globalização da economia e o neoliberalismo como dois dos alvos da Campanha da Fraternidade, cujo tema deste ano é "Fraternidade e Política".

Sob o lema "Justiça e Paz se Abraçarão", a CNBB faz um diagnóstico da nova ordem mundial, afirma que o neoliberalismo tem "preconizado o corte nos investimentos sociais" e que os efeitos dessa prática no Brasil têm sido especialmente perversos.

Os eleitores devem, portanto, ficar atentos para os efeitos provocados por essas políticas.

Quanto à globalização —entendida como o fim das barreiras comerciais entre os países e o triunfo da economia de mercado—, a igreja aponta o surgimento de prejuízos aos valores cristãos quando a razão econômica se sobrepõe aos direitos humanos.

Cartilha

A igreja elaborou uma cartilha, composta de 214 pequenos capítulos, que começa afirmando que "o

ser humano é um ser político", lembra as obrigações dos cristãos para com a cidadania, prega o voto consciente e conclui pedindo relações mais justas e fraternas entre os homens.

Para tanto, afirma a CNBB, o voto deve ser necessariamente crítico. A cartilha traz até uma lista com os vários tipos de político que tentariam enganar o eleitor.

O secretário-geral da CNBB, d. Raymundo Damasceno Assis, bispo-auxiliar de Brasília, disse ontem, ao anunciar formalmente a nova campanha, que a hierarquia da igreja não vai indicar nomes de candidatos, "mas divulgar critérios para que os cristãos façam boas escolhas".

A cartilha, de 112 páginas, é utilizada como o "texto-base" nas discussões de grupos de católicos e nos sermões dos sacerdotes.

O livro é vendido em algumas livrarias por R\$ 3. Foi concluído em outubro do ano passado, já na gestão de d. Lucas Moreira Neves como presidente da CNBB.

Ele inclui críticas ao processo eleitoral brasileiro, em que "os representantes da minoria opulenta conquistam através do clientelismo maior número de cadeiras no

Legislativo."

A lei eleitoral é ruim, segundo a CNBB, porque não prevê dispositivos adequados para evitar o uso da máquina pública e o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais.

Evangélicos

Existe uma menção explícita aos políticos que se dizem evangélicos pentecostais: alguns representantes dessas igrejas seriam pouco atentos aos apelos da população, avalia a hierarquia católica brasileira.

Como exemplo de voto sem consciência, o livro cita uma reportagem da **Folha**, publicada em 1994, mostrando um agricultor do interior de Pernambuco que não sabia o nome de nenhum dos candidatos às eleições e admitia votar "no escuro".

A Campanha da Fraternidade é lançada sempre na Quarta-Feira de Cinzas, o primeiro dia da quaresma (período de quarenta dias de preparação para a Páscoa).

O tema da campanha de 1997 já está definido: os presidiários. Em junho, após reunião de avaliação da CNBB, vai ser escolhido o tema de 1998.

FOLHA DE S. PAULO

FRATERNIDADE

Prejuízos da globalização

Neoliberalismo e distribui cartilha para orientar eleitores

Marcelo Soubhia/Folha Imagem



sem-terra acampados na via Castelo Branco assistem missa de Quarta-Feira de Cinzas

FHC e igreja identificam mesma problemática

REINALDO AZEVEDO

Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

Há similaridade de temas e diagnóstico entre o que está na cartilha da CNBB e a conferência que o presidente Fernando Henrique Cardoso pronunciou anteontem no Colégio do México.

Ambos tratam dos reflexos negativos da globalização da economia, afirmam que o neoliberalismo tem-se mostrado incapaz de apontar soluções para a crise social, vêem a diminuição do poder dos Estados nacionais e apontam o desemprego como um dos principais problemas do momento.

Igreja e governo não estão necessariamente mais próximos por isso, apesar da linguagem mais comportada da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), hoje sob o comando do conservador d. Lucas Moreira Neves.

A diferença é aquela que distingue as razões da igreja das razões de Estado, a CNBB do governo ou a ética cristã do espírito laico.

Como chefe de um Estado leigo, FHC reconhece o caráter necessariamente ambíguo da nova ordem mundial. Sua avaliação é

crítica sem jamais ser moral.

Lembra que ela traz o chamado "desemprego estrutural" —decorrente de setores que se modernizam tecnicamente e são levados a demitir mão-de-obra—, mas também causa a "pulverização do capital", ou sua democratização.

FHC dá como realidade fatal os excluídos da nova ordem e acena para eles com políticas de Estado para minorar os efeitos da crise: investimento na infra-estrutura e em setores empregadores de mão-de-obra. É o que os economistas chamam "políticas compensatórias".

A igreja moraliza os efeitos do mercado sem fronteiras e opõe sua racionalidade aos valores humanos. Rejeita compensações e quer distribuição de renda e investimento em saúde e educação.

FHC vê na globalização, apesar das ressalvas, a chance de um novo "Renascimento". A igreja conclama a organização dos excluídos contra a nova barbárie.

Ambos localizaram o mesmo fenômeno. A questão é saber quem vai contar a história.

A CNBB E A NOVA ORDEM

Trechos da cartilha "Justiça e Paz se Abraçarão"

- **Liberalismo:** "O liberalismo, em termos políticos, proporcionou importante contribuição à democracia ao opor-se a variadas formas de absolutismo e autoritarismo, defendendo a liberdade do cidadão. Contudo, em termos práticos, alguns adeptos do neoliberalismo têm preconizado grandes cortes nos gastos sociais do Estado"
- **Globalização:** "Trata-se de um processo que visa à unificação de todos os mercados do mundo sob a articulação das multinacionais. (...) Marca o ingresso do capitalismo em uma nova etapa do seu desenvolvimento em que as corporações começam a contestar a soberania dos Estados nacionais"
- **Lucro:** "O papa João Paulo 2º denuncia a busca exclusiva do lucro e a sede de poder, em todos os níveis da sociedade, como um dos aspectos negativos que mais profundamente marcam a cultura contemporânea"

D. Paulo pede liberdade para sem-terra presos

GEORGE ALONSO

Da Reportagem Local

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, 74, fez, ontem à tarde, um apelo pela libertação dos líderes dos sem-terra presos no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado).

O pedido foi feito na homilia (pregação coloquial do Evangelho) contra as injustiças, durante a missa de abertura da Campanha da Fraternidade na catedral da Sé (centro da capital paulista).

"Aí estão os sem-terra, que lutam por trabalho. Por isso alguns foram colocados na cadeia. Está certo isso?", perguntou o cardeal.

Os 2.500 fiéis presentes responderam: "Não!". Com d. Paulo, entoaram duas vezes, em coro: "Terra para quem nela trabalha".

Havia um pequeno grupo de militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) próximo ao altar, com duas bandeiras da entidade. Uma faixa da Igreja Católica também se referia à questão fundiária: "Terra partilhada, vida garantida".

O cardeal, em entrevista, afirmou já ter feito "recomendações"

ao presidente Fernando Henrique Cardoso: "Que favorecesse as pequenas empresas e, sobretudo, que cuidasse da reforma agrária com toda a sua infra-estrutura".

As declarações de d. Paulo vêm de encontro ao tema da campanha "Fraternidade e Política".

O texto-base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil diz que "os setores politicamente engajados constituem uma pequena minoria em relação ao conjunto das classes empobrecidas". Entre os "setores conscientizados", o texto da CNBB cita os sem-terra.

A Igreja Católica, valendo-se do ano eleitoral, quer difundir em todo o país a participação "constante e eficaz" do cidadão na política, não só em partidos. "Quem não faz política, faz a pior política", disse d. Paulo, que condenou o voto de improviso do eleitor.

Na missa da Sé, foi exibido cartaz com o texto "O Analfabeto Político", do dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956).

Ontem, cerca de 120 sem-terra, acampados no km 22 da rodovia Castelo Branco (SP) em protesto com as prisões, rezaram uma missa de Quarta-Feira de Cinzas.

MST realiza protesto hoje

Da Agência Folha, em Bauru

Os sem-terra marcaram para hoje, às 10h, no centro de Presidente Prudente (SP), uma manifestação de protesto contra a prisão de quatro líderes do MST.

Estão presos, desde 25 de janeiro, Diolinda Alves de Souza, Laércio Barbosa, Claudemir Cano e Felinto Procópio.

Reintegração

O dono da fazenda Santo Antônio, em Paulicéia (SP), Semi Nametallah Rezek, ingressou ontem na Justiça com pedido de reintegração de posse.

Segundo a Polícia Militar, 150 famílias invadiram a fazenda no domingo.

K 15.2.96
FOLHA DE S. PAULO

CNBB cancela reunião sobre educação com Mário Covas

Da Reportagem Local

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) cancelou ontem uma reunião que teria hoje com o governador Mário Covas para discutir o ensino religioso na rede estadual de São Paulo.

Anteontem, Covas disse que seguirá a orientação da comissão montada em 95 para analisar a questão. Essa comissão definiu que é inconstitucional o Estado pagar professores de ensino religioso — as igrejas é que devem fazer isso —; que essas aulas não podem interferir nas demais disciplinas; e que as escolas devem definir que religiões abrigarão em seu espaço.

Segundo Antonio Carlos Frizzo, 38, coordenador da área de ensino religioso da CNBB, "os bispos estão preparando um documento que será entregue ao governador".

Frizzo diz que a CNBB está buscando apoio de outras igrejas para o documento. A CNBB propôs ao governo que a reunião se realize no dia 22 ou 27. Ontem, todas as religiões não-católicas ouvidas — muçulmana, budista, afro-brasileiras e judaica — elogiaram Covas. (FR)

Religião domina início do

D. Lucas quebra tradição e não fala de política no início da assembléia

do enviado especial a Indaiatuba e da Folha Sudeste

Embora o tema da Campanha da Fraternidade deste ano seja "Fraternidade e Política", os discursos do presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, na abertura da 34ª Assembléia Geral da entidade, só trataram de religião.

No sermão da missa de abertura dos trabalhos, realizada ontem em Itaici, distrito de Indaiatuba (SP), d. Lucas falou que o "terceiro milênio vai surgir da evangelização ampla e capilar de todo o Brasil".

O cardeal-arcebispo se referia ao tema do encontro, que foi sugerido pelo papa João Paulo 2º:

"Rumo ao Novo Milênio - Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil em Preparação ao Grande Jubileu do ano 2.000".

Tradição

O discurso do presidente da CNBB quebrou uma tradição de 24 anos nas assembléias gerais da entidade.

Seus três últimos antecessores, d. Luciano Mendes de Almeida, d. Ivo Lorscheiter e d. Aloísio Lorscheider, ligados aos setores mais politizados da entidade, costumavam usar a abertura da assembléia para defender posições caras à Igreja, como a reforma agrária ou a demarcação das terras indígenas.

Após a missa, o cardeal-arcebispo de Salvador retomou a pa-

lavra no auditório de Itaici para abrir os trabalhos. Novamente d. Lucas não falou de política nem de temas sociais.

Ao terminar, d. Lucas passou a palavra ao arcebispo de Campinas, Gilberto Pereira Lopes, que é o anfitrião do evento.

Assim que pegou o microfone, Lopes afirmou que a assembléia da CNBB não poderia "deixar de lembrar dos pobres, excluídos e desempregados".

Alfinetada

Sua fala foi interpretada por alguns participantes do encontro como uma "alfinetada" no discurso de caráter religioso do presidente da entidade.

Essa é a primeira assembléia da CNBB presidida por Neves, que

evento

Assembléia da CNBB

foi eleito para o cargo no ano passado. Sua eleição marcou a vitória da ala chamada "conservadora" da Igreja, que defende uma atuação mais forte no campo religioso e menos envolvimento com temas políticos.

A assembléia da CNBB se estenderá até o dia 26 de abril. Estão inscritos no encontro 285 bispos de todo o Brasil.

Na sexta-feira, o presidente do Pontifício Conselho para a Família, d. Alfonso Lopez Trujillo, irá a Itaici falar aos bispos sobre a visita do papa João Paulo 2º ao Brasil em outubro de 1997, para participar do Segundo Encontro Mundial da Família, que será realizado no Rio de Janeiro. O cargo de Trujillo equivale ao de "ministro" do papa.

TAS VÁLIDAS PARA TODAS

Formann Schulungen - Münster
0251) 533973 - fax (0251) 531836

ACH TEAM

TRAINING & CONSULTING



Religião domina in

D. Lucas quebra tradição e não fala de política no

do enviado especial a Indaia-tuba e da Folha Sudeste 18.4.96

Embora o tema da Campanha da Fraternidade deste ano seja "Fraternidade e Política", os discursos do presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Lucas Moreira Neves, na abertura da 34ª Assembléia Geral da entidade, só trataram de religião.

No sermão da missa de abertura dos trabalhos, realizada ontem em Itaici, distrito de Indaia-tuba (SP), d. Lucas falou que o "terceiro milênio vai surgir da evangelização ampla e capilar de todo o Brasil".

O cardeal-arcebispo se referia ao tema do encontro, que foi sugerido pelo papa João Paulo 2º:

"Rumo ao Novo Milênio - Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil em Preparação ao Grande Jubileu do ano 2.000".

Tradição

O discurso do presidente da CNBB quebrou uma tradição de 24 anos nas assembléias gerais da entidade.

Seus três últimos antecessores, d. Luciano Mendes de Almeida, d. Ivo Lorscheiter e d. Aloísio Lorscheider, ligados aos setores mais politizados da entidade, costumavam usar a abertura da assembléia para defender posições caras à Igreja, como a reforma agrária ou a demarcação das terras indígenas.

Após a missa, o cardeal-arcebispo de Salvador retomou a pa-

ício do evento

o início da assembléia da CNBB

avra no auditório de Itaici para abrir os trabalhos. Novamente, d. Lucas não falou de política nem de temas sociais.

Ao terminar, d. Lucas passou a palavra ao arcebispo de Campinas, Gilberto Pereira Lopes, que é o anfitrião do evento.

Assim que pegou o microfone, Lopes afirmou que a assembléia da CNBB não poderia "deixar de lembrar dos pobres, excluídos e desempregados".

Alfinetada

Sua fala foi interpretada por alguns participantes do encontro como uma "alfinetada" no discurso de caráter religioso do presidente da entidade.

Essa é a primeira assembléia da CNBB presidida por Neves, que

foi eleito para o cargo no ano passado. Sua eleição marcou a vitória da ala chamada "conservadora" da Igreja, que defende uma atuação mais forte no campo religioso e menos envolvimento com temas políticos.

A assembléia da CNBB se estenderá até o dia 26 de abril. Estão inscritos no encontro 285 bispos de todo o Brasil.

Na sexta-feira, o presidente do Pontifício Conselho para a Família, d. Alfonso Lopez Trujillo, irá a Itaici falar aos bispos sobre a visita do papa João Paulo 2º ao Brasil em outubro de 1997, para participar do Segundo Encontro Mundial da Família, que será realizado no Rio de Janeiro. O cargo de Trujillo equivale ao de "ministro" do papa.

Willersberg 231
rstadt
71/20121
1/2 01 25

FRIDAY

THURSDAY

20.4.967

Assembléia em Itaici

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

Há mais de 20 anos que a pequena cidade de Itaici abriga os bispos católicos para sua assembléia anual.

São dez dias de encontro fraterno, oração, estudo e planejamento pastoral. O tema central, escolhido desde o ano passado, responde à convocação de João Paulo 2º, feita a toda a Igreja, para a preparação do ano 2000, à luz da fé em Jesus Cristo.

A 10 de novembro de 1994, João Paulo 2º lançou a carta apostólica com o título "O Advento do Terceiro Milênio" (Tertio Millennio Adveniente), que promulga um grande jubileu para a igreja, na passagem do século, para o perdão das faltas, a remissão das dívidas e a generosidade em favor dos mais pobres.

O jubileu abre perspectivas insuspeitadas para a vida da igreja. Trata-se, com efeito, de convocar a comunidade para intensificar sua fé, crescer na comunhão e no compromisso missionário.

O programa abrange um triênio (1997-1999) de preparação catequética e pastoral, que deverá dinamizar a fé e a atuação das comunidades do mundo inteiro.

Nesse período haverá sínodos de bispos dos cinco continentes, a fim de se conhecer melhor as necessidades e a elas responder.

O jubileu, na intenção do papa, deverá ser um incentivo ao diálogo entre cristãos e com as outras religiões, sem esquecer dos que declaram não crer em Deus.

Está, assim, previsto o Encontro Pan-cristão e também uma reunião histórica, em Jerusalém e no Sinai, entre judeus, muçulmanos e cristãos.

No mesmo ano 2000 realizar-se-á em Roma o Congresso Eucarístico Internacional.

A atual 34ª Assembléia da CNBB está, assim, elaborando o "Projeto de Evangelização para a Igreja no Brasil" (1996-1999), com o título "Rumo ao Novo Milênio", que há de fomentar a comunhão e ação conjuntas das dioceses nesse período, em sintonia com a proposta do papa João Paulo 2º.

É a primeira vez que se dá, na história, uma preparação tão ampla a um jubileu.

Na pauta, além dos assuntos pastorais (liturgia, catequese, matrimônio e outros) haverá uma análise da conjuntura sóciopolítica e eclesial, declaração sobre o grave tema do ensino religioso escolar, relatório sobre a questão indígena, mensagens sobre a paz social, incluindo o Dia do Trabalhador, e nota sobre a família e defesa da vida.

O lamentável episódio do massacre verificado em Eldorado de Carajás, no Estado do Pará, com a notícia de mais de 20 mortos, muitos feridos e desaparecidos entre os sem-terra, consternou os bispos e interrompeu a sessão de trabalhos.

Foi distribuída à imprensa uma nota veemente, em repúdio à covarde chacina, denúncia do desrespeito aos trabalhadores sem-terra e apoio à imediata e eficaz reforma agrária, com o pedido de oração aos fiéis, pela paz e justiça social.

A assembléia enviou como seu representante d. Luiz Demétrio Valentini, acompanhando d. José Vieira de Lima, bispo de Marabá, pastor daquela região, para levar às famílias a palavra de conforto.

Na sexta-feira, os bispos dedicaram o dia inteiro à oração num ambiente de silêncio, rezando pelo povo brasileiro, em especial pelas vítimas da violência, celebrando a ressurreição de Cristo e assumindo, com novo ardor, o compromisso do ministério episcopal.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

Mensagens da CNBB 21.4.96

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

A Assembléia Geral de Bispos é encontro de irmãos, em clima de oração, amizade e solicitude pastoral diante da situação de nosso povo, à luz do Evangelho.

O tema central que inspirou e manteve o interesse e entusiasmo dos participantes é o "Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil", em resposta ao apelo do papa João Paulo 2º aos católicos do mundo inteiro, para uma renovação mais profunda da Igreja, em homenagem a Jesus Cristo, celebrando os 2.000 anos de seu nascimento.

O projeto, que será lançado no dia 1º de dezembro de 1996 com o título "Rumo ao Novo Milênio", visa revigorar a fé e comprometer mais os católicos no processo de evangelização, incluindo a colaboração para que a sociedade brasileira seja justa e solidária.

O texto, em linguagem simples, foi aprovado por unanimidade e servirá de subsídio para as comunidades.

Quatro mensagens marcaram a assembléia de Itaici:

1) A primeira reflete a profunda tristeza e indignação pela chacina dos sem-terra. O depoimento dos bispos que estiveram presentes em Corumbiara e Eldorado comoveu a todos e veio confirmar a urgência da reforma agrária e de sadia política agrícola.

2) A segunda mensagem trata das "Exigências Cristãs da Paz Social". Em sintonia com os sentimentos de Cristo, bom pastor, procura analisar as graves situações sociais de nosso povo. Destina-se a ser lido nas comunidades, a 1º de maio, no "Dia do Trabalhador".

O texto reconhece a necessidade de consolidar o controle da inflação, mas insiste no dever de despertarmos a consciência ética diante da concentração de renda, do drama da fome e exclusão social, da violência estruturada, do crescente desemprego, da aflição das populações indígenas e da condição desumana dos encarcerados.

Para a promoção do bem comum propõe-se, como prioridade, a imediata geração de novas oportunidades de trabalho, num verdadeiro "mutirão nacional".

Ao governo, em seus três poderes, pede-se uma firme articulação entre políticas econômicas e sociais. Ao Poder Judiciário compete mais ágil distribuição da justiça, sem ceder à impunidade.

3) O "Pronunciamento sobre a Família" vem reafirmar sua missão insubstituível como estrutura básica da sociedade e o valor do sacramento do matrimônio para os católicos, e louva as famílias que, com esforço heróico, mantêm-se unidas e procuram dar testemunho dos princípios cristãos.

Contém, ainda, um apelo aos parlamentares para que salvaguardem os direitos da família e da vida, com decidido repúdio ao crime do aborto direto e provocado e a todo projeto de lei que atente contra a instituição familiar.

4) Considerando a situação do ensino religioso nas escolas públicas, enviaram documento aos parlamentares no qual defendem os direitos dos alunos de receber educação religiosa que os auxilie a responder às questões existenciais profundas, de modo integrado no currículo, em horários normais, com remuneração assegurada pelo Estado.

Voltam os bispos às suas dioceses, fortificados na fraternidade e esperança. Levam em mãos o roteiro "Rumo ao Novo Milênio", a fim de que no período que agora se abre (1996-1999) preparemos, com entusiasmo, o grande jubileu de conversão, reconciliação e justiça social.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

Leia documento da CNBB sobre 'paz social'

Leia a seguir a íntegra do documento da CNBB, sob o título "Exigências cristãs para a paz social - Declaração da 34ª Assembleia Geral da CNBB".

"Como bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos em tempo de Páscoa, não podemos deixar de anunciar a Ressurreição de Jesus como vitória da vida sobre a morte e fundamento da restauração da humanidade. É nossa missão testemunhar, promover e defender a vida como dom precioso da sabedoria e do amor infinito de Deus.

A Campanha da Fraternidade dedicada à "Fraternidade e Política", a proximidade das comemorações do Dia do Trabalho e as vindouras eleições municipais para cargos legislativos e executivos recomendam uma mensagem pastoral à sociedade brasileira e aos vários níveis e dimensões de governo. Os recentes massacres em Corumbiara e Eldorado do Carajás, despertando indignação e angústia em todas as pessoas que prezam a vida e a dignidade do ser humano, fortalecem nossa determinação de apresentar algumas exigências cristãs para a paz social.

Em comunhão e solidariedade com nosso povo e com os sentimentos de Jesus, o Bom Pastor, desejamos chamar a atenção para graves situações sociais e oferecer elementos que possam iluminar e motivar decisões políticas, que definam e orientem os rumos do desenvolvimento do país, em função do atendimento dos direitos básicos do povo.

Alegremo-nos com os avanços já obtidos no processo de construção de uma sociedade democrática. Com ampla mobilização da sociedade, conseguir-se-á percorrer o caminho que conduz à justiça social e chegar ao dia em que todos os brasileiros gozem, efetivamente, dos direitos fundamentais de cidadania, como alimento, moradia, educação, saúde e trabalho com remuneração condigna.

Uma moeda forte e o controle da inflação, que todos apreciamos e reconhecemos como fundamentais ao bem-estar social, não são suficientes para renovar o país e assegurar tranquilidade e paz à família brasileira. É urgente a definição de um modelo de desenvolvimento e de um plano de governo que priorizem as políticas sociais para combater as desigualdades entre indivíduos e classes. Urge, também, através de incentivos e implantação de pólos de desenvolvimento sócio-econômico-cultural, corrigir distorções e desigualdades entre as regiões do país, com especial atenção ao semi-árido nordestino.

A concentração da renda impossibilita uma vida digna para milhões de famílias brasileiras, causa desa-

gregação familiar e rompe, cada vez mais, o tecido social com o crescimento da violência e elevado preço pago pelas mulheres trabalhadoras, em grande número 'chefes' de família, enfrentando dupla jornada de trabalho para atender às necessidades de seus filhos.

Os povos indígenas, primeiros habitantes desta porção imensa e rica do nosso planeta, continuam clamando por garantias e medidas que reconheçam e promovam, eficazmente, o direito sobre suas terras — base de sua cidadania. Por isso, questionamos o decreto nº 1.775/96, que lhes desconhece o direito originário e favorece a invasão e a redução de suas terras.

A violência estrutural é também causa de crime, de corrupção e de dissolução da consciência moral. Esse quadro da realidade é agravado pela ação policial, quase sempre violenta, pela impunidade e pela morosidade dos procedimentos forenses, gerando descrédito do Poder Judiciário. Com urgência devem ser modificadas as condições desumanas em que vivem os encarcerados. Sem mudanças profundas no sistema penitenciário, torna-se quase impossível reeducar e recuperar os detentos, especialmente os mais jovens, e evitar ocorrência de rebeliões, repressão violenta e mortes.

O mundo do trabalho está sendo atingido duramente pelos ajustes estruturais da economia e pelos avanços da tecnologia moderna. Entre nós, altas taxas de juros praticadas, sobretudo, para garantir estabilidade de ao Plano Real e outras medidas econômicas têm inviabilizado o funcionamento de muitas empresas, principalmente de micro e médio porte, com o consequente agravamento do desemprego.

Para fazer frente ao elevado número de trabalhadores fora do mercado produtivo e sem nenhuma perspectiva de trabalho, propomos que os poderes públicos, em todos os níveis, priorizem a geração de empregos e oportunidades novas de ocupação e trabalho, com a participação de todas as forças sociais, um verdadeiro mutirão nacional.

O salário mínimo vigente no país, um dos mais baixos do mundo, não faz justiça a quem trabalha, nem atende aos próprios imperativos constitucionais. O aumento do salário mínimo, porém, sem redução da enorme e escandalosa disparidade salarial, revelar-se-ia ineficaz.

Em contraste chocante com os propósitos de modernidade e, principalmente, com a condição humana, o país continua a conviver com o trabalho escravo e, mais grave ainda, crianças e adolescentes obrigados a trabalhar e, até, a se prostituir para sobreviver.

Distribuição da renda, através da garantia de traba-

lho, participação nos lucros e salário mínimo definido segundo a Constituição são inadiáveis para vencer a violência e a desagregação familiar.

Por sua vez, a concentração da terra é matriz geradora de muitos e graves problemas, que ameaçam os frágeis fundamentos da democracia brasileira, entre os quais destacamos a questão indígena, a marginalização do povo negro, o inchaço das cidades e o quadro vergonhoso de indigência e fome.

A reforma agrária deve, pois, ser assumida com coragem e determinação pelo governo, em todos os seus níveis, a fim de que a paz possa reinar no campo, trazendo tranquilidade e bem-estar ao país. A reforma agrária, acompanhada de política agrícola voltada à produção de alimentos para a mesa do povo, é uma exigência da própria democracia.

Essa compreensão da realidade e dos rumos que desejamos para o país é proposta aos três níveis de governo — municipal, estadual e federal — e aos três Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo. O Poder Judiciário, em especial, deve concorrer para a paz social, tornando-se ágil na distribuição da justiça e no julgamento imparcial dos poderosos, cuja impunidade de revolta e deixa estarrecida a nação.

O agravamento das questões sociais e a ausência de medidas eficazes obrigam-nos neste momento a clamar com novo vigor: "É necessário despertar a consciência ética diante dos problemas sociais, percebendo-se que a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. Exige-se a busca de uma nova articulação entre políticas econômicas e políticas sociais". (CNBB - Doc. 54, nº 138).

Devemos ser criativos na busca de soluções para a grave crise social que atinge todos os países do mundo. Uma economia iluminada pela ética e sob o comando da política, efetivamente a serviço do bem comum, poderá ser o caminho da paz para todos os povos.

É nossa esperança que o novo milênio nos conduza à grande confraternização em que a justiça e a paz se abraçarão (Sl. 85, 11). Porém, sem conversão e libertação dos pecados que negam a vocação humana à vida fraterna e solidária, dificilmente venceremos a violência, a fome e a miséria que angustiam e fazem sofrer milhões de criaturas humanas.

Enfim, conduzidos pelas mãos maternais de Maria, a Senhora Aparecida, acorramos ao Trono da Graça, para receber a misericórdia do Senhor, que sacia os famintos e enxuga toda lágrima de nossos olhos (cf. Ap. 7, 9-17).

Vila Kostka, Itaipu (SP), 24 de abril de 1996"



FOLHA DE S.PAULO

sexta-feira, 26 de abril de 1996 bra

IGREJA Bispos avaliam que governo deixou a área social em segundo plano

Documento da CNBB faz críticas ao governo FHC

Esta notícia é bonita. Assim, notícia é mais bonita (do) que esta.

Estes discursos são bonitos. Estes discursos são mais bonitos (do) que estes.

GRAU DOS ADJETIVOS (I)

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Indaiatuba (SP)

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem o documento "Exigências Cristãs para a Paz Social", que contém críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso.

A divulgação aconteceu em Itaici (distrito de Indaiatuba, 110 km de São Paulo), onde a CNBB realiza sua 34ª Assembléia-Geral.

A principal crítica dos bispos se refere ao caráter do governo FHC. Para eles, está sendo dada prioridade ao ajuste econômico, em detrimento às áreas sociais.

O texto diz que a "moeda forte e o controle da inflação, que todos apreciamos e reconhecemos como fundamentais para o bem-estar social, não são suficientes para renovar o país e assegurar tranquilidade e paz à família brasileira".

Na mesma linha, ele afirma que o "mundo do trabalho está sendo atingido duramente pelos ajustes estruturais da economia".

Os bispos fazem uma referência especial às altas taxas de juros, "praticadas, sobretudo, para garantir a estabilidade do Plano Real e outras medidas econômicas, têm inviabilizado o funcionamento de muitas empresas, principalmente de micro e médio porte, com o consequente agravamento do desemprego".

Para d. Mauro Morelli, que foi escolhido pela CNBB para falar em nome da entidade sobre o documento, o Plano Real não tem caráter de desenvolvimento para o país, mas de estabilização da economia e fortalecimento da moeda. "A moeda está estável? Parabéns, e daí?", perguntou o bispo.

Na opinião de Morelli, "falta um plano para o governo FHC e um modelo de desenvolvimento que priorize o social".

Morelli afirma que seria prioritário para o país que as "empresas dividam os lucros com seus empregados e que o salário mínimo tenha um valor real".

Além do fim da concentração de renda, a CNBB defendeu o fim da concentração de terras: "Ela é geradora de de muitos e graves problemas que ameaçam a frágil democracia brasileira", diz o texto.

O bispo criticou os parlamentares que dão sustentação política ao governo: "Falta base política para o presidente realizar o que, acredito, esteja em seu coração".

Pare ele, seriam necessárias "novas articulações, principalmente da sociedade, como o movimento pela ética na política".

A CNBB propõe que, para abrandar as carências sociais, que "os poderes públicos priorizem a geração de empregos". O documento foi aprovado por unanimidade pelos cerca de 280 bispos do país.

FOLHA DE S. PAULO

sexta-feira, 26 de abril de 1996 brasil 1 ■ 9

IGREJA Bispos avaliam que governo deixou a área social em segundo plano

Documento da CNBB faz críticas ao governo FHC

231

LUIS HENRIQUE AMARAL
enviado especial a Indaiatuba (SP)

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou ontem o documento "Exigências Cristãs para a Paz Social", que contém críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso.

A divulgação aconteceu em Itaici (distrito de Indaiatuba, 110 km de São Paulo), onde a CNBB realiza sua 34ª Assembléia-Geral.

A principal crítica dos bispos se refere ao caráter do governo FHC. Para eles, está sendo dada prioridade ao ajuste econômico, em detrimento às áreas sociais.

O texto diz que a "moeda forte e o controle da inflação, que todos apreciamos e reconhecemos como fundamentais para o bem-estar social, não são suficientes para renovar o país e assegurar tranquilidade e paz à família brasileira".

Na mesma linha, ele afirma que o "mundo do trabalho está sendo atingido duramente pelos ajustes estruturais da economia".

Os bispos fazem uma referência especial às altas taxas de juros, "praticadas, sobretudo, para garantir a estabilidade do Plano Real e outras medidas econômicas, têm inviabilizado o funcionamento de muitas empresas, principalmente de micro e médio porte, com o consequente agravamento do desemprego".

Para d. Mauro Morelli, que foi escolhido pela CNBB para falar em nome da entidade sobre o documento, o Plano Real não tem caráter de desenvolvimento para o país, mas de estabilização da economia e fortalecimento da moeda. "A moeda está estável? Parabéns, e daí?", perguntou o bispo.

Na opinião de Morelli, "falta um plano para o governo FHC e um modelo de desenvolvimento que priorize o social".

Morelli afirma que seria prioritário para o país que as "empresas dividam os lucros com seus empregados e que o salário mínimo tenha um valor real".

Além do fim da concentração de renda, a CNBB defendeu o fim da concentração de terras: "Ela é geradora de de muitos e graves problemas que ameaçam a frágil democracia brasileira", diz o texto.

O bispo criticou os parlamentares que dão sustentação política ao governo: "Falta base política para o presidente realizar o que, acredito, esteja em seu coração".

Pare ele, seriam necessárias "novas articulações, principalmente da sociedade, como o movimento pela ética na política".

A CNBB propõe que, para abrandar as carências sociais, que "os poderes públicos priorizem a geração de empregos". O documento foi aprovado por unanimidade pelos cerca de 280 bispos do país.

Leia documento da CNBB sobre 'paz social'

Leia a seguir a íntegra do documento da CNBB, sob o título "Exigências cristãs para a paz social - Declaração da 34ª Assembléia Geral da CNBB".

Como bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos em tempo de Páscoa, não podemos deixar de anunciar a Ressurreição de Jesus como vitória da vida sobre a morte e fundamento da restauração da humanidade. É nossa missão testemunhar, promover e defender a vida como dom precioso da sabedoria e do amor infinito de Deus.

A Campanha da Fraternidade dedicada à "Fraternidade e Política", a proximidade das comemorações do Dia do Trabalho e as vindouras eleições municipais para cargos legislativos e executivos recomendam uma mensagem pastoral à sociedade brasileira e aos vários níveis e dimensões de governo. Os recentes massacres em Corumbiara e Eldorado do Carajás, despertando indignação e angústia em todas as pessoas que prezam a vida e a dignidade do ser humano, fortalecem nossa determinação de apresentar algumas exigências cristãs para a paz social.

Em comunhão e solidariedade com nosso povo e com os sentimentos de Jesus, o Bom Pastor, desejamos chamar a atenção para graves situações sociais e oferecer elementos que possam iluminar e motivar decisões políticas, que definam e orientem os rumos do desenvolvimento do país, em função do atendimento dos direitos básicos do povo.

Alegramo-nos com os avanços já obtidos no processo de construção de uma sociedade democrática. Com ampla mobilização da sociedade, conseguiu-se alcançar o caminho que conduz à justiça social e chegar ao dia em que todos os brasileiros gozem, efetivamente, dos direitos fundamentais de cidadania, como alimentação, moradia, educação, saúde e trabalho com remuneração condigna.

Uma moeda forte e o controle da inflação, que todos apreciamos e reconhecemos como fundamentais ao bem-estar social, não são suficientes para renovar o país e assegurar tranquilidade e paz à família brasileira. É urgente a definição de um modelo de desenvolvimento e de um plano de governo que priorizem as políticas sociais para combater as desigualdades entre indivíduos e classes. Urge, também, através de incentivos e implantação de pólos de desenvolvimento sócio-econômico-cultural, corrigir distorções e desigualdades entre as regiões do país, com especial atenção ao semi-árido nordestino.

A concentração da renda impossibilita uma vida digna para milhões de famílias brasileiras, causa desa-

gregação familiar e rompe, cada vez mais, o tecido social com o crescimento da violência e elevado preço pago pelas mulheres trabalhadoras, em grande número "chefes" de família, enfrentando dupla jornada de trabalho para atender às necessidades de seus filhos.

Os povos indígenas, primeiros habitantes desta porção imensa e rica do nosso planeta, continuam clamando por garantias e medidas que reconheçam e promovam, eficazmente, o direito sobre suas terras — base de sua cidadania. Por isso, questionamos o decreto nº 1.775/96, que lhes desconhece o direito originário e favorece a invasão e a redução de suas terras.

A violência estrutural é também causa de crime, de corrupção e de dissolução da consciência moral. Esse quadro da realidade é agravado pela ação policial, quase sempre violenta, pela impunidade e pela moralidade dos procedimentos forenses, gerando descrédito do Poder Judiciário. Com urgência devem ser modificadas as condições desumanas em que vivem os encarcerados. Sem mudanças profundas no sistema penitenciário, torna-se quase impossível reeducar e recuperar os detentos, especialmente os mais jovens, e evitar ocorrência de rebeliões, repressão violenta e mortes.

O mundo do trabalho está sendo atingido duramente pelos ajustes estruturais da economia e pelos avanços da tecnologia moderna. Entre nós, altas taxas de juros praticadas, sobretudo, para garantir estabilidade do Plano Real e outras medidas econômicas têm inviabilizado o funcionamento de muitas empresas, principalmente de micro e médio porte, com o consequente agravamento do desemprego.

Para fazer frente ao elevado número de trabalhadores fora do mercado produtivo e sem nenhuma perspectiva de trabalho, propomos que os poderes públicos, em todos os níveis, priorizem a geração de empregos e oportunidades novas de ocupação e trabalho, com a participação de todas as forças sociais, um verdadeiro mutirão nacional.

O salário mínimo vigente no país, um dos mais baixos do mundo, não faz justiça a quem trabalha, nem atende aos próprios imperativos constitucionais. O aumento do salário mínimo, porém, sem redução da enorme e escandalosa disparidade salarial, revelar-se-ia ineficaz.

Em contraste chocante com os propósitos de modernidade e, principalmente, com a condição humana, o país continua a conviver com o trabalho escravo e, mais grave ainda, crianças e adolescentes obrigados a trabalhar e, até, a se prostituir para sobreviver.

Distribuição da renda, através da garantia de traba-

lho, participação nos lucros e salário mínimo definido segundo a Constituição são inadiáveis para vencer a violência e a desagregação familiar.

Por sua vez, a concentração da terra é matriz geradora de muitos e graves problemas, que ameaçam os frágeis fundamentos da democracia brasileira, entre os quais destacamos a questão indígena, a marginalização do povo negro, o inchaço das cidades e o quadro vergonhoso de indigência e fome.

A reforma agrária deve, pois, ser assumida com coragem e determinação pelo governo, em todos os seus níveis, a fim de que a paz possa reinar no campo, trazendo tranquilidade e bem-estar ao país. A reforma agrária, acompanhada de política agrícola voltada à produção de alimentos para a mesa do povo, é uma exigência da própria democracia.

Essa compreensão da realidade e dos rumos que desejamos para o país é proposta aos três níveis de governo — municipal, estadual e federal — e aos três Poderes — Legislativo, Judiciário e Executivo. O Poder Judiciário, em especial, deve concorrer para a paz social, tornando-se ágil na distribuição da justiça e no julgamento imparcial dos poderosos, cuja impunidade de revolta e deixa estarejada a nação.

O agravamento das questões sociais e a ausência de medidas eficazes obrigam-nos neste momento a clamar com novo vigor: "É necessário despertar a consciência ética diante dos problemas sociais, percebendo-se que a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. Exige-se a busca de uma nova articulação entre políticas econômicas e políticas sociais". (CNBB - Doc. 54, nº138).

Devemos ser criativos na busca de soluções para a grave crise social que atinge todos os países do mundo. Uma economia iluminada pela ética e sob o comando da política, efetivamente a serviço do bem comum, poderá ser o caminho da paz para todos os povos.

É nossa esperança que o novo milênio nos conduza à grande confraternização em que a justiça e a paz se abraçarão (Sl. 85, 11). Porém, sem conversão e libertação dos pecados que negam a vocação humana à vida fraterna e solidária, dificilmente venceremos a violência, a fome e a miséria que angustiam e fazem sofrer milhões de criaturas humanas.

Enfim, conduzidos pelas mãos maternais de Maria, a Senhora Aparecida, acorramos ao Trono da Graça, para receber a misericórdia do Senhor, que sacia os famintos e enxuga toda lágrima de nossos olhos (cfr. Ap. 7, 9-17).

Vila Kostka, Itaiaci (SP), 24 de abril de 1996"

Mensagens da CNBB

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

A Assembléia Geral de Bispos é encontro de irmãos, em clima de oração, amizade e solicitude pastoral diante da situação de nosso povo, à luz do Evangelho.

O tema central que inspirou e manteve o interesse e entusiasmo dos participantes é o "Projeto de Evangelização da Igreja no Brasil", em resposta ao apelo do papa João Paulo 2º aos católicos do mundo inteiro, para uma renovação mais profunda da Igreja, em homenagem a Jesus Cristo, celebrando os 2.000 anos de seu nascimento.

O projeto, que será lançado no dia 1º de dezembro de 1996 com o título "Rumo ao Novo Milênio", visa revigorar a fé e comprometer mais os católicos no processo de evangelização, incluindo a colaboração para que a sociedade brasileira seja justa e solidária.

O texto, em linguagem simples, foi aprovado por unanimidade e servirá de subsídio para as comunidades.

Quatro mensagens marcaram a assembléia de Itaiaci:

1) A primeira reflete a profunda tristeza e indignação pela chacina dos sem-terra. O depoimento dos bispos que estiveram presentes em Corumbiara e Eldorado comoveu a todos e veio confirmar a urgência da reforma agrária e de sadia política agrícola.

2) A segunda mensagem trata das "Exigências Cristãs da Paz Social". Em sintonia com os sentimentos de Cristo, bom pastor, procura analisar as graves situações sociais de nosso povo. Destina-se a ser lido nas comunidades, a 1º de maio, no "Dia do Trabalhador".

O texto reconhece a necessidade de consolidar o controle da inflação, mas insiste no dever de despertarmos a consciência ética diante da concentração de renda, do drama da fome e exclusão social, da violência estruturada, do crescente desemprego, da aflição das populações indígenas e da condição desumana dos encarcerados.

Para a promoção do bem comum propõe-se, como prioridade, a imediata geração de novas oportunidades de trabalho, num verdadeiro "mutirão nacional".

Ao governo, em seus três poderes, pede-se uma firme articulação entre políticas econômicas e sociais. Ao Poder Judiciário compete mais ágil distribuição da justiça, sem ceder à impunidade.

3) O "Pronunciamento sobre a Família" vem reafirmar sua missão insubstituível como estrutura básica da sociedade e o valor do sacramento do matrimônio para os católicos, e louva as famílias que, com esforço heróico, mantêm-se unidas e procuram dar testemunho dos princípios cristãos.

Contém, ainda, um apelo aos parlamentares para que salvaguardem os direitos da família e da vida, com decidido repúdio ao crime do aborto direto e provocado e a todo projeto de lei que atente contra a instituição familiar.

4) Considerando a situação do ensino religioso nas escolas públicas, enviaram documento aos parlamentares no qual defendem os direitos dos alunos de receber educação religiosa que os auxilie a responder às questões existenciais profundas, de modo integrado no currículo, em horários normais, com remuneração assegurada pelo Estado.

Voltam os bispos às suas dioceses, fortificados na fraternidade e esperança. Levam em mãos o roteiro "Rumo ao Novo Milênio", a fim de que no período que agora se abre (1996-1999) preparemos, com entusiasmo, o grande jubileu de conversão, reconciliação e justiça social.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.

TRAINING & CONSULTING
TEACH TEAM
Holger Forsmann Schulungen - Münster
fon (0251) 533373 - fax (0251) 531836

TRAINING & CONSULTING
TEACH TEAM
Holger Forsmann Schulungen - Münster
fon (0251) 533373 - fax (0251) 531836

IGREJA

3.5-96Z

Real aumenta a receita da CNBB em 95

da Reportagem Local

O Plano Real foi um dos principais responsáveis pelo superávit do orçamento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em 1995.

A afirmação é de Dom Raymundo Damasceno Assis, secretário-geral da entidade.

A CNBB encerrou o ano com saldo de R\$ 190 mil, graças ao aumento da arrecadação. A previsão era de um déficit de R\$ 32 mil.

Dom Raymundo disse, porém, que esse superávit orçamentário se transforma em um déficit de R\$ 320 mil, quando se leva em conta os gastos extras com a reforma e ampliação do Centro Cultural Missionário da entidade, em Brasília.

CEDIM

LUÍS NASSIF

O economista da CNBB

Não há diferenças relevantes entre os diversos organismos político-burocráticos brasileiros —sacros ou leigos. Em todos eles, há uma falta de sintonia marcante entre a base e as chefias burocráticas. Os primeiros, muitas vezes procurando cumprir sua função social; os segundos, movendo-se em torno de objetivos políticos pouco nítidos.

É o caso da área econômica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No governo Itamar, sem nem sequer se dar ao trabalho de analisar propostas, boicotou as tentativas de reforma constitucional, sob a alegação genérica de que eram "neoliberais". E insinuou que todos os que as defendiam eram vendidos ao grande capital.

No governo FHC, investiu contra o Proer, sem conhecer o mecanismo, sob a alegação de que beneficiava bancos. Pegou um slogan de orelhada e transformou em posição oficial da Igreja.

Agora, enquanto irmãs de caridade exercem sua missão evangélica atendendo doentes nas Santas Casas sem dispor de recursos adequados, o sacro economista investe contra a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), sob a alegação de que os bancos foram beneficiados pelo Proer e que não há transparência na aplicação dos recursos públicos.

Ou seja, em represália ao fato de o governo ter canalizado dinheiro para a reestruturação de bancos, envia cartas aos jornais defendendo as posições dos bancos contra um imposto que vai para a saúde. Não há dogma que explique esse paradoxo.

Deveria o excelentíssimo prelado responsável pela área econômica da CNBB explicar de maneira transparente qual é efetivamente sua posição, qual o modelo de sociedade que defende e, especialmente, qual a alternativa que tem a oferecer aos doentes além de

ministrar a extrema-unção.

É inconcebível que uma instituição presente na história do Brasil desde seu descobrimento, com o peso que ainda mantém sobre a opinião pública, permita que um membro tome posição em questões tão fundamentais para a sociedade baseado em análises tão superficiais e equivocadas.

Lógica

Decifre o enigma: se a CPMF compromete o Real, como é que o presidente da República —principal avalista do plano— é a favor do imposto? A versão de plantão sustenta que FHC teria ficado a favor da CPMF por receio de que seu ministro da Saúde, Adib Jatene, pedisse demissão e saísse por aí defendendo o PAS, do prefeito Paulo Maluf.

Nem se comente o fato de Jatene jamais ter dado sinais de ser chantagista. Nem a circunstância de que tem sido um crítico contumaz do PAS.

Bastaria apenas uma análise óbvia de custo e benefício. O que seria mais grave para o governo: a desestabilização do Real ou o ministro Jatene elogiar o PAS?

Sugere a lógica que, se o presidente é a favor do PAS, é porque não considera que vá desestabilizar o Real. Mas essa lógica não se encaixa nas análises catastrofistas sobre a CPMF. O que fazer? Providencie-se uma gambiarra conspiratória. A continuar assim, vai-se acabar descobrindo que a CPMF foi a verdadeira motivação por trás da morte de PC Farias.

A CPMF é essencial por ser a única alternativa presente para evitar uma grande crise na saúde. Não é o fim do mundo, mas também não é um bom imposto.

Por isso mesmo, o governo deveria, desde já, ressuscitar propostas como a do ministro do Planejamento, Antonio Kandir, e providenciar o quanto antes a substituição do imposto.

29.8.96
64

JANIO DE FREITAS

Sem reforma

Se as igrejas cristãs se unem na denúncia de que o palavrório do governo sobre reforma agrária não se traduz em ação, servindo só para disfarçar o imobilismo, não há como atribuir a "grupos radicais" e a provocações os protestos que o movimento dos sem-terra está ampliando, inclusive com a previsão de mais invasões.

Informado de que a apatia governamental seria tema da CNBB na terça-feira, confirmando a presença da Igreja Católica na denúncia a ser levada ao Planalto por oito igrejas cristãs, na segunda-feira à noite Fernando Henrique Cardoso apressou a assinatura de autorização para um crédito extraordinário, da ordem de R\$ 500 milhões, destinados à reforma agrária.

Foi bem o tipo de atitude governamental posta sob denúncia. O crédito, em si, nada significa. Ao passo que é de significação inquestionável o que consta da avaliação da CNBB: para ficar só nos últimos quatro meses, "desde maio houve 134 decretos de desapropriação e nenhuma imissão de posse".

Com as desapropriações inúteis, o que o governo faz é criar, paralelo aos sem-terra, o terra sem-dono.

O alienado

Nas grandes cidades, já aprendeu todo cidadão menos aéreo, dinheiro no bolso é risco de assalto. Um dos autores da liberação das tarifas bancárias, que estão elevando o preço dos talões de cheque e da manipulação das contas nos bancos,

Gustavo Loyola recomenda, agora, que se prefira andar com dinheiro no bolso a usar cheques.

Sugestão típica dos burocratas-marajás de Brasília. À vontade nos carros oficiais, protegido por seguranças, aqueles e estes à nossa custa, o presidente do Banco Central nem sabe que apenas sugere a escolha entre dois assaltos: o da rua ou aquele de que é conivente.

Mottice

A explicação dada por José Serra aos seus colegas economistas, para o fracasso de sua candidatura, foi coerente com a ocasião, mas não precisava ser tão econômica em vários sentidos.

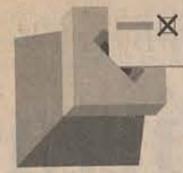
Admita-se, ainda que só por gentileza, o argumento de que "a classe média, por rejeição ao PT, quer liquidar a eleição contra Erundina já no primeiro turno". Mesmo que finjamos esquecer a presença preponderante da classe média nos êxitos individuais e coletivos do PT em São Paulo, a explicação de Serra mais o compromete do que isenta. Afinal, ele e Pitta estavam nos baixios das pesquisas, quando Erundina liderava. E o eleitorado teria preferido Pitta para "liquidar Erundina" e vencer no primeiro turno. Por que a preferência?

Sabia-se que o convívio mais intenso com Sérgio Motta, na campanha eleitoral, não fez bem à candidatura de José Serra. Vê-se que também contaminou com mottices o raciocínio analítico, que já foi um dos orgulhos de Serra.

FRIDAY

THURSDAY

ersberg 231
01 21
01 25



IGREJA Secretário-geral da entidade diz que apoia

CNBB critica aco

DANIELA FALCÃO
da Sucursal de Brasília

O secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Raymundo Damasceno de Assis, criticou ontem o acordo feito pela Igreja Universal do Reino de Deus com o PSDB para apoiar o tucano José Serra na disputa à Prefeitura de São Paulo.

“Não fechamos esse tipo de acordo sem deixar claro quais as exigências e condições feitas pela outra parte”, afirmou.

Segundo ele, acordos entre candidatos e instituições religiosas com fins eleitorais são “aéticos” porque não trazem benefício para a comunidade.

“A Igreja Católica não faz acordo com um candidato determinado. Nosso objetivo é promover o debate político para que os fiéis

votem com maturidade. Mas a escolha deve ser pessoal”, afirmou d. Raymundo, durante o encerramento da 37ª reunião do Conselho Permanente da CNBB.

Ele citou o exemplo da diocese de Conselheiro Lafaiete (MG), que decidiu convidar todos os candidatos a prefeito para participar de debates com os fiéis.

“São essas ações que favorecem a conscientização do eleitor. Apoiar um candidato determinado não faz com que os fiéis se tornem politicamente mais maduros”, afirmou.

Cartilhas

As dioceses da CNBB estão distribuindo cartilhas com “critérios” que deverão ser levados em conta pelos eleitores na hora de escolher um candidato.

Segundo d. Raymundo, os crité-

rios mais importantes são a transparência, a competência, a experiência de vida, o comprometimento com causas sociais e o passado político do candidato.

Para o secretário-geral da CNBB, ser católico não é um critério fundamental.

“Não basta ser católico. Há candidatos que se dizem católicos, mas não agem como cristãos. Aí não adianta”, afirmou.

O secretário-geral da CNBB disse que não vê problema algum na possibilidade de católicos votarem em evangélicos.

“O importante é que eles possuam os critérios que estão nas cartilhas. Se forem católicos, melhor ainda.”

Reforma Agrária

D. Demétrio Valentini, responsável pelas pastorais sociais da



Candidata petista à Prefeitura de São Paulo, Luiza Etundina, que...

gresso, os segurados ao INSS terão seus benefi- vem regularizar sua situação com a Pr- ficios calculados com base na média das cia e pagar as contribuições atrasadas contribuições feitas a partir de julho de 1994. Com a ampliação da base de cálculo...

de Defesa N
to de Lei -1
O deputad
Roque (PT-P
feito pelo de
um requeri
nha e Aeron
dos ministéri
ram forneci
pensões das
Os dados s
Privilegi
litares são vi
136). As pens
ganham um
da iniciativa
Dos 18 mil
tiva privada
doria dos tra
1.334, mais q
mensalmente
militares re
lssos signifi
passado, 58,2
nha e Aeron
As três For
ma social de
previsto para
também a oi
das filhas de
Os R\$ 800
lhões.
to, em 1999,
mento de in
a manutenç
A Aeronáu
nâmica prev
gamento de
O valor ex
milhões (19
custam ao
res, maiores
As pens
m
milit
Per
gia, que
valor da
O gover
CALCI
vigor pa
da inicia
gresso,
o que a
tentou r
los dep
a exigê
INSS. N
mens) p
mínim
emenda
O gov
IDADI
NA AR
GOV
PRINCIPAIS - MEDIDAS QUE O
JB/27/6/99
tar o benefício integral.
e 30 anos, no caso das mulheres, para requisi-

o a candidatos é "aético" e que "escolha deve ser pessoal"

Ordo Serra-Universal

CNBB, e o bispo de Marabá (PA), d. José Luís Vieira, se reuniram ontem com o ministro Nelson Jobim (Justiça) para pedir pressa no julgamento dos envolvidos no massacre de 19 sem-terras em Eldorado do Carajás (PA), em abril passado.

Segundo d. Raymundo, o bispo de Marabá vem sofrendo ameaças de morte.

"Não é só ele. Outros líderes sociais também estão na mesma situação", afirmou.

O secretário-geral da CNBB afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria assumir a reforma agrária como uma "questão pessoal".

"É preciso haver uma articulação entre os três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) em prol da reforma agrária. E só o presidente pode fazer isso."

Cleo Velleda - 27.ago.96/Folha Imagem



como combater a violência

NO AR

Consultores políticos

NELSON DE SÁ
da Reportagem Local

— Os consultores políticos têm o mesmo papel das prostitutas. Pegam caras que não são muito populares, que não se comunicam, e fazem com que eles se sintam bem.

A comparação foi feita ontem na rede americana ABC, por um jornalista, para risos irreprimíveis do âncora.

Dá bem a idéia de como a história de Dick Morris, o consultor político ou publicitário de Bill Clinton, pode afetar a

rem nas pesquisas.

Que ganhe maior projeção do que o presidente, "no dia mais importante da campanha", segundo a ABC, é sinal de que os novos tempos chegarão à política.

(Tanto é que Clinton e Bob Dole parecem não ter outro tema. Opinam sobre o consultor, não o contrário.)

Novos tempos também foi a avaliação na NBC, vindo no episódio um "turning point" na política americana.

Enviado pela Casa Branca para entrevistas da CNN à

imagem, não do presidente, mas dos próprios consultores.

Morris, James Carville, também consultor de Clinton, Duda Mendonça, Celso Loducca — eles alcançaram definitivamente o estrelato de mídia.

No caso de Morris, ele vinha em crescente exposição, com perfis na revista do "New York Times", na "Time".

Era certo que acabaria nos tablóides, cedo ou tarde. E acabou ao lado de uma prostituta, a quem teria revelado segredos de Estado.

★
E o que faz um consultor? Como na piada, pega caras que não são populares e, em alguns casos, faz com que dispa-



Morris e a mulher, ontem na ABC

Reprodução

CBS, James Carville desesperava-se, na ABC:

— É o que o presidente diz, é o que o presidente advoga que interessa — e

não o que faz um consultor político ou alguém que edita comerciais. Não o que nós fazemos, não o que Dick Morris faz, na vida privada.

Desta vez, não convenceu.

★
Mas outra opinião dele acabou provada, em pesquisa da ABC, ontem. Carville disse que o episódio não teria efeito e evaporaria até amanhã.

Evaporou ontem. Na pesquisa, feita depois do escândalo, Bill Clinton está 20 pontos à frente de Bob Dole. Com ou sem consultor político.

Bibliothek
30512
Institut für Brasilienkunde
METTLER



01
Institut für Brasilienkunde